

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

MATHEUS SANTOS SANTANA

**O “MASSACRE DE MANGUINHOS”
SEGURANÇA, DESENVOLVIMENTO E O CAMPO CIENTÍFICO DA SAÚDE NA
DITADURA CIVIL-MILITAR (1964 – 1971).**

Rio de Janeiro

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

Matheus Santos Santana

Professor Orientador: Pedro Henrique Pedreira Campos

O “MASSACRE DE MANGUINHOS”

SEGURANÇA, DESENVOLVIMENTO E O CAMPO CIENTÍFICO DA SAÚDE NA
DITADURA CIVIL-MILITAR (1964 – 1971).

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

Rio de Janeiro

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

S231 Santana, Matheus Santos.
O “Massacre de Manguinhos”: segurança nacional, desenvolvimento econômico e o campo científico da saúde na ditadura civil-militar (1964-1971) / Matheus Santos Santana. – 2018.
134 p. ; 31 cm.

Orientador: Pedro Henrique Pedreira Campos
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2018.
Bibliografia: f. 127-134.

1. Saúde pública. 2. Economia. 3. Ditadura militar – 1964 -1971. I. Campos, Pedro Henrique Pedreira, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 363

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário: Lucas Augusto
Alves Figueiredo CRB 7 - 6851 Biblioteca Eugênio
Gudin/CCJE/UFRJ

FOLHA DE APROVAÇÃO

MATHEUS SANTOS SANTANA

O "MASSACRE DE MANGUINHOS"

SEGURANÇA, DESENVOLVIMENTO E O CAMPO CIENTÍFICO DA SAÚDE NA
DITADURA CIVIL-MILITAR (1964 – 1971).Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política
Internacional da UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de
mestre em Economia Política Internacional.

Aprovada em: 01/03/2018

BANCA EXAMINADORA



PROF. DR. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS



PROF. DR. CLAUDIO BESERRA VASCONCELOS



PROF. DR. DANIEL DE PINHO BARREIROS

Agradecimentos

Este trabalho é fruto de uma pesquisa que vem se construindo nos últimos 5 anos, desde 2013, e cuja a realização só se tornou possível com a ajuda de um conjunto de pessoas, entidades e instituições.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Museu da Vida, espaço de divulgação científica da Fundação Oswaldo Cruz. A chance de integrar tal instituição nos anos finais da graduação me abriu um novo campo de possibilidades acadêmicas, a área da história das políticas públicas em saúde, sendo o tema do “Massacre de Manguinhos” uma decorrência dos estudos realizados por mim enquanto bolsista de iniciação científica do referido museu.

Merecem deferência também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-UFRJ), sobretudo pela confiança depositada em meu tema de mestrado. A oportunidade de ser bolsista de pós-graduação, de acessar novas bibliografias e de conviver com um corpo docente tão erudito foram fatores fundamentais para o enrijecimento desta pesquisa. Aos professores Rafael Padula e Daniel Barreiros presto um agradecimento especial.

Ao querido Pedro Campos, orientador desta dissertação, agradeço enormemente. Sua ética profissional, sua constante abertura ao diálogo e sua perspicácia intelectual ajudaram a tornar possível a concretização deste trabalho. Pela amizade, companheirismo e apoio não há como agradecer. Fecho essa fase do mestrado com a felicidade de ter obtido não apenas um exemplar orientador, mas também um grande amigo.

À minha mãe Maria, à minha irmã Renatha e à minha tia Ivina reservo as honras principais. O apoio emocional e estímulo de cada uma de vocês foi essencial para a concretização deste meu grande objetivo.

À minha querida flor, Flávia, agradeço finalmente. Obrigado pela oportunidade de construir um relacionamento tão honesto e plácido como é o nosso.

Para todos aqueles que passaram em minha vida, mas que não foram citados: muito obrigado. A dialética explica que cada um de vocês transformou parte do meu ser para sempre. Nós conseguimos.

Resumo

A presente dissertação busca tratar de parte dos eventos transcorridos nas ciências da saúde do Brasil entre 1964 e 1971, sendo destacadas as áreas de pesquisa biológica estratégica, produção imunológica e soroterápica. No referido período, foi implementado um processo de redirecionamento das instituições públicas de caráter científico de acordo com os novos interesses dos grupos civis e militares que assumiram o comando político do país após o golpe de 1964, tendo o Instituto Oswaldo Cruz sido atingido por drásticas e deletérias mudanças em suas diretrizes em tal momento. Conhecido como “Massacre de Manguinhos”, este processo levanta dúvidas acerca de suas motivações até os dias atuais, sendo enfoque da pesquisa o resgate dos principais debates econômicos e políticos do período, a fim de ser esclarecida a relação entre ciência, produção imunobiológica e desenvolvimento econômico naqueles tempos.

Abstract

This dissertation tries to deal with some of the events that occurred in the health sciences of Brazil between 1964 and 1971, with emphasis on strategic biological research, immunological and serotherapeutic production. In that period, a process of redirecting public institutions of a scientific nature was implemented in accordance with the new interests of civilian and military groups that assumed political control of the country after the coup of 1964, and the Oswaldo Cruz Institute was hit by drastic and deleterious changes in its guidelines at such a time. Known as the "Massacre of Manguinhos", this process raises doubts about its motivations until the present day, being the focus of the research the rescue of the main economic and political debates of the period, in order to be clarified the relation between science, immunobiological production and development in those times.

Lista de siglas e abreviaturas

ADFOC - Associação de Docentes, Pesquisadores e Tecnólogos da Fundação Oswaldo Cruz

CIE - Centro de Investigações Epidemiológicas

CEME – Central de Medicamentos

DASP – Departamento de Administração do Serviço Público

DNEES - Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatística de Saúde

DNERu – Departamento Nacional de Endemias Rurais

DNISP – Departamento Nacional de Saúde Pública

DSND – Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento

ESG – Escola Superior de Guerra

FMRJ – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

FNFi – Faculdade Nacional de Filosofia

FSESP – Fundação Serviços de Saúde Pública

IFCS – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

IOC – Instituto Oswaldo Cruz

ISF – Instituto Soroterápico Federal

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde

PNI – Programa Nacional de Imunizações

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNB – Universidade de Brasília

USP – Universidade de São Paulo

Sumário

<u>Agradecimentos.....</u>	<u>5</u>
<u>Lista de siglas e abreviaturas.....</u>	<u>7</u>
<u>Introdução.....</u>	<u>10</u>

Capítulo 1

<u>Saúde, poder e dinheiro: política sanitária e acumulação capitalista.....</u>	<u>18</u>
1.1 – Economia Política e saúde entre os séculos XVII e XIX.....	19
1.2 - “O valor da saúde”: as ciências médicas e o imperialismo.....	29
1.3 - Imperialismo, acumulação dependente e políticas de saúde na América Latina.....	37
1.4 - Conclusões do capítulo.....	47

Capítulo 2

<u>O Instituto Oswaldo Cruz e as Políticas de Saúde no Brasil.....</u>	<u>49</u>
2.1 : Instituto Oswaldo Cruz – origens e relevância histórica.....	50
2.2 - Sanitarismo para o desenvolvimento: economia e políticas públicas de saúde no Brasil.....	63
2.3 – O “inimigo interno” e o combate às doenças de massa: segurança sanitária e segurança nacional.....	70
2.4 - Conclusões do capítulo.....	83

Capítulo 3

<u>O Massacre de Manguinhos.....</u>	<u>85</u>
3.1 - A universidade sob a mira dos fuzis: a “Operação Limpeza” do Governo Castello Branco.....	87
3.2 – A repressão no Instituto Oswaldo Cruz: O processo do “Massacre de Manguinhos” (1964 – 1970).....	92
3.3 –Estado ditatorial e políticas de ciência e saúde no Brasil: a conjuntura do “Massacre de Manguinhos”.....	100
3.4 –Os Ecos do Massacre.....	112
3.5 – Conclusões do capítulo.....	117
<u>Conclusão.....</u>	<u>119</u>
<u>Anexos.....</u>	<u>122</u>
<u>Referências.....</u>	<u>127</u>

*“Deixa o menino aprender, ô iaiá
Que a saúde do povo daqui
É o medo dos homens de lá
Sabedoria do povo daqui
É o medo dos homens de lá
A consciência do povo daqui
É o medo dos homens de lá”.*

Alexandre Carlo

Introdução

Na transição entre os séculos XIX e XX o Brasil era um país doente. A desigualdade social, a massificação da pobreza, as péssimas condições alimentares e sanitárias no qual estavam submetidas as populações camponesas e urbanas e as altas temperaturas presentes em boa parte do território, tornavam o país vítima constante de temidos surtos epidêmicos. A estrutura econômica agrário-exportadora baseada no café e o domínio político exercido pelas oligarquias rurais garantiam elevada concentração de capital para as classes proprietárias, fato que não apenas diminuía as rendas médias das camadas despossuídas, mas também dificultava o acesso destas às condições básicas de sobrevivência, como saúde, moradia digna e uma dieta adequada. Tal conjuntura era agravada pela ocorrência sazonal de males como a varíola, a peste bubônica, a malária e a febre amarela, doenças que além de combalir o potencial produtivo dos trabalhadores também afetavam a capacidade de exportação do país, já que as notícias sobre eclosão de tais surtos epidêmicos ocasionavam o embargo ou quarentena de produtos brasileiros nos principais portos da Europa e dos Estados Unidos, gerando incontáveis perdas econômicas.

Com o intuito de defender os interesses políticos e comerciais de suas oligarquias cafeeiras, em fins do século XIX, o governo brasileiro passou a adotar medidas para combater algumas das doenças de massa mais recorrentes no país, sendo iniciadas assim as primeiras políticas públicas de saúde do Brasil republicano. Em 1899, em decorrência do grave surto de peste bubônica que assolava a cidade e os trabalhadores portuários de Santos, os governos paulista e federal organizaram os dois primeiros laboratórios públicos responsáveis pela fabricação de soros e vacinas para o combate de doenças de massa, tendo a criação do Instituto Butantã de São Paulo e do Instituto Soroterápico Federal (ISF), localizado na fazenda de Manguinhos, no Rio de Janeiro, sido feita em caráter emergencial a fim de conter uma crise de saúde pública e garantir os interesses comerciais da burguesia do café. Vital Brasil foi escolhido para a direção do órgão paulista, enquanto Oswaldo Cruz, jovem médico e sanitarista formado nas cadeiras do renomado Instituto Pasteur de Paris, foi nomeado diretor do laboratório de Manguinhos, tendo realizado reconhecido trabalho a fim de estimular o desenvolvimento de pesquisas em medicina experimental no ISF.¹

1 Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Manguinhos do sonho à vida: A ciência na belle époque*. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC, 1990.

A nomeação de Oswaldo Cruz para a Diretoria Geral de Saúde Pública e a proficiente atuação do médico na reforma urbana e sanitária do Rio de Janeiro, entre 1903 e 1906, elevaram a importância do Instituto Soroterápico Federal não somente no âmbito da saúde coletiva, mas também na produção de novas descobertas nas áreas da microbiologia e da medicina tropical. Transformado em Instituto Oswaldo Cruz (IOC) em 1908, em tributo à premiação do projeto sanitário do Rio de Janeiro no 14º Congresso de Higiene e Demografia de Berlim, nas décadas seguintes tal órgão ampliou sua notoriedade científica, sobretudo a partir das contribuições acerca da tripanossomíase americana realizadas por Carlos Chagas, cientista mineiro e diretor do IOC entre 1917 e 1934. Apesar de reduzir sua produtividade acadêmica entre meados dos anos 1930 e o início dos anos 1960, é possível afirmar que o Instituto Oswaldo Cruz manteve sua importância crucial na preparação de soros e vacinas contra as principais moléstias que acometiam o país, tendência esta que seria considerada estratégica durante as primeiras campanhas nacionais de vacinação desenvolvidas no Brasil a partir do início da ditadura civil-militar.

É nesse cenário que podemos destacar um momento pouco conhecido na história científica brasileira, o *Massacre de Manguinhos*, episódio ocorrido no Instituto Oswaldo Cruz em 1º de abril de 1970 e caracterizado pelo súbito fechamento de produtivos laboratórios dedicados às pesquisas em medicina experimental; a destruição de importantes coleções entomológicas² e zoológicas da instituição; além da aposentadoria compulsória de dez relevantes cientistas do órgão. Ao mesmo tempo, foi perceptível a intensificação dos investimentos na infraestrutura e aparato técnico necessário à produção de fármacos e medicamentos no IOC, tendo tal incentivo ganhado cada vez mais espaço desde 1964 e se consolidado como caráter primordial do instituto a partir 1970, ano que marca a ocorrência do “Massacre de Manguinhos” e também a criação da Fundação Oswaldo Cruz. É possível afirmar que a destruição das pesquisas e laboratórios do órgão é um momento de grave prejuízo não apenas para o instituto, mas para toda a medicina experimental e saúde pública

2 “Coleções entomológicas desempenham papel essencial para o estudo dos insetos. Os dados – quando organizados, georeferenciados e sistematizados – fornecem informações fundamentais para vários estudos, tais como padrões de distribuição geográfica, biodiversidade, ciclos biológicos, controle de pragas, exigências ecológicas, mudanças ambientais e saúde humana”. CAMARGO, Amábilio José Aires de. *Coleções entomológicas: legislação brasileira, coleta, curadoria e taxonomia para as principais ordens*. Brasília, Embrapa, 2015.

do Brasil, dada a reconhecida notoriedade adquirida pelo IOC e pelo conjunto de seus pesquisadores desde princípios do século XX.

Até hoje pouco conhecido para o público geral, o referido episódio ainda levanta dúvidas acerca de suas reais motivações, tendo os registros bibliográficos sobre o processo sido feitos em duas oportunidades, por Herman Lent em 1978 e por Wanda Hamilton no ano de 1989. Para a autora, o “Massacre de Manguinhos” seria consequência da paulatina integração do Instituto Oswaldo Cruz aos interesses práticos do Ministério da Saúde, que havia passado a ter controle do órgão desde 1953. Segundo Hamilton, a partir de então, “*a instituição passa a ser um órgão fundamental ao andamento das campanhas organizadas pelo governo e é praticamente obrigado a dedicar seu orçamento à produção de imunobiológicos para atender às demandas cada vez maiores do ministério*” (HAMILTON, 1989, p.10). Já para Herman Lent, renomado zoólogo e um dos dez cientistas atingidos pelo expurgo de 1970, a origem de tal episódio não pode ser explicada por fatores políticos ou sanitários, mas pela intensa rivalidade construída no instituto entre os setores de medicina experimental e química aplicada. Esta última área, segundo o autor, passou a ser apoiada pelo diretor nomeado para o IOC após o golpe civil-militar de 1964, Francisco de Paula Rocha Lagoa, tendo o mesmo iniciado assim uma intensa perseguição, contingenciamento de verbas e desincentivo à investigação no órgão.

Apesar de guardarem essencial relevância, é possível se perceber nestes trabalhos a existência lacunas que acabam por esvaziar parcialmente a importância da conjuntura política, econômica e sanitária do Brasil após a queda de João Goulart, período que marca a ascensão uma nova correlação de forças entre frações da burguesia e grupos militares que passaram a comandar o país a partir de abril de 1964. Doravante, foi notável o crescimento do interesse estatal pela fabricação de soros e vacinas nas instituições e centros científicos de saúde pública, a fim de serem cumpridas as novas metas de imunização da população e de eliminação de doenças de massa estabelecidas pelo governo autoritário.³ A conhecida Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), criada pela Escola Superior de Guerra (ESG) e aplicada em considerável medida durante o regime ditatorial, desde fins dos anos 1950 incluía o combate às grandes epidemias como uma etapa estratégica fundamental

³ Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Febre Amarela: doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001.

não apenas para a segurança sanitária, mas também para a estabilidade política, exploração econômica e controle territorial efetivo das regiões do interior do país.⁴

Portanto, é objetivo essencial da presente dissertação o intuito de resgatar a conjuntura econômica e política da década de 1960 a fim de colaborar com uma compreensão mais ampla acerca do “Massacre de Manguinhos”. Desta forma, este estudo busca levantar alguns dos principais interesses e frações das classes burguesa e militar que influenciaram no referido evento, sendo o expurgo ocorrido em Manguinhos encarado na presente pesquisa como um processo ocasionado pelo crescimento dos investimentos na produção de vacinas e imunobiológicos no IOC a partir de 1964. Tal postura implementada pela diretoria do órgão visava cumprir o novo projeto de saúde pública defendido pelo governo autoritário, estando este, por sua vez, atrelado à estratégia geral adotada pela alta oficialidade militar a partir da tomada do Estado: a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Em tal doutrina, as doenças epidêmicas não são encaradas apenas como um empecilho ao desenvolvimento econômico e social do país, mas também são consideradas ameaças à segurança nacional devido ao contexto caótico que potencialmente podem produzir. Segundo documentos da ESG redigidos pouco antes do golpe civil-militar

Surge a solução do problema das doenças de massa no Brasil, claramente ligado ao âmbito da Segurança Nacional, pois ele atinge diretamente o Bem-Estar e o Desenvolvimento do país, criando condições e pressões internas que dificultam o Desenvolvimento. Assim, qualquer política de Desenvolvimento que venha a ser realizada no Brasil, será influenciada e prejudicada pela quantidade e a intensidade das doenças de massas que grassam no país e que impedem a colaboração efetiva no trabalho de um grande contingente humano, que se não fosse afetado pelas mesmas poderiam ser grandemente úteis aos progresso e Desenvolvimento.

No caso brasileiro as doenças de massa existentes, acentuam ainda mais os graves desequilíbrios regionais e socio-econômicos existentes. Assim, surge a solução dos mesmos diretamente afetos a Segurança Nacional, pois há estreita interdependência entre as Políticas de Desenvolvimento e de Segurança. Daí a necessidade de um plano urgente e de rápida execução para o combate e erradicação das Doenças de Massa do país, considerando os interesses de Desenvolvimento e Segurança Nacional” (LAGOA, 1963, p.84).

A influência da cúpula da ESG na plataforma de saúde pública brasileira pode também explicar a nomeação de Francisco de Paula Rocha Lagoa para a diretoria do IOC: apesar de

4 Cf. ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. *Manual básico da Escola Superior de Guerra*. Escola Superior de Guerra, Departamento de Altos Estudos, 1976.

seu escasso currículo como epidemiologista, o médico se graduou no curso de segurança e desenvolvimento oferecido a civis e militares em 1963, tendo como tema monográfico que a relação entre saúde e a segurança nacional. Não à toa, em junho de 1964, Rocha Lagoa foi nomeado diretor do Instituto Oswaldo Cruz, iniciando a partir de então uma gestão voltada para a preparação de vacinas e soroterápico e que perdurou até 1969, quando foi nomeado ministro da Saúde.

No caso específico de Manguinhos, tal tendência se encarnou no investimento na produção soroterápica e no contingenciamento de verbas às pesquisas e laboratórios de biologia experimental, consideradas caras e desnecessárias aos objetivos políticos e econômicos do governo autoritário naquele período. Nesta dissertação, o episódio ocorrido em 1º de abril de 1970 e que marca a cassação de dez pesquisadores do IOC é considerado, em suma, apenas a coroação de um processo que se desenrolava desde 1964 e que tinha como intuito fortalecer a área da química aplicada no referido instituto. Desta forma, ao longo dos capítulos que compõem este estudo o termo “Massacre de Manguinhos” será utilizado para se referir ao processo de perseguições e esvaziamento da medicina experimental ocorrido no Instituto Oswaldo Cruz entre 1964 e 1970, sendo o termo usado de forma distinta daquela que Lent e Hamilton aplicaram em seus referidos trabalhos acerca do tema.

As contribuições teóricas e a metodologia analítica desenvolvidas por Karl Marx e Friedrich Engels, conhecidas como materialismo histórico, são os principais pilares conceituais que sustentam esta pesquisa, sendo aprimorados ainda pelas definições de pensadores como Paul Sweezy, André Gunder Frank e René Dreifuss. Do pensamento marxiano será resgatado o conceito de *modo de produção*, podendo este ser entendido como um momento histórico particular em que determinadas relações sociais de produção se articulam com as forças produtivas específicas de uma época, possibilitando assim o surgimento de sociedades em que os interesses econômicos e políticos estarão correlacionados a fim de obter os recursos materiais considerados essenciais para sua reprodução (CARDOSO; BRIGNOLLI, 2002 [1976], p.454). Através de tal conceito, Marx definiu o sistema capitalista como um modo de produção no qual a fabricação, comercialização e acumulação de mercadorias é a finalidade principal (MARX, 2012 [1867], PP.211-212), sendo as demais relações sociais e políticas utilizadas no intuito de garantir a expansão material da classe dominante em tal conjuntura: a burguesia.

As referidas contribuições de Karl Marx abrem caminho para a percepção da importância do poder político para a garantia das condições de produção destinadas à acumulação capitalista, sendo o Estado considerado na presente pesquisa como instituição coercitiva legitimadora da propriedade privada e do conjunto de relações sociais que tem como fim a produção de mercadorias (SWEETZY, 1973, P.271). A chamada teoria do domínio de classe, descrita por Paul Sweezy com base nos conceitos marxianos, também é de grande valia para a estruturação desta pesquisa. No presente estudo, as políticas públicas aplicadas em Estados com predomínio do modelo capitalista não são consideradas como intervenções realizadas por organismos neutros e interessados somente na promoção do bem comum dos seus nacionais, mas sim como ações políticas implementadas por instituições coercitivas e cujo destino pode ser resumido em dois fins principais: a) a manutenção ou expansão do seu próprio poder e riqueza; b) a garantia dos objetivos econômicos e a prevalência dos interesses de sua burguesia em relação às demandas das classes trabalhadoras (SWEETZY, 1973, PP.273-274).

De André Gunder Frank tomaremos emprestados os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, a fim de compreender com maiores detalhes as condições em que está inserida a economia brasileira no sistema internacional e quais as motivações levariam os Estados latino-americanos a intervirem politicamente a fim de garantir os interesses de suas classes dominantes, tal como acontece nos países de capitalismo avançado.⁵ O conceito de ditadura civil-militar desenvolvido por René Armand Dreifuss (DREIFUSS, 1981, P.417) também compõe a estrutura teórica básica que sustenta este estudo, sendo o período ditatorial vigente no Brasil entre 1964 e 1988 considerado na presente pesquisa como fruto de uma correlação de forças entre grupos civis e militares que se uniram com o intuito de tomar o poder do governo João Goulart e utilizar a estrutura jurídica e coercitiva do Estado a fim de garantir seus interesses econômicos, políticos e ideológicos.

Desta forma, baseado nas referidas conceitualizações acerca da importância do poder estatal para a acumulação capitalista, o presente estudo considera as políticas públicas de

⁵ Cf. FRANK, Andre Gunder. *apitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Santiago, Centro de Estudios Miguel Enríquez – Archivo Chile, 1965. Texto completo em <http://www.eumed.net/cursecon/textos/>. Acessado em 09/02/2018.

saúde no Brasil não como ações que visam apenas atender as demandas sanitárias de seus cidadãos, mas sim como intervenções organizadas pelo Estado brasileiro a fim de promover as condições básicas de sobrevivência da população, garantir o comércio, a reprodução da força de trabalho e a manutenção das relações sociais de produção que garantem a estabilidade do modelo capitalista dependente no país. Tal característica pôde ser percebida desde o período de Oswaldo Cruz, quando as primeiras políticas de saúde da era republicana foram criadas a fim de atender os objetivos dos cafeicultores, tendo se mantido esta condição também no momento que compreende a ditadura civil-militar. Sendo assim, consideramos que uma análise sobre o processo do “Massacre de Manguinhos” deve incluir não apenas temas ligados ao contexto interno do Instituto Oswaldo Cruz, mas também um conjunto de interesses externos, políticos ou econômicos, que tornaram possível o aumento dos investimentos na produção soroterápica do instituto, influências que o este estudo intenta abordar.

Quanto às fontes empregadas no presente estudo, podem se destacar as presentes no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (COC). Neste acervo, foi aproveitado o relevante projeto *Memórias de Manguinhos*, realizado pela COC em 1985, sendo usadas várias entrevistas com colaboradores do IOC, incluindo-se os depoimentos dos cientistas cassados em 1970. Além disso, serão utilizados também monografias, manuais e relatórios produzidos por docentes e alunos da Escola Superior de Guerra entre fins da década de 1950 e 1964, sendo intuito observar a relação do tema da saúde pública e do combate às doenças de massa como as ferramentas estratégicas atreladas à Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

Além desta introdução, a presente dissertação está estruturada em três capítulos, sendo o primeiro dedicado à compreensão da importância das políticas de saúde pública para a acumulação capitalista em países da Europa e da América Latina entre os séculos XVII e XIX. O segundo capítulo, destina-se a historicizar a construção das políticas sanitárias no Brasil na primeira metade do século XX, tendo o Instituto Oswaldo Cruz importância fundamental para a estruturação de uma plataforma sanitária voltada para o combate das doenças de massa e imunização da população através de vacinas e imunobiológicos. Já o terceiro capítulo será destinado a detalhar os principais fatos, agentes e consequências do referido “Massacre de

Manguinhos”, sendo destacada a atuação do ex-aluno da ESG Francisco Rocha Lagoa no processo de esvaziamento das pesquisas em medicina experimental e investimento na produção soroterápica do Instituto Oswaldo Cruz entre 1964 e 1970.

CAPÍTULO 1

Saúde, Poder e Dinheiro: Política Sanitária e Acumulação Capitalista

Introdução

Este capítulo tem como interesse fundamental mostrar a relevância das políticas públicas de saúde para a acumulação capitalista na Europa ocidental desde meados do século XVII, sendo consideradas também as influências econômicas e políticas de tal relação na América Latina a partir de fins do século XIX. Apesar de consideradas estratégicas para a estabilidade demográfica e militar dos regimes absolutistas durante o mercantilismo, as políticas sanitárias tiveram paulatino enfraquecimento entre a Revolução Industrial e o início do imperialismo, tendo sido apontadas por filósofos liberais e médicos como intervencionismo estatal na vida econômica e no direito individual à saúde. Tal perspectiva só seria alterada no último terço do século XIX, quando novas políticas estatais nas áreas da microbiologia e da medicina experimental passaram a ser utilizadas pelas potências imperialistas como forma de legitimar a dominação política e econômica praticada por tais países em regiões da África e da Ásia.

A sanitização das áreas no entorno dos principais portos mercantis, a eliminação das doenças de massa que combaliam e diminuíam a produtividade do trabalho das populações camponesas e o aumento das exportações de matérias-primas para as nações capitalistas industriais podem ser apontados como influências fundamentais que mobilizaram as classes dominantes latino-americanas a fim de desenvolverem as primeiras políticas sanitárias da região, em fins do século XIX. No Brasil, tal interesse acabou se desdobrando na criação de importantes instituições voltadas para a área das ciências médicas, como foi o caso do Instituto Soroterápico Federal, atual Fundação Oswaldo Cruz, órgão criado pelo governo oligárquico da época com o intuito de livrar as cidades de Santos e Rio de Janeiro, importantes portos exportadores de café, das epidemias de peste bubônica, febre amarela e varíola que grassavam tais locais no período.

Seguindo tal caminho, o presente capítulo visa mostrar que a promoção de políticas sanitárias pelos Estados capitalistas não visa apenas a melhoria da qualidade de vida de suas

populações, mas a ampliação das condições econômicas necessárias para a acumulação de capital e reprodução do trabalho como mercadoria nestes países.

1.1 – Economia política e saúde entre os séculos XVII e XIX

Historicamente, as disputas econômicas e territoriais entre Estados foram temas do cotidiano de reis, líderes e conselheiros políticos, sobretudo na Europa a partir da idade moderna. Tal interesse acabou por auxiliar na criação de saberes e disciplinas com importante papel na gestão pública, tendo o nascimento da ciência econômica, na época chamada de Economia Política, sido uma consequência dos objetivos políticos das monarquias vigentes no Ocidente europeu. Desde o século XV, começaram a se desenvolver um conjunto variado de teorias e práticas de intervencionismo estatal conhecidas posteriormente como mercantilismo, influenciadas por William Petty na Inglaterra e Colbert na França, e fortemente associadas à dualidade entre poder político e acumulação de riquezas.

O intuito de elaborar estratégias para garantir a capacidade militar dos governantes e para financiar a imposição de sua vontade soberana em uma região fez a doutrina mercantilista dar notável atenção ao estoque de metais preciosos mantidos pelos Estados, a fim de estes assegurarem os suprimentos bélicos e alimentares essenciais para a defesa de suas possessões territoriais. Como destacou Pierre Deyon sobre a referida doutrina, na idade moderna é a "propriedade do reino que permite ao erário alimentar o tesouro real" (DEYON, 2004, p.62), sendo fundamental o desenvolvimento de intervenções políticas que promovessem a máxima eficiência no aproveitamento dos bens e matérias-primas dos reinos europeus.

Além da criação da Economia Política como fundamento da gestão econômica nacional, foi também no período do mercantilismo inglês que ocorreu o desenvolvimento das primeiras políticas de saúde coletiva, tendo o trabalho de autores como John Graunt (1620 – 1674) e William Petty (1623 – 1697) sinalizado os esforços rudimentares a fim de construir importantes disciplinas na área da saúde pública, como a epidemiologia e a estatística médica ,
⁶. Influenciados por uma visão que considerava o contingente populacional como indicador da

6 Cf. ALMEIDA FILHO, Naomar de. Bases históricas da Epidemiologia. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 304-311, Setembro de 1986.

capacidade militar e potencial econômico das nações, importante concepção política difundida desde os tempos de Maquiavel⁷, algumas monarquias europeias passaram a dar atenção cada vez maior ao tema da saúde, a fim de garantir o potencial produtivo de suas economias e assegurar o poderio de seus exércitos.

Acerca do trabalho de Graunt, merecem destaque seus pioneiros esforços no intuito de quantificar taxas de “natalidade, mortalidade e ocorrência de doenças, identificando algumas características importantes nesses eventos, como a existência de diferenças entre os sexos e a distribuição urbano-rural, elevada mortalidade infantil e variações sazonais” (KRIGER; MOYSÉS; MOYSÉS, 2013, p.64). Já sobre as contribuições trazidas por William Petty, economista e analista político inglês do século XVII, é válido ressaltar a inauguração de um método quantitativo característico do mercantilismo e que visava elencar os índices de mortalidade populacional e militar, e estatísticas sobre a incidência de doenças contagiosas, sazonais ou regionais, variáveis humanas necessárias para o fortalecimento do exército inglês (RABELLO, 2010, p.67). Em *Aritmética Política*, principal obra de Petty, é notável uma preocupação sistemática com a quantificação populacional e, em alguns trechos, com o investimento na melhoria das condições sanitárias, colaborando assim para a posterior formação do plano nacional de saúde da Inglaterra, lançado em 1714 (RABELLO, 2010, p.67).

O intuito de financiar e de garantir a sustentação da estrutura econômica e monetária acabou se tornando uma das raízes fundamentais do mercantilismo inglês, gerando na ilha uma política comercial defensiva, xenofóbica aos produtos estrangeiros e com alta carga tributária (DEYON, 2004, p.27). Tais características pressionaram continuamente os comerciantes até fins do século XVII, contribuindo assim para uma gradual insatisfação das camadas burguesas em relação ao poder real e gerando uma tenaz crítica ao modelo intervencionista por parte dos teóricos liberais ingleses do século XVIII. Todavia, o interesse destes em esvaziar a influência do mercantilismo acabou por enviesar o pensamento liberal inglês, contribuindo assim para a construção de uma vertente interessada em separar o âmbito econômico das demais relações sociais.⁸

7 Cf. MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo, L&PM Editores, 2011. Sobretudo o capítulo X, denominado “Como se devem medir as forças de todos os principados”.

8 Cf. FIORI, José Luís. (org) *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999. p.49. Conferir também: POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

Em sua obra *A riqueza das nações*, Adam Smith buscou assinalar a centralidade da produção e livre circulação de produtos como o caráter formador da prosperidade dos Estados, transferindo para a esfera exclusivamente econômica um tema que, em princípio, pertencia ao âmbito da política. O intuito de fortalecer seu argumento acerca da divisão internacional do trabalho e da formação dos mercados nacionais fez com que o autor reduzisse a participação política do Estado na esfera econômica, tendo em vista que a regulação estatal, necessária e inerente ao período do mercantilismo, tolheu em considerável medida os interesses de acumulação de parte da iniciativa privada. Logo, no último terço do século XVIII e no primeiro terço do século XIX, período marcado pela Revolução Industrial e pela consolidação do liberalismo como principal doutrina econômica em vigência na Inglaterra, é possível se perceber o enfraquecimento do discurso que defendia a intervenção estatal, tendo as políticas de intervencionismo estatal sido consideradas prejudiciais à vida econômica no período.

É na esteira de tais acontecimentos que se introduz o pensamento de Karl Marx, teórico que com seu sistema filosófico visava questionar a pretensa racionalidade econômica presente no pensamento liberal. Influenciado pela filosofia materialista de Feuerbach e pela estrutura dialética criada por Hegel, Marx e Friedrich Engels sistematizaram uma análise que buscava explicar a influência da subsistência material e das relações sociais de produção na organização das sociedades ao longo da história, pensamento conhecido como materialismo histórico.⁹ Contudo, seu interesse em analisar as estruturas de reprodução do capital acabou dirimindo em considerável medida o tema da política na obra fundamental de Marx, *O Capital*, tendo na mesma se restringido a desvelar a importância da política nas etapas de acumulação primitiva, formação das dívidas públicas dos Estados e na manutenção dos interesses das classes dirigentes. Apesar de o capítulo XXIV da referida obra destacar a importância do poder coercitivo para o desenvolvimento das condições que desencadearam a sociedade de mercado¹⁰, Marx acabou por não dar continuidade a tal raciocínio, falecendo antes de finalizar o referido livro e deixando uma lacuna quanto ao papel do Estado no capitalismo.

Com o materialismo histórico, Marx procurou desenvolver um método interpretativo sobre o processo de transformações da natureza através da ação humana ao longo do tempo,

9 Cf. RENAULT, Emmanuel; DUMÉNIL, Gerard & LÖWY, Michel. *Ler Marx*. São Paulo, Editora Unesp, 2011.

10 Cf. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume III. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012. Sobretudo o capítulo XXIV: “A assim chamada acumulação original”.

sendo a história do homem, na perspectiva do autor, um contínuo movimento em que as mudanças tecnológicas e relações sociais estão sedimentadas nas necessidades materiais de sobrevivência destes seres. A relação entre sociedade, trabalho e espaço natural ao longo do tempo foi denominada *modo de produção* por Marx e tinha como proposição analisar a história da humanidade não como um processo de contínua e inevitável evolução, como propunha parte da filosofia liberal e do idealismo alemão, mas sim como um força centrípeta ocasionada pela irresistível luta dos seres humanos em busca de sua sobrevivência.

Para Marx, o fator que difere os humanos dos animais não é determinado pela capacidade cognitiva, mas sim pela efetividade daqueles em transformar o seu meio natural e social através do trabalho.¹¹ Desta forma, para o autor, as bases de organização e divisão do trabalho formariam o arcabouço de funcionamento de todas as sociedades ao longo do tempo, sendo o modo de produção, portanto, a estrutura orgânica adotada por uma sociedade para chegar aos fins do trabalho que concebe útil e necessário aos interesses de sua sobrevivência. É importante lembrar que, a despeito do que procurou defender Smith em seu referido texto, Marx sinalizou em sua obra um olhar que concebia os Estados como instituições inseridas no sistema de mercado e que, devido à sua capacidade tributária e coercitiva, não podem ser entendidos como elementos neutros no processo de acumulação privada.¹² A presente pesquisa se baseia na referida interpretação de Marx acerca da importância do Estado na acumulação de capital, sendo as ações estatais nos países capitalistas consideradas neste estudo como parte de um esforço dos governos para fazer valer no plano político os interesses econômicos defendidos por suas classes dominantes.

11 “Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula, e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braço e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. (...) Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa as operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua comeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura em sua mente antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade”. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012. pp 211-212.

12 Sobre o tema do Estado na teoria marxiana, conferir: SWEEZY, Paul. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista: Princípios de Economia Política Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973. pp. 269-284.

Marx buscou levantar a influência das condições materiais na origem da sociedade capitalista, tendo definido a mesma como um modo de produção que tem como finalidade econômica a criação, comercialização e acumulação de mercadorias (MARX, 2012 [1867], pp.211-212). Por esta via, o autor tentou mostrar que a organização social dos trabalhadores, denominados proletários por Marx, estava baseada na produção de mercadorias, sendo, entretanto, o produto social de tal trabalho coletivo destinado aos fins privados da classe detentora das ferramentas de produção e das matérias-primas, a burguesia. Assim sendo, o pensamento marxiano acabou por desvelar que na economia burguesa os trabalhadores acabam se apropriando de uma parcela ínfima da riqueza, apesar de serem a variável central para a produção e expansão da mesma no capitalismo. A separação entre o trabalhador e os lucros sociais do trabalho configuram para Marx uma das bases do sistema capitalista, sendo esta relação denominada pelo mesmo como *alienação*.¹³

O olhar marxiano encara o capitalismo como um sistema social baseado na propriedade privada e que separa os trabalhadores de seus meios de trabalho, originando uma mercadoria que não se mostra como fruto de uma atividade executada pelo seu criador. Ao contrário, como defendeu o autor, a mesma se apresenta como um artigo independente de seu fabricante, uma “coisa” com fim em si. Este processo de “coisificação”, ou *reificação* como propôs posteriormente a filosofia de Georgy Lukács¹⁴, acabou por inverter a lógica da realidade, elevando mercadorias ao mesmo valor de seres humanos e reduzindo as relações sociais de produção ao patamar mercantil. Com isso, o próprio trabalho se torna uma unidade de troca, especificamente uma mercadoria necessária à produção de outras, sendo possível remunerar a força de trabalho do proletário a partir de um valor de mercado médio comparado com a mão de obra disponível.

No entanto, o pleno desenvolvimento da empresa capitalista exige, em condições ideais, o estabelecimento de um preço tão menor quanto o possível para o emprego da força de trabalho, sendo provável que este valor de mercado passe a ameaçar o montante mínimo

13 “O trabalho alienado é aquele no qual o produtor não pode reconhecer-se no produto de seu trabalho; porque as condições desse trabalho, suas finalidades reais e seu valor não dependem do próprio trabalhador, mas do proprietário das condições do trabalho. Como se não bastasse, o fato de que o produtor não se reconheça no seu próprio produto, não o veja como resultado de seu trabalho, faz com que o produto surja como um poder separado do produtor e como um poder que o domina e ameaça”. CHAUI, Marilena. *O que é ideologia?* Coleção primeiros passos. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994. p. 22.

14 Cf. LUKÁCS, Gyorgy. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

necessário à sobrevivência humana. “Separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista” (POLANYI, 1980, p.198). A sociedade de mercado, consolidada com o surgimento do capitalismo industrial na Inglaterra do século XVIII, inaugurou um mecanismo de contínua compressão salarial, colocando os objetivos de expansão da riqueza dos capitalistas à frente dos interesses e necessidades de sobrevivência do grupo.

A análise crítica feita por Marx sobre a estrutura e dinâmica de funcionamento da economia burguesa tem notável importância no presente estudo por três razões: a) demonstra a artificialidade do argumento liberal que busca separar a economia das demais relações sociais, esvaziando propositalmente a importância da política na mesma; b) expõe em detalhes o processo de mercantilização das relações sociais e dos indivíduos a partir da Revolução Industrial inglesa, tendência que se espalhou e acabou por criar ramificações em um sem número de esferas produtivas; c) Ajuda a compreender a influência de interesses privados no discurso contra a intervenção estatal na vida econômica, tendo um conjunto políticas estatais na Inglaterra sido atingidas pela expansão das influências do capitalismo liberal a partir do último terço do século XVIII. Em suma, a obra de Marx colabora para a compreensão sobre as razões para as políticas públicas em Estados capitalistas estarem continuamente atreladas aos interesses de frações dos setores burgueses e à revelia das necessidades sociais da população, tendo também a área da saúde pública inglesa sido atingida por tal processo de mercantilização inerente à expansão do capitalismo naquele país.¹⁵

Todavia, apesar da ocorrência de tal processo, o período entre 1795 e 1834 é marcado pela luta dos trabalhadores ingleses contra a imposição do liberalismo econômico, tendo a vigência da *Speenharland Law* em tal momento impedido a consolidação de um mercado de trabalho e de um sistema produtivo organizado a partir dos interesses da burguesia britânica (POLANYI, 1980, p.99). O intuito fundamental da referida lei era reforçar o sistema paternalista e as condições de trabalho impostas pelos governos dos Tudors e Stuarts: “Os juízes de Berkshire, (...) numa época de grande perturbação, decidiram conceder abonos, em aditamento aos salários, de acordo com uma tabela que dependeria do preço do pão. Assim,

15 Cf. KANIKADAN, Paula Yuri Sugishita; MARQUES, Maria Cristina da Costa. Uma trajetória dos profissionais de saúde ingleses, 1815-1858. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.29-47, Março de 2013.

ficaria assegurada ao pobre uma renda mínima independente dos seus proventos” (POLANYI, 1980, p.100). A introdução da lei *Speenharland* sinalizou uma importante mudança econômica e social na Inglaterra, ou o “direito de viver” (POLANYI, 1980, p.100) como escreveu Karl Polanyi, impedindo a solidificação de uma sociedade de mercado no país até 1834, ano de sua abolição.

O período de vigência da *Speenharland Law* também teve importância significativa para o âmbito das políticas sanitárias, tendo o Ato dos Apotecários de 1815 visado regulamentar as atividades laborais na área da saúde e legitimar a atuação de farmacêuticos como profissionais médicos na Inglaterra (KANIKADAN, 2013, p.33). É válido lembrar a relevância cotidiana destes profissionais para a atenuação e cura das moléstias que atingiam as populações pobres nas grandes cidades industriais, como a febre tifóide, a cólera, a catapora, o sarampo e a tuberculose. Na época, três tipos de profissionais estavam encarregados de cuidar da saúde da população, os médicos, os cirurgiões e os apotecários, sendo diferenças práticas entre os três determinada principalmente pelos seus ganhos. Como destacaram Marques e Kanikadan acerca da remuneração dos profissionais médicos na Inglaterra do início do século XIX:

a única diferença entre um médico, um cirurgião e um apotecário relacionava-se à quantia paga para exercer a profissão: para o ofício de médico era preciso pagar trinta ou quarenta libras; de cirurgião, vinte libras; e de apotecário, seis ou dez libras (KANIKADAN, 2013, p.33).

A regulamentação da atividade dos apotecários, sobretudo devido à maior acessibilidade dos mesmos no atendimento aos setores mais pobres em situações de enfermidade, indica um momento de particular relevância na história das políticas de saúde na Inglaterra, tendo o ano de 1815 representado importante marco para a posterior criação da Reforma Sanitária no país.¹⁶ O ato que instituiu tal reforma, lançado em 1832, “*alterou muitos aspectos da vida social não só inglesa, como de toda a Grã-Bretanha em questões como a vida nas prisões, o cuidado com a criança, o bem-estar da sociedade e a saúde pública*” (KANIKADAN, 2013, p.31).

16 Conferir: BART, James Clark Sir. Remarks on Medical Reform; in a second letter addressed to the right Hon. Sir James Graham, Bart., one of her Majesty's principal secretaries of State, & C. By Sir James Clark, Bart., M. D., F. R. S., physician in ordinary to the Queen and to the Prince Albert. Londres, John Murray, 1843.

O crescimento da importância dos apotecários e dos barbeiros-cirurgiões acabou gerando desavenças destes com a categoria médica a partir de meados da década de 1830. Diante da crescente desvalorização de sua atividade, os médicos ingleses passaram a trabalhar para a criação de instituições de saúde, denominadas dispensários, e conselhos de classe a fim de debater possíveis melhorias para a saúde pública, legitimar sua relevância social e pressionar a regulamentação de sua prática pelo Estado.¹⁷ A disputa entre as três ordens profissionais se sucedeu nas duas décadas seguintes, tendo o Ato Médico Benjamin Hawes, criado em 1841 a fim de garantir a atividade dos apotecários; o Ato Farmacêutico de 1852, instituído no intuito de regulamentar profissão de farmacêutico; e o Ato Médico de 1858, em que os médicos passaram a receber formação em medicina e cirurgia – tornando-se “médicos-cirurgiões”, representado parte dos influxos políticos entre referidas classes profissionais no intuito de fazerem valer seus interesses particulares.¹⁸

A disputa entre cirurgiões, apotecários e médicos tendeu a cessar com a publicação deste último ato, tendo a categoria médica sido beneficiada com a notável valorização de sua profissão a partir de 1858.¹⁹ *Pari passu*, foi também observada a ascensão social e progressiva equalização na remuneração de cirurgiões e farmacêuticos em relação aos médicos: “legalmente, o apotecário tornou-se o médico clínico geral, e o cirurgião, médico especialista” (KANIKADAN, 2013, p.35), tendo as três categorias passado a atuar em conjunto a fim garantir a ampliação de sua relevância política e profissional no contexto da Inglaterra vitoriana. Acerca desta fusão de interesses na classe médica inglesa em fins da década de 1850, Kanikadan e Marques lembraram as considerações feitas em *The Rise of Medical Profession*, relevante obra de Noel e José Parry acerca da consolidação da profissão de médico na Inglaterra:

De fato, segundo Parry e Parry (1976), o ato médico de 1858 elevou não só médicos a uma posição privilegiada, mas também cirurgiões e apotecários: foi a 'marca registrada' do crescimento do apotecário e do cirurgião. Isso os tirou daquela condição inferior de comerciantes e artesãos, e os transformou em uma classe médica unificada com o elevado *status* de médicos. De acordo com esses autores, iniciava-se a formação da corporação médica inglesa (KANIKADAN, 2013, p.35).

17 Cf. IRVINE, Hugh Colley. *The old DPS: a short history of charitable work in Manchester and Salford, 1833-1933*. Manchester, District Provident and Charity Organisation Society of Manchester and Salford. 1933.

18 Cf. COPE, Zachary. *The Royal College of Surgeons of England: a history*. Londres, Anthony Blond, 1959.

19 Cf. PARRY, Noel; PARRY, José. *The rise of the medical profession: a study of collective social mobility*. London: Croom Helm. 1976.

A aglutinação dos interesses e regulamentação das atividades médicas pode ser considerada uma importante etapa no processo de mercantilização da saúde na Inglaterra. Afinal, o reconhecimento das funções dos profissionais desta área através do Ato Médico de 1858 acabou por consolidar uma visão, análoga ao pensamento liberal, que considerava a saúde não como uma necessidade social e militar garantida por intermédio da ação estatal, mas sim como um produto sujeito às condições estabelecidas pelo sistema de mercado e consumível apenas mediante o pagamento pelo serviço de seus profissionais especializados. Não é preciso dizer que esta nova tendência sanitária teve deletério impacto na qualidade de vida das camadas mais baixas da população inglesa, já que esta teve a sua saúde não mais reconhecida como um direito de raiz consuetudinária e inerente ao contrato social estabelecido entre a mesma e o Estado, mas sim como um interesse de caráter individual no qual o poder estatal não tem capacidade de intervenção direta, tal qual o âmbito econômico era encarado no pensamento liberal (KANIKADAN, 2013, p.36).

A construção de uma plataforma comum entre os profissionais médicos e o reconhecimento dos interesses destes pelo poder estatal, à revelia das demandas sanitárias da população, é um simbólico fato que também sinaliza o declínio da liberdade terapêutica na Inglaterra. Como destacou Stuart Hogarth, a partir da instituição do Ato Médico de 1858 foram suprimidos os tratamentos tradicionais de cunho religioso, homeopático ou folclórico, tendo estes dado lugar à terapêutica médica admitida pelo Estado inglês.²⁰ Esta nova correlação de interesses entre governo e classe médica acabou por enfraquecer instituições filantrópicas e hospitais das ordens religiosas, fortalecendo assim os dispensários geridos por médicos-cirurgiões, especializados e clínicos gerais. Logo, é possível perceber que a consolidação das profissões de saúde na sociedade industrial britânica em meados do século XIX esteve, em grande medida, atrelada aos interesses liberais defendidos pelo Estado no período, tendo a importância estratégica da saúde no âmbito político e militar sido

20 Cf. HOGARTH, Stuart. Joseph Townend and the Manchester Infirmary: a plebeian patient in the Industrial Revolution. In: BORSAY, Anne; SHAPELY, Peter (Org.). *Medicine, charity and mutual aid: the consumption of health and welfare in Britain, c.1550-1950*. Aldershot: Ashgate. p.91-109. 2007.

gradualmente substituída por um discurso que encarava a mesma como interesse privado. (KANIKADAN, 2013, p.36).

É a partir tal contexto que é possível se retomar à análise de Marx acerca da finalidade do Estado na ordem capitalista, já que na estrutura teórica criada pelo filósofo alemão tal instituição é responsável pela manutenção e imposição dos interesses da classe dirigente sobre a sociedade civil. Em caso de disputa entre a subsistência coletiva e a imposição dos preços impostos pelo sistema de mercado, caberia ao Estado a função de privilegiar a segunda proposta, garantindo a manutenção do trabalho na categoria de mercadoria e fornecendo as condições básicas para o prosseguimento da acumulação capitalista. Como escreveu Marx no capítulo X de *O Capital*, acerca da importância do Estado para a determinação da jornada de trabalho:

O capitalista afirma seu direito, como comprador, quando procura prolongar o mais possível a jornada de trabalho e transformar, sempre que possível, um dia de trabalho em dois. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida impõe um limite ao consumo pelo comprador, e o trabalhador afirma ser seu direito, como vendedor, quando quer limitar a jornada de trabalho a determinada magnitude normal. Ocorre assim uma antinomia, direito contra direito, ambos baseados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais e opostos, decide a força. Assim, a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como uma luta pela limitação da jornada, um embate que se trava entre a classe capitalista e a classe trabalhadora (MARX, 2012 [1867], p.273).

A passagem acima, uma das mais conhecidas e importantes da referida obra, sinaliza com maior acuidade a visão de Marx acerca do poder coercitivo representado pelo Estado, além de revelar a visão crítica à teoria liberal presente no pensamento do autor. Contestando as “leis naturais” da oferta e da procura, do livre comércio e da concepção de um Estado neutro e imparcial na mediação dos interesses de classe, defendidas por Adam Smith em *A Riqueza das Nações*, Marx evidencia que a contradição material promotora da luta de classes acaba por depender da ativa participação da força para a sua realização, sendo esta utilizada através do Estado e a fim de assegurar a existência da propriedade privada e a manutenção dos rendimentos e lucratividade das classes proprietárias. No contexto da Reforma Sanitária inglesa de meados do século XIX, é possível perceber a atuação do Estado a fim de garantir a transformação da saúde e de seus profissionais em mercadorias mercantilizáveis cuja finalidade não seria o benefício público, mas sim o lucro e a acumulação privada de capital.

Desta forma, as considerações de Marx são utilizadas como ferramentas metodológicas a fim de compreender as leis de funcionamento do modo de produção capitalista e algumas das motivações que colaboram para a atuação dos Estados em favor de tal sistema. Através do pensamento do autor, é possível refletir que as ações governamentais em países capitalistas não são fruto somente da relação entre poder político e demandas setoriais da sociedade, sendo a intervenção planejada em áreas de interesse estratégico utilizada pelos poderes estatais a fim de representar e expandir a influência de sua classe capitalista, visando assim a ampliação da relevância econômica e políticas destes Estados. Sendo assim, as políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento econômico, científico e sanitário podem ser encaradas não apenas como ações que se destinam a melhorar a qualidade de vida da população, mas também como mecanismos de mobilização de recursos humanos e materiais necessários para assegurar a fluidez dos investimentos e a expansão dos interesses das burguesias nacionais.

Realizadas as referidas considerações, o presente estudo passará a analisar a importância das políticas públicas na área da saúde em países de industrialização avançada no período do imperialismo. Estados com condições geográficas ou sanitárias favoráveis ao desenvolvimento de moléstias necessitaram, em grande medida, da intervenção governamental para o controle de epidemias e pandemias, sendo tal ação importante tanto para ampliar os índices de qualidade de vida quanto para garantir a estabilidade da mercadoria determinante no valor dos demais produtos comercializados: a força de trabalho. Desta forma, a seção seguinte se dedicará a estudar algumas das motivações para o investimento em saúde nos impérios europeus a partir de fins do século XIX, sendo necessário para tal intuito traçar previamente as condições econômicas e políticas que contribuíram para o nascimento das ciências biomédicas na época.

1.2 - “O valor da saúde”: as ciências médicas e o imperialismo

Desde seu início, a humanidade luta um intermitente combate contra inimigos invisíveis: as doenças pestilenciais. Na antiguidade, os saberes produzidos por Hipócrates visavam mudar a forma de relacionamento do homem com a saúde, sendo o nascimento da medicina atribuído ao sábio grego por sua visão que compreendia o estudo das doenças como

método de investigação²¹, retirando o caráter ritualístico e religioso presente nas mesmas até então. A ameaça das grandes pandemias acompanhou as sociedades ao longo da história, tendo doenças como varíola, cólera e peste bubônica assolado amplamente várias partes do mundo até meados do século XIX (UJVARI, 2012, p.172). O advento da industrialização, o crescimento descontrolado das cidades e a má distribuição urbana são alguns dos fatores que acirraram ainda mais as condições sanitárias na Europa, ocasionando a expansão de males como a tuberculose, a escarlatina, a difteria e a coqueluche (UJVARI, 2012, p.173), e contribuindo assim com uma frequente instabilidade populacional no continente. Tais consequências tornaram essencial o aprimoramento das ciências médicas a fim de garantir não apenas a saúde das populações, mas também no intuito de assegurar os contingentes de força de trabalho necessários para o fortalecimento da industrialização e o crescimento estável dos países capitalistas.

A partir de 1870, um conjunto de conhecimentos proporcionados pelos avanços tecnológicos e científicos daquele período se enfeixaram em uma nova ciência denominada microbiologia, proposta pelo francês Louis Pasteur a partir de seus estudos em cristalografia e fermentação. Desse campo se desdobraram disciplinas como a parasitologia, a biofísica, a bioquímica, a micologia e a imunologia (BENCHIMOL, 1990, p.7), gerando avanços que contribuíram em grande medida no combate às doenças de massa na Europa e em outras partes do mundo. A difusão da microbiologia e a ascensão de um novo panorama de possibilidades farmacêuticas com o aprofundamento dos conhecimentos da química, conjuntura característica da segunda metade do século XIX, deram origem a um novo campo na área da saúde, a chamada medicina experimental, sendo Claude Bernard seu precursor.

É necessário considerar que até o surgimento da microbiologia havia na Europa um notável descrédito público em relação à categoria médica, característica também presente no Brasil do período.²² Tal fato se devia à ausência de um padrão teórico e prático no ramo²³, o que abalava seu status científico e reduzia a importância social do médico se comparado com

21 Cf. RIBEIRO Jr., Wilson. A. Aspectos reais e lendários da biografia de Hipócrates, o "pai da medicina". *Jornal Brasileiro de História da Medicina*, v. 6, n. 1, p. 8-10, 2003.

22 Cf. CARRETA, Jorge Augusto. "O micróbio é o inimigo": debates sobre a microbiologia no Brasil 1885/1904. Tese de doutorado em Política Científica e Tecnológica. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

23 Cf. SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2001.

os bacharéis em Direito e Engenharia. Todavia, com o surgimento dos novos saberes microbiológicos, foi possível construir uma sólida base de conhecimentos para os profissionais da saúde, tendo a medicina experimental, disciplina da área da saúde voltada para pesquisa laboratorial, se dissociado assim medicina anatomoclínica proposta por Hipócrates e dedicada à observação e análise da manifestação da patologia no doente.

A importância da saúde na acumulação de capital das nações é uma temática já debatida pela pesquisa especializada, não sendo intenção do presente estudo abarcar todas as contribuições que se relacionam com tal tema.²⁴ São conhecidos os impactos positivos no comércio internacional produzidos pelas melhorias sanitárias, tendo o esforço coletivo a fim de conter os focos das principais doenças de massa se tornado um ponto de convergência entre as potências imperialistas daquele período.²⁵

A organização das Conferências Sanitárias Internacionais a partir de 1851 e a criação de órgãos especializados na elaboração de uma política de saúde em caráter continental, como a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), primeira instituição internacional concebida para tal fim, visavam possibilitar o controle dos surtos epidêmicos que atingiam grande número de portos e cidades ao redor de todo o mundo na época. Sobre as epidemias de cólera no século XIX, Nísia Trindade relembrou que na Europa e nos Estados Unidos tal doença “*teve papel determinante na percepção das elites políticas sobre os problemas sanitários, favorecendo ações políticas, criação de organizações e intervenção dos Estados nacionais na resolução dos problemas de saúde e nas reformas urbanas*” (LIMA apud FINKELMAN, 2002, p.36).

Além do aspecto econômico, é relevante destacar a aproximação ocorrida entre a área da medicina e os regimes políticos presentes nos impérios europeus da época. Em países como Inglaterra, França e Alemanha, no último terço do século XIX, tornou-se perceptível o aparecimento de discursos que apontavam médicos e higienistas como responsáveis pela manutenção da ordem interna e da estabilidade econômica das nações, devido, sobretudo, à importância destes profissionais na garantia das condições sanitárias adequadas à saúde das

24 Para mais detalhes sobre o tema, conferir: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da Desordem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993; PONTE, Carlos Fidélis. *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: COC-Fiocruz/EPSJV. 2010.

25 Cf. CUETO, Marcos. *O Valor da Saúde: A história da Organização Pan-Americana de Saúde*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007.

populações.²⁶ Estes, por sua vez, acabaram por legitimar a expansão colonialista europeia, tendo tais potências a justificativa de que sua dominação política na África e Ásia tinha objetivos sanitários e humanitários como causas finais.

A partir das descobertas de Pasteur foi sendo estruturada uma lógica que encarava os agentes microbióticos como “niveladores sociais” (LIMA apud FINKELMAN, 2002, p.33), devido à capacidade daqueles de atingirem irrestritamente ricos e pobres, infectando e matando indivíduos independente de sua etnia, classe social ou nacionalidade. O filósofo francês Bruno Latour, pesquisador referência na área da antropologia das ciências²⁷, demarcou que neste último quartel do século XIX a aproximação entre a microbiologia pasteuriana e o discurso imperialista ajudou na construção da ideologia de pureza e superioridade racial, fator determinante para legitimar a dominação europeia em outros continentes.²⁸

É válido ressaltar que a contribuição científica iniciada por Pasteur gerou frutos e originou um novo tipo de profissional da saúde: o médico experimental. A diferença desse profissional para o da perspectiva hipocrática tradicional é que o último, por situar no hospital o seu ambiente de trabalho, possui a terapêutica como base essencial de sua atividade, enquanto o primeiro considera que suas experiências no laboratório visam à “compreensão e erradicação da doença, quer seja no homem, nos animais ou no mundo vegetal – mas esse é seu objetivo último, não sua causa ou motivação primeira” (BENCHIMOL, 1990, p.7). Como lembrou Jayme Benchimol sobre o surgimento de tal perfil profissional na época, “*a relação entre laboratório e terapêutica não é imediata, sequer obrigatória, para conferir legitimidade*

26 Cf. MURARD, Lion & ZYLBERMAN, Patrick. La raison de l'expert ou L'hygiène comme science sociale appliquée. *Archives European of sociology*, XXVI:58-89, 1985.

27 A antropologia das ciências é uma disciplina desenvolvida na França a partir dos anos 1980 e que possui como objeto de estudo as dinâmicas em que surgem e se desenvolvem as pesquisas científicas e tecnológicas. “Do ponto de vista metodológico, Latour afirma que a única maneira de compreender a realidade nos estudos científicos é acompanhar os cientistas em ação, já que a ciência está fundada sobre uma prática, e não sobre ideias. Para isso, é preciso prestar atenção aos detalhes da prática científica, descrevendo essa prática tal como os antropólogos descrevem tribos selvagens. (...) Segundo o autor, a atividade científica tem por natureza uma dimensão coletiva, pública, de modo que a construção de fatos e máquinas somente se viabiliza através da conjugação de interesses e mobilização de um grande número de aliados. Conforme diz, ‘a construção de um fato é um processo tão coletivo que uma pessoa sozinha só constrói sonhos, alegações e sentimentos, mas não fatos’. IN: FREIRE, Letícia. *Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. Comum*. Rio de Janeiro - v.11 - nº 26 - p. 46 a 65 - janeiro /junho 2006. Conferir também: MORAES, Márcia Oliveira. *A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, mai/ago, vol. 11, nº 2, 2004.*

28 Cf. LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.

àquelas investigações mais puras do espectro das disciplinas que vão compor a chamada medicina experimental” (BENCHIMOL, 1990, p.7), formando uma relação que se tornará presente em toda a história da medicina posterior: a pretensa dualidade existente entre as ciências da saúde “puras” e as ciências aplicadas ao contexto social.

No entanto, é necessário ponderar que tal concepção liberal acerca do caráter supostamente “puro” da medicina experimental acabava por encobrir as relações sociais em que se difundia essa nova área da ciência, mascarando os interesses políticos e reais condições de financiamento que custeavam o desenvolvimento de suas pesquisas. Em suma, a microbiologia e medicina laboratorial se difundiam através dos investimentos da iniciativa pública e privada a fim de eliminar as doenças presentes nas colônias e facilitar a penetração da influência política, econômica e comercial das potências europeias. A tendência de oposição a qualquer interferência de interesses externos em suas pesquisas, associada aos cientistas puros desde século XIX, pode ser concebida como uma característica discursiva que pouco tinha a ver com a realidade social de sua época, tendo na França estes cientistas recebido investimentos de diversas esferas a fim de controlar as epidemias que fustigavam as tropas e os funcionários europeus nas colônias africanas e asiáticas.²⁹

Como escreveu Eric Hobsbawm:

Os processos do intelecto não são autônomos. Sejam quais forem a natureza das relações entre a ciência e a sociedade onde está embutida e a conjuntura histórica particular onde ocorre, essa relação existe. Os problemas que os cientistas identificam, os métodos que usam, os tipos de teorias que consideram satisfatórias em geral ou adequadas em particular, as ideias e modelos que usam para resolvê-los são os de homens e mulheres cujas vidas, mesmo no presente, não se restringem ao laboratório ou ao estudo. Algumas dessas relações são de uma simplicidade crua. Uma parte substancial do ímpeto do desenvolvimento da bacteriologia e da imunologia foi uma função do imperialismo, pois os impérios ofereciam um forte incentivo ao controle das doenças tropicais, como a malária e a febre amarela, que prejudicavam as atividades dos homens brancos nas regiões coloniais. (HOBSBAWM,1988. P.349).

Apesar da influência de Pasteur no ramo da medicina experimental, o instituto com seu nome, inaugurado em 1887, baseou-se desde o seu início em um tripé de funcionamento que relacionava a pesquisa científica, o ensino das disciplinas ligadas à microbiologia e a

29 Cf. LATOUR, Bruno. *Les Microbes: guerre et paix suivi de irrédutions*. Paris, A.M. Metalie, 1984.

produção de medicamentos para fins terapêuticos e hospitalares (BENCHIMOL, 1990, p.9). A estabilidade financeira conferida pela comercialização de vacinas e soros garantiu uma contínua solidez na área de pesquisas do órgão, sendo estas desenvolvidas por professores e turmas de pós-graduação em microbiologia e áreas afins compostas por estudantes oriundos de várias partes do mundo. Tal modelo de gestão logo de início começou a gerar frutos, tendo o Instituto Pasteur aberto a sua primeira filial em Saigon já em 1889 e se espalhado por outras partes da Ásia como Hong Kong, Hanói, Bangkok e Hué (BENCHIMOL, 1990, p.9).

As sucursais do instituto tiveram importância fundamental na descoberta de novos microrganismos e no desenvolvimento de soros terapêuticos para o combate de epidemias locais, como o reconhecimento do bacilo da peste bubônica em 1893 pelo suíço Alexander Yersin, ex-aluno de Émile Roux, cientista francês que se tornou responsável pela formação dos novos pesquisadores do órgão. Na África, o Instituto Pasteur foi responsável por descobrir um tipo ainda não estudado de moléstias, classificadas como leishmanioses, além de serem feitos notáveis avanços nas pesquisas sobre o tifo exantemático e a tripanossomíase africana em locais como Madagascar, Argélia, Marrocos e Congo (BENCHIMOL, 1990, p.10).

É importante lembrar que o fortalecimento do cientificismo é uma característica marcante deste último quartel do século XIX, tendo áreas como a filosofia e a sociologia debatido sobre a relevância social das ciências para a prosperidade das nações capitalistas. No âmbito da sociologia, destacaram-se as contribuições de Auguste Comte em seu “Curso de Filosofia Positiva”, obra de notável amplitude no período e que buscou apontar o desenvolvimento científico como engrenagem essencial para o que Comte descreveu como a “evolução do espírito humano”.³⁰ Já a vasta obra de George Wilhelm Friedrich Hegel é uma que na área da filosofia contribuiu em notável medida para a legitimação do discurso que concebia a ciência como elemento propulsor do crescimento econômico e do fortalecimento político dos países ao longo do tempo. O filósofo alemão buscou demonstrar a importância da ciência para a expansão do conhecimento e da cultura nos Estados europeus, considerados motores das contradições que ocasionam as mudanças políticas e sociais necessárias para o desenrolar efetivo da própria história (RUSSELL, 2013. pp.390-393).

30 Cf. COMTE, A. *Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

Outra questão filosófica presente na obra de Hegel que imbuíu o debate político de fins do século XIX se refere à importância do Estado como ator promotor do crescimento e da felicidade coletiva das nações (HEGEL, 1997. p.125). Apesar do século anterior ter assinalado notável ruptura com a perspectiva de intervencionismo estatal, nos principais impérios ocidentais foi possível se perceber o ressurgimento de discursos que apontavam a participação estatal como determinante no intuito de criar as condições – políticas, militares e materiais - necessárias para a expansão econômica e produtiva de seus conglomerados industriais.³¹ A defesa dos interesses das iniciativas privadas pelo poder estatal passou a ser encarada como estratégia para a expansão das riquezas e da estabilidade política dos impérios, assegurando assim a segurança e a felicidade coletiva de suas respectivas populações. Tal ponto de vista, difundido na Alemanha principalmente por autores como Hegel e List, acabou se consolidando como uma das práticas políticas mais frequentes nas potências capitalistas a partir 1875, tendo adquirido a alcunha de *imperialismo* no princípio do século seguinte e sido presente também em países onde a influência da teoria liberal era considerada majoritária, como Inglaterra, França e EUA.³²

Karl Polanyi em sua clássica obra “*A Grande Transformação*” discorreu sobre a gradual falência das instituições políticas e econômicas que sustentavam o que denominou como “civilização do século XIX”, tendo a participação ativa do poder estatal em favor dos interesses dos conglomerados financeiros e industriais da época sido um dos fundamentos para a convulsão e declínio daquela sociedade a partir do início da Primeira Guerra Mundial. Na perspectiva de Polanyi, as bases de tal civilização estavam firmadas em quatro instituições, duas de caráter político e duas de caráter econômico: a primeira seria “*o sistema de equilíbrio de poder que, durante um século, impediu a ocorrência de qualquer guerra prolongada e devastadora (...). A segunda era o padrão internacional do ouro (...). A terceira era o mercado auto-regulável (...). A quarta era o estado liberal*” (POLANYI, 1980, p.17).

Como defendeu o economista polaco, os pressupostos de tais instituições foram subvertidos progressivamente ao longo do século XIX, acabando por romper a estabilidade das relações entre as potências capitalistas e ameaçando a continuidade do próprio sistema

31 Cf. LIST, Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. Série: Os Economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1983 [1841].

32 Para maiores informações, conferir: HOBSON, John. *Estúdio del imperialismo*. Madrid, Alianza Universidad, 1981 [1902]; HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo, Nova Cultural, 1985 [1910].

internacional então em vigor. Tal fato denota a profunda relevância que a intervenção estatal na economia teve naquele período, tendo esta ação entrado em crescente contradição com a teoria liberal pregada por parte dos governos e classes dirigentes ocidentais daqueles tempos. Como escreveu Polanyi:

O sucesso nos negócios sempre envolvia o uso impiedoso da força contra os países mais fracos, a corrupção desenfreada nos escalões administrativos e o uso de quaisquer meios para atingir os fins familiares à selva colonial e semicolonial. E no entanto, por determinação funcional, coube à *haute finance* impedir as guerras mais generalizadas. A grande maioria dos portadores de títulos governamentais, assim como outros investidores e negociantes, seriam os primeiros perdedores com tais guerras, principalmente se as moedas fossem afetadas. A influência que a *haute finance* exercia sobre as Potências era sempre favorável a uma paz européia. Essa influência foi atuante na medida em que os próprios governos dependiam da sua cooperação em mais de um sentido. Em consequência, nunca houve época em que o interesse pela paz não estivesse representado nos conselhos do Concerto da Europa. Se a isto acrescentarmos o crescente interesse pela paz dentro de cada nação onde o hábito de investimento havia deitado raízes, começaremos a ver por que pode ocorrer a surpreendente inovação de uma paz armada de dúzias de estados praticamente mobilizados na Europa de 1871 até 1914, sem chegarem ao ponto de uma conflagração esmagadora (POLANYI, 1980, pp.28-29).

O interesse pela expansão contínua de seu capital e de seus limites territoriais levou as potências europeias a construírem mecanismos de intervenção cada vez mais elaborados a fim de estimular o crescimento das grandes empresas nacionais e a ampliação dos poderes de seus respectivos impérios. Tais estratégias eram desdobradas nas políticas nacionais implementadas em diversas áreas da economia e da sociedade, tendo na área da saúde os campos da medicina coletiva e da epidemiologia trabalhado não apenas em favor da melhoria sanitária, mas também para promover a estabilidade populacional, produtiva e econômica necessária para o fortalecimento político dos grandes impérios da época.

Além do já citado exemplo da medicina pasteuriana, outros impérios europeus se valeram das novas descobertas microbiológicas a fim de controlar epidemias, sanear áreas urbanas e rurais, além de garantir a exploração econômica de suas regiões periféricas, como foram os casos de John Snow ³³, cientista britânico elaborador de uma metodologia epidemiológica que dissipou a transmissão da cólera nas cidades industriais inglesas, e Robert Koch, pesquisador alemão responsável pela descoberta do bacilo transmissor da tuberculose,

33 Cf. MORRIS, Robert D. *The blue death: Disease, disaster, and the water we drink*. New York, Harper Collins, 2007.

doença com ampla difusão nas regiões de Zanzibar e da África oriental alemã.³⁴ A exploração política das questões sanitárias é uma característica que também se mostrou presente em outros continentes na época, com cientistas como Joseph Goldberger³⁵, responsável pelo combate à pelagra nos EUA, e Oswaldo Cruz³⁶, sanitarista encarregado de conter as epidemias de varíola, febre amarela e peste bubônica durante a Primeira República, tendo tais cientistas guardado importante atuação na promoção dos interesses de seus respectivos governos, nos âmbitos sanitário, demográfico e econômico.

Em suma, a aproximação das recém-criadas ciências microbiológicas com os interesses defendidos pelos poderes políticos e pelas classes dominantes capitalistas pode ser apontada como uma importante característica inerente ao cenário internacional desde o fim do século XIX, tendo esta tendência se tornado recorrente em nações de industrialização avançada e tardia. Com isso, a partir do início do século XX, é possível se observar a consolidação das políticas públicas de saúde como práticas adotadas não apenas em favor da melhoria da qualidade de vida das populações, mas também como ferramenta legitimadora do poder dos Estados capitalistas, tendo variado número de países chamados subdesenvolvidos adotado tal estratégia a fim de expandir sua relevância econômica e ampliar a inserção de seus produtos no comércio internacional.

1.3 - Imperialismo, acumulação dependente e políticas de saúde na América Latina

Até aqui a presente pesquisa teve como intuito apresentar a importância das políticas públicas de saúde e da medicina experimental na história econômica europeia, tendo a adoção dos métodos profiláticos defendidos por tais áreas do saber sido utilizado com fins políticos e militares desde meados do século XVII, sob a influência dos teóricos John Graunt e William Petty. A partir de tal ideia foi possível perceber que, a despeito da consolidação do discurso liberal como ideologia dominante desde o declínio do absolutismo no continente, o que se

34 Cf. BROCK, Thomas D. *Robert Koch: A Life in Medicine and Bacteriology*. Washington D.C, ASM Press, 1999.

35 Cf. nota sobre Joseph Goldberger presente no Oxford Dictionary of Scientists: <http://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780192800862.001.0001/acref-9780192800862-e-577>. Acessado em 22-01-2018.

36 Cf. BENCHIMOL, Jayme Larry & SILVA, André Felipe. Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Vol. 15, Rio de Janeiro, julho-setembro de 2008.

pode depreender da prática política das potências europeias é uma notável tendência ao protecionismo e ao intervencionismo estatal nas áreas estratégicas da economia, sendo as políticas públicas de incentivo às ciências da saúde uma plataforma de poder costurada a fim de garantir a estabilidade sanitária, comercial e produtiva de tais nações. As referidas áreas, portanto, tiveram sua parcela de contribuição para o rápido processo de expansão econômica e acumulação de capital consolidado na Europa ocidental e nos EUA já em princípios do século XX, ocasionando o grande desenvolvimento de tais regiões no período e, em última instância, ajudando a influenciar nas rivalidades nacionais que ocasionaram a Primeira Guerra Mundial.

Por outro lado, nos demais continentes a expansão imperialista gerou graves impactos políticos e sociais, tendo sido confirmada nesta época uma tendência econômica apresentada desde princípios do século XVI e que apontava para uma concentração desproporcional do excedente da produção mundial em alguns países do Atlântico Norte. À revelia dos pressupostos econômicos defendidos pela teoria liberal, a adoção do livre-mercado e a flexibilização das trocas comerciais entre regiões não promoveu a expansão da prosperidade em esfera global, mas sim o enriquecimento de algumas poucas nações capitalistas. Tal processo de acumulação proporcionou um crescimento inédito da iniciativa privada nas potências ocidentais, sendo o último quartel do século XIX um momento de notável importância para a formação dos conglomerados oligopolistas que se tornaram os principais carros-chefes das economias capitalistas do período (SWEEZY, 1973, pp. 301-316).

Ao mesmo tempo, é possível perceber a partir deste período o aprofundamento da disparidade econômica internacional, tendo áreas como África, Ásia e América Latina sido penetradas progressivamente pela influência econômica e política de empresas de origem europeia e norte-americana. As disputas entre os oligopólios e o paulatino declínio na margem de lucro obrigou tais empresas a expandirem seus mercados e cadeia produtiva para áreas com menores custos de produção e potencial para a ampliação das vendas, já que diversas regiões latino-americanas, africanas e asiáticas apresentavam elevado crescimento vegetativo. O aperfeiçoamento das estruturas que fundamentam a divisão internacional do trabalho talvez seja um dos fatores que melhor caracterizam o processo de expansão imperialista do século XIX, tendo a integração e satelitização das áreas periféricas sido condições *sine qua non* a própria estabilidade econômica do sistema.

É necessário ponderar que existe um considerável número de contribuições que visam definir o que foi e como se sucedeu o imperialismo, não sendo interesse desta unidade esgotar toda a bibliografia relacionada tema, mas apresentar alguns dos mais consagrados referenciais propostos por estudiosos que se debruçaram sobre o assunto. Tendo ganhado tratamento científico a partir da obra de Hobson, o conceito de imperialismo foi percebido por diferentes interpretações, tendo o mesmo sido abraçado em análises que se propunham a encará-lo tanto de um ponto de vista otimista, quanto por um viés pessimista. As divergências metodológicas e ideológicas entre os pensadores que colaboraram com o entendimento de tal processo acaba por nos obrigar, na presente pesquisa, a construir um breve histórico com algumas das principais concepções sobre o assunto. Além de melhor evidenciar o ocaso do regime concorrencial e do liberalismo econômico em fins do século XIX, esta reconstrução visa também elucidar os elementos lógicos que fundamentam as referidas doutrinas, sendo objetivo assim demonstrar quais destas definições mais se aproximam do método de trabalho adotado até aqui: o materialismo histórico.

Apesar da grande influência desta metodologia em tal debate, é necessário se considerar que o conceito de imperialismo não surgiu com autores marxistas, mas sim através das contribuições de John Atkinson Hobson, jornalista inglês de origem liberal que acabou por criar a definição em *Imperialismo: Um Estudo*, livro de 1902. Após realizar a cobertura da Guerra do Bôeres, iniciada em 1899, na África do Sul, Hobson publicou a referida obra a fim de adotar uma postura crítica em relação ao colonialismo britânico na África e na Ásia. Para o autor, o imperialismo seria consequência de uma alteração nas condições de competição e acesso aos mercados inerentes ao próprio crescimento do capitalismo no século XIX, sendo a participação estatal através da intervenção militar e da colonização uma ferramenta a fim de garantir novos territórios econômicos para os grandes conglomerados internacionais do período.³⁷

Além disso, foi interesse de Hobson ao longo da obra evidenciar as prováveis contradições do modelo econômico imperialista, que na perspectiva do inglês acabaria por aprofundar o nível de concentração de renda na classe empresarial e a diminuição da capacidade de consumo dos trabalhadores nas nações capitalistas principais, fato que

³⁷ Cf. ROIO, Marcos del. *Uma nota sobre a teoria do imperialismo (1902-1916)*. Anais do IV Colóquio Internacional Marx Engels, Campinas, 2009.

influenciaria na redução dos lucros dos oligopólios e no deslocamento destes para as regiões coloniais. O autor destacou que a “superabundância” de capitais e o “subconsumo” nas potências centrais geraria a expansão das grandes empresas para áreas onde pudessem ser reduzidos os custos de produção e remuneração pelo trabalho, a fim de se garantir a estabilidade dos índices de lucratividade, elemento que aumentaria o desemprego e o empobrecimento das metrópoles imperialistas. Portanto, para o autor, o colonialismo e a busca por novos mercados por parte dos Estados europeus acabaria por artificializar as trocas econômicas internacionais, sendo necessárias um conjunto de políticas nacionais por parte da coroa britânica a fim impedir a consolidação de tal processo.³⁸

É a partir da conceitualização de Hobson que podemos citar a obra *O Capital Financeiro*, publicada em 1910 por Rudolf Hilferding e considerada um dos marcos fundadores da teoria marxista do imperialismo. Esta corrente procura entender o colonialismo europeu do século XIX como parte de um processo de expansão global das condições de produção nascidas na Inglaterra a partir da Revolução Industrial e caracterizadas por Marx como inerentes ao sistema capitalista. Desta forma, a visão marxista encara o imperialismo como um processo de internacionalização e imposição das relações sociais que legitimam a propriedade privada dos meios de produção, a alienação do proletário em relação ao produto social de seu trabalho e a exploração da mão de obra assalariada nas colônias, elementos que somados geram as condições essenciais para a reprodução ampliada do capital: a transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadorias.

A visão de Hilferding coaduna com esta perspectiva, tendo o autor considerado o imperialismo como uma deturpação reversível do modelo capitalista concorrencial, gerada, em suma, pelo próprio aumento da concentração de capital e pelo predomínio do capital bancário sobre o capital industrial. Para o austríaco, o alto grau de centralização do capital acabou por ampliar a preponderância das empresas privadas no montante final de riquezas dos Estados, estreitando os laços entre o poder político e a burguesia da época. A eliminação da concorrência e o loteamento dos mercados europeus de acordo com os interesses de suas classes dominantes locais foram circunstâncias que pressionaram tais oligopólios a ampliar a sua área de atuação, tendo as políticas públicas e ações colonialistas de países como Inglaterra

38 HOBSON, John. *Estudo del imperialismo*. Madrid, Alianza Universidad, 1981 [1902]. Sobretudo os capítulos 1 e 2, denominados “Cuantificación del imperialismo” e “El valor comercial del imperialismo”.

e França auxiliado no incremento das margens de lucro e na redução dos custos produtivos de seus principais conglomerados econômicos.³⁹

Hilferding alertou que o fortalecimento do discurso imperialista por parte das potências europeias acabava por transformar a competição empresarial em um conjunto de rivalidades nacionais, situação que provocaria o contínuo atrito entre as nações industriais e tornaria iminente a eclosão de uma guerra. No entanto, o autor defendeu a existência de aspectos positivos nesta aproximação entre as classes dominantes e o poder estatal, tendo a construção de um capitalismo planejado com forte participação das classes trabalhadoras sido cogitada como possível a partir do surgimento do capital financeiro. Como escreveu Roio, acerca da visão do autor

Dessa capacidade organizativa e racionalizadora do capitalismo, Hilferding deduzia que a guerra seria contornável e que o conteúdo da revolução seria a passagem do capitalismo organizado (pelo capital financeiro) ao poder operário, enfatizando os aspectos de planejamento presentes na economia e no Estado. Assim, do capitalismo organizado e imperialista, Hilferding deduz um socialismo de Estado (não imperialista?) (ROIO, 2009, p.3).

Segundo Roio, apesar de Hilferding ter o materialismo histórico como método basilar, é perceptível o conteúdo não revolucionário de sua teoria, sendo a mesma direcionada para um hipotético aprimoramento do capitalismo a partir da conciliação dos interesses entre as burguesias nacionais e os trabalhadores. A adoção de tal posição reformista é, de fato, uma das principais diferenças que distinguiram a análise de Hilferding dos demais pontos de vista inerentes à teoria marxista do imperialismo, tendo a mesma ganhado um tom fortemente crítico ao capitalismo a partir das contribuições feitas por pensadores como Rosa Luxemburgo, Bukharin e Lenin. Não à toa as teorias destes últimos sobre o imperialismo foram denominadas por Roio como “marxistas revolucionárias”, enquanto a perspectiva defendida por Hilferding e também por Karl Kautsky recebeu a nomenclatura de “teoria marxista reformista” por aquele autor.

Contudo, é necessário esclarecer que as contribuições teóricas propostas por Hobson e Hilferding, à revelia do posicionamento ideológico destes autores, em muito ajudaram na compreensão das transformações do sistema capitalista na virada do século XIX para o XX.

39 Cf. HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo, Nova Cultural, 1985 [1910]. Cf. capítulo XIV, denominado “Os monopólios capitalistas e os bancos”.

Tal esforço influenciou no desenvolvimento de uma das mais consagradas perspectivas sobre o tema, a análise teórica feita por Vladimir Lenin em 1916 e denominada “*Imperialismo: fase superior do capitalismo*”. Nesta, o político e revolucionário russo busca explicar que o fim dos laços entre o controle do capital e o direcionamento da produção, inerente ao contexto do capitalismo financeiro, não era apenas um desvio no curso normal do sistema de mercado, como descreveu Hilferding, mas sim uma etapa histórica específica do mesmo.

Para tal afirmação Lenin usa como premissas os métodos básicos de análise presentes no materialismo histórico, esclarecidos anteriormente neste texto, e que tem como um de seus fundamentos essenciais o princípio da “lei de centralização do capital”. O autor bolchevique considerava o imperialismo como a consolidação histórica de uma relação sinalizada por Marx no capítulo XXIII (MARX, 2012 [1867], PP. 713-825) d’*O Capital*, e que pode ser sintetizada em duas tendências: a) o decréscimo relativo do capital variável, representado pelo valor pago pela força de trabalho, em detrimento da expansão dos investimentos no capital constante; b) Inclinação para a centralização paulatina do capital nas mãos de um número cada vez mais restrito de proprietários, em consequência do aumento dos custos inerentes ao capital constante. Tais fatores, sob o ponto de vista de Lenin, descaracterizaram as condições originais das economias de mercado, deprimindo a competição concorrencial e pressionando os grandes conglomerados a buscarem novos mercados a fim de garantir a rentabilidade de seus lucros.

O pensamento de Lenin concebia o imperialismo como a fase monopolista do capitalismo, tendo o capital financeiro ascendente na época se associado ao poder dos Estados a fim de garantir através destes a implementação de uma política colonial que pudesse ser estendida aos continentes ainda não totalmente absorvidos pelo poder econômico das potências capitalistas. A conquista de possessões ultramarinas significava também a obtenção de novos mercados e regiões produtoras de matérias-primas, condições essenciais para a reprodução ampliada do capital das grandes empresas monopolistas. Desta forma, para o autor, os investimentos feitos por companhias europeias e norte-americanas em localidades como a África, Ásia e América Latina visava, em suma, a anexação econômica e a extração da mais-valia através da colonização de tais regiões. Como procurou definir Lenin:

Por isso, sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas

relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (LENIN, 1979 [1916], P.31).

A contribuição de Lenin deve ser percebida como de grande valia, tanto devido ao esforço feito pelo autor para reunir e sintetizar a literatura anterior acerca do imperialismo quanto pelo caráter revolucionário de sua interpretação em relação ao estágio alcançado pelo capitalismo desde o último quartel do século XIX e suas consequências econômicas para os demais continentes. Ao partir dos constructos teóricos dissertados por Hobson, Hilferding e Luxemburgo, o autor acabou por evidenciar a atualidade de tal debate para a época, tendo pensadores de diversas matrizes ideológicas percebido as transformações geradas pelo capital financeiro na economia global. Além disso, a hipótese do russo acerca da inauguração de uma nova etapa do capitalismo e da anexação de regiões menos desenvolvidas pelas metrópoles europeias acabou por deixar um frutífero legado teórico sobre a estruturação do sistema capitalista.

É a partir de tal viés que podemos inserir a questão do subdesenvolvimento na América Latina, sendo esta condição concebida na presente pesquisa como um desdobramento da própria expansão imperialista do século XIX e da sujeição econômica de tal região aos interesses do capital financeiro europeu e norte-americano. Torna-se necessário lembrar que as relações econômicas internacionais são frutos de um sistema de produção e troca de mercadorias, sendo estas últimas, à luz da teoria de Marx, concebidas como trabalho morto ainda não pago. Seguindo tal linha de raciocínio, é possível se afirmar que todo comércio de produtos no interior de uma sociedade é também o comércio de diferentes tipos de atividades laborais, elemento que corrobora para a construção de uma divisão social do trabalho. Como lembrou Paul Sweezy: *“Do mesmo modo a troca internacional corresponde a uma forma particular de divisão internacional do trabalho. As bases dessa divisão, em*

qualquer momento, são condicionadas em parte naturalmente, e em parte historicamente”
(SWEEZY, 1973, P.319).

Tal advertência do economista norte-americano chama atenção para uma premissa real presente no comércio mundial e poucas vezes destacada até o surgimento da teoria marxista do imperialismo, sobretudo a de vertente leninista: a desigualdade nas taxas de mais-valia entre países é um fator erigido pela estruturação histórica do próprio comércio global. Sendo assim, o estabelecimento da divisão do trabalho em âmbito mundial confere a alguns países a possibilidade de se focar em atividades produtivas com um grau mais elevado de rentabilidade enquanto outros são obrigados a se especializarem em setores com taxas inferiores de mais-valia, fatores que em suma são decorrência de condições econômicas, naturais e históricas construídas anteriormente nestes países.

A inserção de uma nação em áreas como a alta tecnologia, por exemplo, não depende apenas do esforço feito pela mesma a fim de atender os requisitos mínimos que lhe assegurem um lugar na competição internacional do setor, mas sim de circunstâncias específicas relacionadas ao volume de capital disponível, ao nível de desenvolvimento das forças intelectuais e produtivas locais, e aos interesses políticos determinados pela classe que domina o Estado (SWEEZY, 1973, P.319-320). Tais fatores são distribuídos em caráter desigual e estabelecidos historicamente através de um conjunto de relações sociais de produção e da participação do país na divisão internacional do trabalho, sendo a existência de empreendimentos com baixa taxa de mais-valia uma notável característica de economias com inserção subalterna na referida divisão internacional. Por outro lado, países que se introduziram de maneira privilegiada no mercado mundial, peculiaridade inerente às nações imperialistas do século XIX, acabaram por apresentar um índice de maior rentabilidade em relação aos retornos de seu capital, tendo esta tendência sido destacada primeiramente por Lenin, e em seguida por Paul Sweezy e Paul Baran.⁴⁰

Por outro lado, estes interesses econômicos, políticos e comerciais inerentes aos impérios europeus e estadunidense acabaram por aquecer parte das economias latino-americanas, colaborando para a ampliação das exportações de gêneros primários e para a consolidação de oligarquias nacionais interessadas na manutenção da estrutura produtiva

40 Conferir as definições de excedente econômico real e excedência econômica potencial contidas em: BARAN, Paul. *A Economia Política do Desenvolvimento*. São Paulo, Abril Cultural, 1984, capítulos 3 e 4.

agrário-exportadora na região. A demanda pela redução dos custos em capital constante e variável, e a necessidade de ampliação da taxa marginal de mais-valia, descritas pelos analistas da teoria do imperialismo como motivações principais para a ocorrência do processo, acabaram por impulsionar os fluxos de investimentos das mais importantes nações capitalistas para os países latino-americanos, com o intuito de ampliar os ganhos dos monopólios e oligopólios daquelas. Tal contexto contribuiu para a solidificação de classes proprietárias latino-americanas cujos principais objetivos eram atender à crescente demanda por matérias-primas provenientes do coração do sistema capitalista e manter a sua dominação política sobre as classes subalternas, ou, como sugeriu André Gunder Frank, uma condição de “desenvolvimento subdesenvolvido”⁴¹, no qual a característica basilar é a limitação da integração das economias periféricas imposta pela própria estrutura de interesses inerentes às burguesias dos países centrais.

A expansão imperialista acabou por formar um conjunto de relações convergentes entre as classes proprietárias internacionais, estando a complexidade das forças produtivas dos países periféricos atrelada, em considerável medida, com o grau de integração destas economias no comércio mundial. Interessadas na ampliação de seu poderio político e econômico através do aumento das exportações, as oligarquias latifundiárias latino-americanas passaram a implantar em seus países várias medidas profiláticas já adotadas na Europa e nos EUA, a fim de melhorar as condições sanitárias de suas principais cidades portuárias, garantir a exportação de seus produtos e legitimar seu domínio político através de um discurso de modernização que também abarcava a área da saúde (CUETO, 2007, p.31). Foi assim que, entre fins do século XIX e princípios do XX, países como Brasil, Argentina, México, Cuba e Chile passaram a sinalizar os primeiros esforços a fim de estabelecer políticas de saúde pública em âmbito local, sendo objetivo garantir a exportação de suas principais matérias-primas de exportação: café, carne bovina, sisal, açúcar e cobre, respectivamente (CUETO, 2007, p.31).

Todavia, o caráter local, a sazonalidade das medidas profiláticas aplicadas pelos governos e as condições endêmicas favoráveis à reprodução de certas doenças de massa – como febre amarela, malária, bócio e varíola –, são alguns dos fatores que acabaram

41 Cf. FRANK, Andre Gunder. *El subdesarrollo del desarrollo: Un Ensayo autobiográfico*. Madrid, Iepala Editorial, 1992.

aproximando os interesses sanitários de parte das oligarquias latino-americanas, colaborando assim para a gradual formação de uma plataforma sanitária comum na região. Reuniões como a V Conferência Sanitária Internacional e o Congresso Sanitário Americano, podem ser apontados como eventos pioneiros no intuito de estabelecer uma política sanitária padronizada na América Latina. Realizado em 1881, a primeira assinalou a convergência de esforços de países como México, Brasil, Venezuela, Haiti e Cuba a fim de estabelecer normas de segurança sanitárias comuns nos portos e principais cidades portuárias de tais nações, tendo o renomado médico cubano Carlos Finlay divulgado nesta conferência suas descobertas sobre o mosquito *Aedes Aegypti* e sobre a determinância do mesmo na transmissão da febre amarela.

Já o Congresso Sanitário Americano, organizado em 1888, em Lima, também teve a saúde nas áreas portuárias como uma de suas principais preocupações, tendo contado com representantes de países como Peru, Bolívia, Chile e Equador. Segundo Marcos Cueto, tal congresso

[i]ncluiu recomendações referentes à notificação recíproca de doenças e à minuta de um acordo internacional. Este estabelecia regras gerais para a profilaxia contra a cólera e a febre amarela, bem como para a organização e funcionamento de lazaretos, quarentenas e desinfecções, além dos tipos de perguntas a serem formuladas aos passageiros (*que transitavam entre tais países*). Também julgava necessário que cada país tivesse um escritório central de informações sanitárias e que compartilhasse seus dados epidemiológicos com outros países. (...) Todas essas reuniões apontaram para as limitações da saúde internacional tradicional, que em geral era fragmentada, considerada um obstáculo ao comércio, e que, por isso mesmo, muitas vezes se revelava ineficaz (CUETO, 2007, p.31-32).

Portanto, a partir de fins do século XIX, foi possível se perceber o aparecimento institutos, agências e universidades especializadas na elaboração das estatísticas epidemiológicas exigidas pelos acordos sanitários internacionais estabelecidos na época, além do desenvolvimento de pesquisas e produção soroterápica para o combate às doenças de massa que grassavam alguns países da América Latina. Dentre estes, pode-se destacar a atuação da Academia de Ciências de Havana, cuja atuação fora essencial para a consolidação da hipótese de Carlos Finlay acerca do *Aedes Aegypti*, e da Junta de Sanidad del Puerto, em

Buenos Aires, importante agência responsável pela elaboração dos relatórios sobre os índices de febre amarela na capital argentina.⁴²

Já o Instituto Soroterápico Federal (ISF), criado em 1900, pode ser considerado como um dos principais institutos de saúde pública da América Latina no século XX. Dirigido desde sua fundação pelo médico e sanitarista Oswaldo Cruz, o ISF teve importante atuação na reforma urbana ocorrida no Rio de Janeiro entre 1902 e 1906, tendo sido traçadas no local as principais diretrizes da política de saúde pública que acabou por reduzir drasticamente os índices de varíola, febre amarela e peste bubônica na então capital do Brasil.⁴³ Pelo esforço e colaboração de seu diretor, o ISF teve seu nome mudado em 1908, passando a ser chamado Instituto Oswaldo Cruz (IOC) a partir de então. A relevância científica e sanitária de tal órgão acabou por atravessar as décadas da chamada Primeira República, tendo o IOC mantido considerável relevância científica internacional até meados dos anos 1950, história que será explicitada com maiores detalhes no capítulo a seguir.

1.4 – Conclusões do capítulo

Este capítulo teve como intuito esclarecer como as políticas de saúde pública implementadas pelas principais nações capitalistas europeias desde meados do século XVII visavam não apenas a melhoria das condições sanitárias e profiláticas de tais países, mas também sua estabilidade produtiva, militar e econômica através da eliminação de doenças com grande espectro de disseminação. A partir do desenvolvimento da medicina experimental e da microbiologia pasteuriana foi possível se observar um notável esforço político para o controle das chamadas doenças de massa, no intuito de serem ampliadas as condições de saúde tanto das classes trabalhadoras europeias como das populações cuja força de trabalho era explorada nas regiões coloniais. Com isso, podemos afirmar que a história da gestão pública da saúde já nasceu entrelaçada com os interesses políticos e econômicos de sua época, sendo importante considerar tal relação em qualquer análise correlata ao tema.

⁴² Cf. RODRIGUES, Thiago Dargains. *A febre amarela no Rio de Janeiro e em Buenos Aires na década de 1870*. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2012.

⁴³ Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Manguinhos do sonho à vida: A ciência na belle époque*. *Op.Cit.*

É através de tal viés que passaremos a analisar a temática central deste estudo, a história das políticas públicas de saúde no Brasil, sendo esta considerada no presente trabalho como o conjunto de esforços realizados pelo Estado brasileiro no intuito de melhorar as condições profiláticas e sanitárias do país. Todavia, ao contrário do que sugere o senso comum, tal ação estatal visa não somente gerar benfeitorias para sua população, mas também criar as condições econômicas, sociais e sanitárias necessárias para a expansão da acumulação de capital no interior de seu território. A atuação política dos Estados no âmbito da saúde pública é uma característica que não se restringe aos países capitalistas da Europa e da América do Norte, tendo também no Brasil se construído um modelo de gestão coletiva da saúde no qual interesses econômicos e sanitários estariam fundidos, sendo necessária a melhoria da qualidade da saúde coletiva a fim serem garantidos o comércio e os índices das exportações de matérias-primas.

Desta forma, em princípios do século XX surgiram no Brasil as primeiras instituições públicas destinadas à preparação soroterápica para o controle de doenças de massa, sendo o Instituto Oswaldo Cruz um dos órgãos pioneiros no exercício de tal função sanitária. O capítulo a seguir buscará demonstrar um pouco da história e importância de tal instituto para a organização das políticas públicas de saúde e para a expansão da acumulação capitalista no Brasil.

CAPÍTULO 2

O Instituto Oswaldo Cruz e as Políticas de Saúde no Brasil

Introdução

O presente capítulo tem o intuito de fazer um breve apanhado sobre as origens, o histórico de contribuições acadêmicas e a importância do Instituto Oswaldo Cruz para a construção das políticas públicas de saúde no Brasil. Tal interesse destina-se não somente para mostrar a relevância científica de seus laboratórios e de seu quadro de pesquisadores, mas também para evidenciar uma questão interna que acabou por ser perene ao longo da história da instituição: a crescente rivalidade entre medicina experimental e medicina aplicada. Iniciada na década de 1920, tal querela decorre de uma dualidade de funções executada pelo instituto desde sua fundação, que eram a realização de pesquisas em medicina experimental e a produção farmacológica e soroterápica para o combate às doenças de massa, como a varíola, a malária e a febre amarela. Esse duplo papel desempenhado pelo IOC acabou gerando uma contínua disputa por verbas entre os representantes das referidas áreas, sobretudo em situações de crise econômica nacional, rivalidade que passou a se acirrar a partir do início dos anos 1950.

Na primeira metade do século XX, apesar de ter sido notável o fortalecimento da seção de produção de medicamentos, manteve-se com relativa estabilidade o prestígio do Instituto Oswaldo Cruz como referência em medicina experimental no país, tendo ainda nos anos 1940 ocorrido importantes investimentos e avanços em suas áreas de virologia e parasitologia. Todavia, na década seguinte, a instabilidade política interna do órgão, o crescimento da inflação no Brasil e a expansão do poderio tecnológico das multinacionais farmacêuticas, sobretudo de origem norte-americana, combalou o setor de pesquisas do Instituto Oswaldo Cruz e fortaleceu uma perspectiva que reservava ao mesmo a função técnica de produção soroterápica.

O afinamento desta última visão com os interesses econômicos e políticos dos grupos civis e militares no poder político do Brasil a partir de 1964, sobretudo próximos à Doutrina de Segurança Nacional pregada pela Escola Superior de Guerra, pode considerada como uma das principais motivações para o drástico esvaziamento dos setores de pesquisa básica do IOC,

o chamado “Massacre de Manguinhos”, relação que será analisada com maiores detalhes no capítulo 3.

2.1: Instituto Oswaldo Cruz – origens e relevância histórica

Criado em 1908, é possível considerar o Instituto Oswaldo Cruz como uma das instituições científicas mais importantes do Brasil, sobretudo devido ao seu pioneirismo, histórico de contribuições acadêmicas e prestígio de seus respectivos laboratórios desde princípios do século XX. A colaboração sanitária e política de figuras como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e Henrique da Rocha Lima nas primeiras décadas do século possibilitou a transformação do Instituto Soroterápico Federal de Manguinhos, órgão estatal fundado em 1900 para fins de saúde pública, em um grande conjunto de laboratórios com notáveis descobertas na área da medicina experimental. Benchimol ressaltou que o Instituto Oswaldo Cruz, a despeito de seu caráter simbólico, constituiu “*inequivocadamente, um marco na história da cultura brasileira, na medida que assinala uma ruptura com a tradição colonial do consumo de ideias e tecnologias europeias e inaugura a produção de conhecimentos originais no campo biomédico*” (BENCHIMOL, 1990, p.5).

É possível se inserir a criação do Instituto Soroterápico de Manguinhos no contexto de expansão das ciências biológicas e da medicina no último quartel do século XIX. Como já foi destacado no primeiro capítulo, os conhecimentos da microbiologia causaram uma verdadeira revolução no tratamento de doenças, sendo Louis Pasteur um dos principais responsáveis pelo avanço e difusão de tal área no período. Seus estudos sobre microrganismos abriram novos horizontes para a medicina e higiene alimentar, tendo o cientista francês contribuído para a confirmação da teoria da biogênese⁴⁴, para a descoberta da vacina contra a raiva e para a criação do processo de *pasteurização*, ou eliminação de agentes invisíveis ao olho nu através da drástica variação de temperatura em líquidos, técnica utilizada até os dias atuais. Ao longo do tempo, o conjunto de conhecimentos trazidos por Pasteur foram incorporados na rotina das populações, sobretudo nos centros urbanos, sendo a vacinação coletiva, a esterelização de

44 Confirmada por Louis Pasteur, a teoria da biogênese defende que o surgimento de uma vida requer como premissa fundamental a preexistência de outra de mesma espécie, sendo a reprodução o único mecanismo gerador capaz de originar um ser vivo. Conferir: DAMINELI, Augusto; DAMINELI, Daniel Santa Cruz. Origens da Vida. *Estudos Avançados*. 2007, vol. 21, n. 59. pp. 263-284.

instrumentos infantis, o saneamento como necessidade básica, a limpeza de feridas e a adoção de medidas higiênicas como o aparo de unhas e cabelos são algumas das práticas difundidas por influência da revolução pasteuriana.(BENCHIMOL, 1990, p.6)

Em seu instituto, criado por determinação da Academia de Ciências da França em 1886, Pasteur foi responsável por iniciar um modelo pioneiro de administração científica, baseado em um tripé que conciliava pesquisa em microbiologia e áreas correlatas, ensino das mesmas disciplinas investigadas, a fim de formar as novas gerações de pesquisadores, e produção de vacinas e biofármacos. Após o derrame cerebral sofrido por seu patrono em 1887, a direção do Instituto Pasteur foi assumida por Émile Roux, tendo o modelo de gestão implantado pelo cientista se tornado referência internacional na área da medicina e da microbiologia, sobretudo devido à autossuficiência do órgão e ao fato de o custeio de suas pesquisas ser realizado através da comercialização de agentes imunológicos e soroterápicos produzidos pelo próprio instituto. Além disso, os cursos de pós-graduação oferecidos pelo Instituto Pasteur acabaram por formar inúmeras gerações de pesquisadores de alto quilate, tendo quatro cientistas do instituto sido agraciados com o prêmio Nobel de Fisiologia ou Medicina entre 1907 e 1928.⁴⁵

Entre seu célebre corpo discente podemos resgatar o nome de Oswaldo Cruz, médico ingressante na turma de 1896 e segundo brasileiro a estudar no instituto desde sua fundação. Depois de aprender o método pasteuriano, o médico retornou ao Brasil com o objetivo de utilizar e difundir os conhecimentos obtidos como aluno de Roux. Oswaldo Cruz participou do combate ao surto de peste bubônica que atingiu o porto de Santos em 1899, obtendo sucesso na erradicação da doença graças aos conhecimentos profiláticos e de eliminação dos vetores, os ratos, que obteve com a microbiologia. Por seu trabalho em Santos, Cruz foi convidado por Cesário Alvim, prefeito do Rio de Janeiro, para assumir a diretoria técnica do recém-inaugurado Instituto Soroterápico Federal, na fazenda de Manguinhos. A partir daí é possível se observar o esforço de Oswaldo Cruz no intuito de formar o ISF nos moldes de sua instituição mentora, o Instituto Pasteur.

Todavia, como aborda Benchimol, as semelhanças entre os institutos de Paris e do Rio não podem ser restringidas somente aos métodos científicos e modelos de organização convergentes, cabendo muito ao gênio de Cruz a habilidade de “ter conseguido transformar

45 Conferir: <https://www.pasteur.fr/fr/institut-pasteur/notre-histoire>. Acessado em 09-01-2018.

num instituto de medicina experimental o pequeno laboratório, criado em 1900, a partir de uma crise da saúde pública – a ameaça da peste bubônica – e com a finalidade limitada de substituir a importação do soro e da vacina contra esta doença” (BENCHIMOL, 1990, p.12). Os anos que se seguiram demonstraram uma rápida ascensão política da figura de Oswaldo Cruz, assim como da importância do ISF no cenário científico nacional e internacional.

Já no ano de 1903, Oswaldo Cruz foi convidado por Rodrigues Alves para assumir a Diretoria Geral de Saúde Pública. Assim como Francisco Pereira Passos, o médico foi incumbido de realizar a reforma urbana e sanitária do Rio de Janeiro. O projeto de remodelamento da cidade objetivava torná-la uma espécie de “Paris dos Trópicos”, sendo realizado um amplo ordenamento, com a destruição dos cortiços, construção de grandes centros culturais e artísticos e a abertura da Avenida Central, inspirada nos bulevares de Paris e erigida para favorecer a circulação de ar e eliminação de doenças no coração do Rio. Ficaria sob a responsabilidade de Cruz a eliminação das principais moléstias que assolavam a cidade - a varíola, a febre amarela e a peste bubônica – sendo foco do médico o combate aos agentes transmissores ou vetores das duas últimas doenças.

Todavia, para lidar com a varíola, Oswaldo Cruz propôs a imunização massiva da população, sendo editada em junho de 1904 a Lei de Vacinação Obrigatória. A insatisfação dos mais pobres devido à destruição de suas moradias, os cortiços, relacionada com caráter compulsório da vacinação, geraram uma convulsão social conhecida como Revolta da Vacina, em novembro de 1904, dissipada somente com a revogação da lei pelo Executivo. Neste período, a imagem do médico ficou desgastada no cenário popular, vide sua associação com o desalojamento e a vacinação violenta e obrigatória.⁴⁶

Tal imagem iria mudar a partir de 1907, ano em que Oswaldo Cruz liderou a delegação brasileira na XIV Exposição Internacional de Higiene e Demografia, em Berlim. Considerada de grande qualidade, a apresentação dos resultados obtidos na sanitização do Rio de Janeiro foi premiada com a medalha de ouro, fato inédito para o Brasil na época e que elevou Cruz ao status de maior figura científica do país. Interessado em explorar tal imagem e também em promover a ampliação na produção de soroterápicos, o governo de Afonso Pena, através do Decreto 1.812, autorizou a expansão do ISF rebatizando-o em março de 1908 com

46 Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

o nome de Instituto Oswaldo Cruz. Conciliando a mesma tríade de ensino, pesquisa e produção que consagrou seu análogo Pasteur em Paris, o IOC construiu ampla autonomia administrativa e financeira em relação ao poder federal, utilizando a fabricação e venda de vacinas para o norte e centro-oeste como meio para seu financiamento.

A capacidade de arcar com seus próprios insumos de maneira autônoma só expandiu a criatividade e o interesse pela pesquisa científica no IOC. De lá despontaram especialistas de grande reputação, contribuindo assim com diversas descobertas de interesse internacional. Um exemplo disso é Carlos Chagas, médico, pesquisador e sanitarista mineiro nascido em 1879 e responsável pela descoberta dos protozoários de gênero *Plasmodium*, patógeno causador da malária, e do *Trypanosoma Cruzi*, parasita causador da tripanossomíase americana. Tendo concluído em 1902 o curso da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Chagas ingressou dois anos depois no Instituto Soroterápico Federal de Manguinhos após ser recomendado pelo importante professor Miguel Couto, da FMRJ.

Em 1907, o médico foi enviado pelo Instituto Soroterápico ao norte de Minas Gerais a fim de trabalhar na campanha de combate à malária, enfermidade que assolava os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil. Foi nesta época que Chagas teve contato com a tripanossomíase, doença infecciosa muito comum na América Latina, sobretudo nas regiões do interior do Brasil. No ano seguinte, Cornélio Cantarino Mota, engenheiro da estrada de ferro, “chamou sua atenção para um inseto sugador de sangue que proliferava nas frestas das paredes das casas de pau a pique típicas da população pobre nas áreas rurais do país; era conhecido como ‘barbeiro’ por picar preferencialmente o rosto das pessoas”.⁴⁷

Chagas descobriu dentro de alguns desses insetos um protozoário similar a outros que já havia colhido em sagüis da região de Lassance, no qual o pesquisador denominou *Trypanosoma minasense*. Por não possuir as condições para o prosseguimento das pesquisas, Chagas enviou para Oswaldo Cruz exemplares do tripanossoma, tendo este se encarregado de testar o protozoário em macacos criados em laboratório. “Informado de que um dos macacos havia adoecido, Chagas retornou a Manguinhos e constatou que se tratava de uma nova espécie de tripanossoma, que denominou de *Trypanosoma cruzi* em homenagem ao

⁴⁷ Conferir verbete sobre a vida de Carlos Chagas presente em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/carlos-chagas>. p.3. Acessado em 09-01-2018.

‘mestre’⁴⁸. Em 1909 a descoberta foi anunciada por Chagas nas revistas *ArchivfürSchiffs- undTropen-Hygiene* e *Bulletin de laSociété de PathologieExotique*, da Alemanha e da França, sendo considerada um grande feito para a ciência nacional, sobretudo pelo fato de Chagas ser o único da história da medicina a descrever uma doença infecciosa em sua completude: seu agente, seu vetor, seu hospedeiro, suas manifestações clínicas e sua distribuição epidemiológica. Em 1910, seu mentor Miguel Couto propôs que a enfermidade fosse denominada “moléstia de Chagas”, sendo esta alcunha utilizada até os dias atuais para designar a tripanossomíase americana⁴⁹.

A descoberta da doença de Chagas trouxe grande reputação não apenas para médico, mas também para o corpo de cientistas do Instituto Oswaldo Cruz na época, tendo o órgão cada vez mais se aprofundado no estudo de tal moléstia a partir de então. Em 1912, Chagas recebeu do Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo o Prêmio Schaudinn, importante título no campo da protozoologia, tendo sido indicado no ano seguinte ao Prêmio Nobel de Fisiologia ou Medicina. Apesar de não receber tal distinção, o renome de Carlos Chagas só cresceu nos anos posteriores, sendo o mesmo nomeado pelo então presidente Venceslau Brás para o cargo de diretor do IOC, em substituição ao próprio Oswaldo Cruz que havia falecido no início do carnaval de 1917. Durante sua gestão, Chagas expandiu a estrutura laboratorial e o corpo científico do Instituto Oswaldo Cruz, financiando o intercâmbio internacional de um considerável número de pesquisadores do órgão. “A fim de conferir maior formalidade às áreas de trabalho, estabeleceu seções científicas: Bacteriologia e Imunidade, Zoologia Médica, Micologia e Fitopatologia, Anatomia Patológica, Hospitais, Química Aplicada”⁵⁰, tendo esta última sessão se expandido em considerável medida durante a administração de Chagas.

Todavia, apesar do sucesso do diretor Carlos Chagas, a década de 1920 pode ser considerada um período de relativa instabilidade para o setor de pesquisas no interior do Instituto Oswaldo Cruz. A volatilidade econômica e o acirramento das tensões entre os grupos que disputavam o poder político do país após a Primeira Guerra influíram no instituto, tendo o desenvolvimento da ciência básica sido atingido cada vez mais por um crescente

48 <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-chagas>. p.3. Acessado em 09-01-2018

49 Cf. CHAGAS FILHO, Carlos. *Meu pai*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, 1993.

50 Presente em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-chagas>.p.6. Acessado em 10-01-2018.

estrangulamento financeiro, pelo aumento da inflação e pelo crescimento da concorrência e da disputa por verbas com o as áreas de produção de medicamentos.⁵¹ A corrosão orçamentária acabou abrindo espaço para o desenvolvimento da seção de Química Aplicada no IOC, organizada por Carlos Chagas em 1919 a fim de atender as demandas do Serviço de Medicamentos Oficiais e do Serviço de Profilaxia Rural, criados no ano anterior pelo presidente Venceslau Brás como resposta política ao crescimento da importância do Movimento Sanitarista.

O discurso sanitário para a saúde pública ganhou considerável destaque no Brasil desde o início da Primeira Guerra Mundial, sendo a proposta de combate às doenças de massa do interior um dos argumentos principais do movimento. O fortalecimento da Liga Pró-Saneamento teve seu primeiro resultado político de grande impacto em 2 de janeiro de 1920, data da criação do Departamento Nacional de Saúde Pública. Na prática, ocorreu a ampliação do Departamento Geral de Saúde Pública, no qual Oswaldo Cruz foi diretor durante a Reforma Pereira Passos, e sua substituição pelo DNSP, sendo visado pelo governo Epitácio Pessoa atender às demandas reformistas defendidas pela Liga Pró-Saneamento, “em particular pelo aumento da capacidade do governo federal para atuar além dos limites da capital do país e dos principais portos marítimos e fluviais, e pela incorporação formal, pelo Estado nacional, da preocupação com as doenças das populações do interior”.⁵²

A administração do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) ficou sob a responsabilidade de Carlos Chagas, indicado novamente ao prêmio Nobel de Fisiologia ou Medicina no fim de 1920, tendo o médico acumulado as diretorias do IOC e do DNSP até o ano de 1926. Em tal período, é possível se perceber uma clara orientação do Instituto Oswaldo Cruz no intuito de atender as demandas de medicamentos da principal instituição de saúde pública do Brasil na época, o DNSP. Em 1925, o instituto contava com um conjunto de 36 itens farmacêuticos, entre estes a quinina, alcalóide utilizado na prevenção da malária, além de outras substâncias como os ésteres de chalmogra para terapêutica contra a hanseníase, sorosol para o tratamento da sífilis e a vacina antivariólica (BENCHIMOL, 2015, p.64). Como destacou Benchimol:

51Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Febre Amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2015.p. 64 e p.80.

52 Presente

em:[http://cpdoc.fgy.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DEPARTAMENTO%20NACIONAL%20DE%20SA%20C3%9ADE%20P%20C3%9ABLICA%20\(DNSP\).pdf](http://cpdoc.fgy.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DEPARTAMENTO%20NACIONAL%20DE%20SA%20C3%9ADE%20P%20C3%9ABLICA%20(DNSP).pdf). p.1. Acessado em 09-01-2018.

Os comprimidos consumidos de quinina preparados no instituto passaram a ser fornecidos gratuitamente aos postos de profilaxia rural, e a preços subsidiados aos estados, às Forças Armadas, empresas públicas, distribuidores particulares - que tinham sua margem de lucro prefixada - e empresas ferroviárias, industriais ou agrícolas, que deviam fornecer a quinina gratuitamente a seus trabalhadores (BENCHIMOL, 2015, P.64).

É a partir da década de 1920, portanto, que são percebidos os primeiros sinais de um embate que teria notável importância na história do IOC: a disputa entre pesquisadores de laboratório e médicos dedicados à química aplicada. Arthur Neiva, importante pesquisador do instituto e uma das principais figuras do movimento sanitário, já no fim de 1918, denunciava a deterioração da infraestrutura dos setores de pesquisa básica do órgão, tendo a obsolescência e degradação dos instrumentos utilizados pelos cientistas influência negativa para o prosseguimento das investigações e para a promoção de novas descobertas. A corrosão da remuneração dos pesquisadores, o direcionamento dos recursos do IOC para os setores de produção de medicamentos e o uso indevido do prestígio do Instituto Oswaldo Cruz pelas áreas aplicadas do instituto eram algumas das motivações apontadas por Neiva como responsáveis pelo enfraquecimento dos setores de pesquisa do IOC. Como explicou Neiva:

Vários técnicos do instituto atualmente empregam toda sua atividade no preparo de vacinas, soros, produtos quimioterápicos que, revestidos do nome prestigioso do instituto onde foram preparados, possam dar uma fonte de renda avultada a seus manipuladores. Todo o ideal da pesquisa científica desinteressada já desapareceu... e os que não se sentem com pertinência para preparar soros e vacinas, procuram fundar na cidade laboratórios de pesquisas, onde possam encontrar uma condição material melhor do que a que lhes é fornecida pelos pequenos honorários que recebem (BENCHIMOL, 2015, p.80).

O fortalecimento da química terapêutica e sua difusão no cotidiano das populações dos grandes centros urbanos é outra característica que deve ser considerada como influência para o enfraquecimento da área de pesquisas no Instituto Oswaldo Cruz. Ao longo dos anos 1920, foi possível se perceber o aumento da procura por “produtos e tecnologias laboratoriais antes confinados nas instituições públicas. As técnicas aplicáveis ao diagnóstico ou à preparação de imunobiológicos tornaram-se atividades lucrativas, capazes de proporcionar retornos mais vantajosos do que os empregos no Estado” (BENCHIMOL, 2015, p.80), condição que acabou por atrair um número cada vez maior de cientistas de renome para a carreira empresarial,

sobretudo através da fundação de laboratórios de análises clínicas e produção soroterápica. Vital Brasil abdicou de suas funções no Instituto Butantã de São Paulo a fim de criar o Instituto de Higiene, Soroterapia, e Veterinária, Olympio da Fonseca e Julio Muniz eram proprietários do Laboratório de Pesquisas Clínicas, enquanto Arthur Moses, Henrique Aragão, Parreiras Hortas e Rocha Lima eram sócios-fundadores do Instituto Brasileiro de Microbiologia, também responsável pela fabricação soroterápica (BENCHIMOL, 2015, p.81)

Com o passar do tempo, o renome do Instituto Oswaldo Cruz foi explorado por um elevado número de cientistas, tendo estes passado a se dedicar em tempo cada vez mais reduzido às suas pesquisas no intuito de obter rendimentos maiores na iniciativa privada. Críticas à administração de Carlos Chagas no DNSP e no IOC passaram a se tornar mais comuns a partir de 1925, tendo Miguel Calmon, então ministro da Agricultura do governo Epitácio Pessoa, chegado a apontar o IOC como um instituto que vivia “*das glórias de suas tradições*” (BENCHIMOL, 2015, p.82) A pressão política forçou Chagas a se exonerar do DNSP em 1926, tendo o médico adotado no IOC um conjunto de medidas a fim de coibir o descumprimento de regras de trabalho, como a obrigação as descobertas científicas produzidas por seus cientistas serem divulgadas somente nas revistas do IOC, além de vetar o uso do nome da instituição para fins comerciais. Em represália, uma parcela dos pesquisadores que também eram empresários redigiu um documento em que manifestaram sua insatisfação acerca dos salários, instituído e não reajustado desde os tempos de Oswaldo Cruz:

Ao estabelecer tão altos vencimentos para aquela época, em que um ministro do Supremo Tribunal vencia ordenado pouco maior, teve em mira o governo da República assegurar aos que se ocupavam de ciência uma remuneração vantajosa, para que pudessem dedicar toda a sua atividade às pesquisas. (...) No momento atual não existe no instituto um só técnico (como eram chamados os médicos do setor da Química Aplicada) que a ele dedique toda a sua atividade (...) devido a absoluta insuficiência dos vencimentos, que não suportam cotejo com os de qualquer instituição análoga do Brasil e do estrangeiro (BENCHIMOL, 2015, p.83)

Com a Revolução de 1930 ocorreu a centralização da estrutura sanitária pelo poder federal, tendo a criação do Ministério da Educação e Saúde em 14 de novembro do mesmo ano representado um importante marco para o enfraquecimento financeiro e científico do IOC. O instituto foi transferido para alçada do novo ministério já em dezembro de 1930, passando a sofrer severos cortes em seu orçamento, tendência que pode ser percebida através do decreto

19.716, publicado em 19 de fevereiro de 1931, “que suprimiu verba material e reduziu em quase 25% as dotações orçamentárias do instituto” (BENCHIMOL, 2015, p.84). Tal medida gerou uma crise financeira de grande porte no instituto, ocasionando a escassez de materiais de trabalho nos laboratórios, um crescente descontentamento de pesquisadores e funcionários e o declínio da produtividade científica no órgão.

Nem mesmo a morte de Carlos Chagas e sua substituição por Cardoso Fontes na diretoria do IOC, em 1934, foi capaz de mudar a carestia material e o declínio da qualidade científica no órgão, tendo essa conjuntura se mantido até o início do Estado Novo. Tal situação ainda foi acirrada a partir da reforma do Ministério da Educação e Saúde, implementada por Gustavo Capanema e que acabou por reforçar a centralização administrativa de tal pasta pelo governo.⁵³ Em dezembro de 1937, a jurisdição do Instituto Oswaldo Cruz saiu do Departamento Nacional de Educação e foi para o Departamento Nacional de Saúde, tendo neste momento o instituto perdido parte de sua autonomia na comercialização de medicamentos e passado a depender diretamente das verbas disponibilizadas pelo poder federal.

O cenário de crise financeira no IOC se manteve até 1942, ano em que foi iniciada uma fase de grandes investimentos no instituto a fim de serem atendidas as crescentes demandas soroterápicas dos Serviços Nacionais de Saúde. Iniciado pelo governo Vargas em 1937, o Serviço Nacional da Febre Amarela tinha o objetivo de combater o *Aedes Aegypti* – mosquito transmissor da doença – no Nordeste do país, enquanto o Serviço Nacional da Malária, criado dois anos depois, esteve dedicado à eliminação do mosquito *Anopheles*, cujas as fêmeas infectadas pelo protozoário Plasmodium são responsáveis pela transmissão da malária. O desenvolvimento desses serviços de saúde no interior do país acabou por aumentar a demanda não apenas de agentes químicos e medicamentos, mas também promoveu uma retomada de pesquisas científicas nas disciplinas correlatas às referidas doenças, como a microbiologia e a anatomia patológica, tendo o Instituto Oswaldo Cruz sido beneficiado em considerável medida por tal demanda (BENCHIMOL, 2015, p.94-95).

O fortalecimento das pesquisas laboratoriais no IOC contou com a notável colaboração de Henrique Aragão, diretor do instituto entre 1942 e 1949 e pesquisador com

53 Cf. HORTA, José Silvério Baia. *Gustavo Capanema*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

consolidada carreira nas áreas da epidemiologia e da virologia. Aragão foi um dos principais responsáveis pela implantação no instituto de uma moderna fábrica para a produção de penicilina, antibiótico descoberto por Alexander Flemming em 1928 e cujo uso terapêutico teve importância estratégica para as forças militares norte-americanas no contexto da Segunda Guerra Mundial.⁵⁴ Sobre o renascimento da pesquisa laboratorial no IOC ao longo da década 1940, Benchimol lembrou que “o governo concedeu-lhe verbas para construir novos prédios e reequipar laboratórios. (...) Criaram-se postos para estudo da esquistossomose em Pernambuco, da doença de Chagas em Bambuí, Minas Gerais, e da Boubá no estado do Rio de Janeiro” (BENCHIMOL, 2015, p.86), tendo tais inversões de capital possibilitado o desenvolvimento de outros itens terapêuticos no instituto, como a vacina contra a gripe, o soro antigangrenoso e a vitamina A concentrada.

Todavia, a conjuntura política e econômica da primeira metade dos anos 1950 arrastou o Instituto Oswaldo Cruz para um novo período de instabilidade científica e produtiva. No plano internacional, a expansão da capacidade tecnológica dos EUA devido ao início da Guerra Fria e a inserção de novas descobertas nas indústrias químicas e farmacêuticas, sobretudo norte-americanas, podem ser apontados como algumas das principais influências para a diminuição da competitividade do IOC tanto no âmbito acadêmico quanto na área da química terapêutica.⁵⁵ Como destacou Carlos Aguiar Medeiros sobre o fortalecimento norte-americano no período:

É possível dizer que o “complexo militar-industrial-acadêmico” criou inovações básicas em todas as novas indústrias baseadas em ciência (aeroespacial, computadores, equipamentos de telecomunicação) e manteve a liderança em muitas indústrias baseadas em fornecedores especializados (tais como máquinas de controle numérico e outros bens de capital) indústrias que, ao lado da farmacêutica, dos serviços de empresas e dos bancos, formam os principais setores da alta tecnologia (MEDEIROS apud Fiori, 2004, p.240)

Já no plano interno, é importante considerar a crescente crise política e a espiral inflacionária sofrida pelo país durante o segundo governo Vargas, entre 1951 e 1954, como fatores que contribuíram para o declínio do potencial científico do IOC. A contínua elevação

54 Cf. PETTINGER, Tejvan. *Biography of Alexander Fleming*. Oxford, 2012. Disponível em www.biographyonline.net.

55 Cf. EVANS, Peter. *A Tríplice Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional do desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980. Capítulo 5: Estado e Multinacionais. pp. 191-260.

dos custos de produção referentes aos novos maquinários e matérias-primas introduzidos nos medicamentos, devido principalmente ao crescimento da inflação brasileira, são razões que colaboraram para o gradual estrangulamento⁵⁶ financeiro do órgão, ocasionando uma drástica escassez de recursos e o progressivo enfraquecimento científico da instituição.

Além disso, entre 1949 e 1953, período que compreende a gestão de Olympio da Fonseca Filho, o Instituto Oswaldo Cruz atravessou também uma grave crise institucional que dividiu seus cientistas e colaboradores, e arranhou a imagem de respeitabilidade do órgão perante o conjunto da população brasileira. Tal processo eclodiu no fim de outubro de 1951: após ser divulgada pela grande imprensa a informação sobre o esgotamento das vacinas antigripais produzidas pelo IOC, muito consumidas pelos serviços públicos e privados na época, o diretor Olympio da Fonseca foi acusado de desvio verbas da instituição. Em 9 de novembro o jornal *A Notícia* “acusou-o de dismantelar laboratórios, reduzir as criações de camundongos e dever mais de cem mil cruzeiros ao fornecedor de ovos usados na produção das vacinas antigripal e antiamarílica” (BENCHIMOL, 2015, p.96).

Mais críticas à administração de Olympio da Fonseca surgiram em meados do ano seguinte, após o esgotamento da vacina antiamarílica, utilizada no interior do país pelo Serviço Nacional da Febre Amarela. O ponto máximo de tal crise ocorreu em junho de 1952, momento em que 43 cientistas do IOC entregaram ao presidente Getúlio Vargas documento solicitando a retirada de seu diretor. Como resposta, Vargas ordenou que o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) realizasse investigação a fim de ser aclarada a gestão de Olympio da Fonseca, pressão política que acabou por colaborar pela sua substituição por Cássio Miranda em julho de 1953 (BENCHIMOL, 2015, p.99).

A instabilidade na política interna e a constante substituição de sua diretoria seria a tônica marcante no IOC a partir da saída de Olympio da Fonseca Filho, tendo o órgão acumulado a marca de seis diretores entre 1953 e 1964. Após Cássio Miranda, retirado da gestão do instituto já em 1954, assumiram o cargo de diretores Francisco Laranja da Silva (1954-1955), Antônio Augusto Xavier (1955–1958), Amilcar Vianna Martins (1958-60), Tito

56 “No essencial, o estrangulamento consiste em uma sucessão de desequilíbrios do balanço de pagamentos de tal magnitude que a escassez de divisas primeiro dificulta e a seguir bloqueia a continuidade da substituição das importações”. RODRIGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.209.

Arcoverde Cavalcanti (1960-1961) e Joaquim Travassos da Rosa (1961-1964), tendo o penúltimo diretor citado também sido um dos dez cientistas cassados anos depois no chamado “Massacre de Manguinhos”. Como sublinhou Benchimol sobre a instabilidade interna do Instituto Oswaldo Cruz no período:

As disputas internas de poder aliadas a dissensões provadas pela equivocada polarização entre pesquisa *versus* produção, e ciência básica *versus* pesquisa aplicada agravaram-se com a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), em 1951, e a vinculação do Instituto ao Ministério da Saúde, quando este se separou da Educação, em 1953. A prioridade conferida pela nova pasta à produção de vacinas nas décadas de 1950 e 1960, num quadro de declínio dos recursos destinados à pesquisa, teve como contrapartida a formação de um movimento “separatista”, animado por pesquisadores que se engajaram, de corpo e alma, na defesa da criação de um ministério da ciência, mas afinado com suas necessidades. Fragilizado pelas dissensões internas, o instituto seria presa fácil do regime militar, que, por intermédio de Rocha Lagoa, diretor de 1964 a 1968 (sic)⁵⁷, iniciou o expurgo de um grupo significativo de pesquisadores, consumando-se em 1970, após a promulgação do famigerado Ato Institucional n. 5, o chamado “Massacre de Manguinhos” (BENCHIMOL, 2015, p.99-100).

Como explicado por Benchimol no trecho acima, com o início da ditadura civil-militar ganhou força a perspectiva que considerava a produção imunológica e soroterápica como função fundamental do Instituto Oswaldo Cruz, tendo a área a pesquisa experimental perdido grande parte da sua verba e apoio desde 1964. A indicação do médico Francisco de Paula Rocha Lagoa para a diretoria do IOC, três meses após a derrubada de João Goulart, pode ser considerada o marco fundamental de uma fase de elevada escassez de recursos para os laboratórios de pesquisa pura do instituto, ou seja, áreas focadas em temas de investigação não direcionados para resultados práticos a serem aplicados em curto e médio prazo para os interesses do governo -, sendo desviadas tais verbas para outros setores do órgão, sobretudo ligados à produção de soros e vacinas (BENCHIMOL, 2015, p.100).

Apesar da competição entre os setores do IOC pelas escassas verbas disponibilizadas pelo Ministério da Saúde ser uma importante justificativa para a ocorrência do “Massacre de Manguinhos”, é válido ponderar que o aumento dos investimentos na seção da Química Aplicada dependeu não somente das disputas internas inerentes ao cotidiano do instituto, mas também dos interesses dos grupos políticos, civis e militares que assumiram o poder do Brasil

57 É válido destacar que a diretoria de Francisco Rocha Lagoa no Instituto Oswaldo Cruz foi de 1964 à 1969. Cf. <https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/francisco-de-paula-rocha-lagoa>. Acessado em 15/01/2018.

com a derrubada de João Goulart. Desta forma, é relevante refletir os possíveis pontos de convergência que aproximaram as frações da classe dominante do regime autoritário ao discurso de ampliação da produção imunológica e soroterápica do Instituto Oswaldo Cruz, sobretudo durante o governo Castello Branco, período em que Rocha Lagoa foi nomeado diretor do IOC.

Mesmo considerando de extrema importância o ponto de vista de Benchimol acerca do episódio, entendemos que a correlação de forças que colocou tais frações de classe no poder não estava dada no contexto anterior ao golpe civil-militar, já tendo sido debatido pela pesquisa historiográfica especializada⁵⁸ a informação de que, em março de 1964, as propostas sobre qual modelo político a ser aplicado no Brasil em caso de intervenção das forças armadas e as disputas para assumir o Comando Supremo da Revolução dividiram militares e seus partidários civis em alguns grupos específicos, ou “partidos militares” como sugeriu Alain Rouquié.⁵⁹ Dentre estes grupos, como defendeu Alfred Stepan (STEPAN, 1974, p.167), destacavam-se duas correntes fundamentais: os representados por Costa e Silva, conhecidos posteriormente como nacionalistas autoritários, e os liberais internacionalistas da Escola Superior de Guerra, representados por Humberto de Alencar Castello Branco, tendo estes últimos obtido maioria favorável entre a oficialidade militar e dos grupos civis somente no momento do golpe e nos dias posteriores à derrubada de Goulart.⁶⁰

Todavia, é necessário se ressaltar que a prevalência desta corrente entre os grupos militares não estava prevista antes de março de 1964, tendo tal questão sido definida somente a partir da ascensão e consolidação da Escola Superior de Guerra no governo autoritário instalado no Brasil em 1964. Sendo assim, como consequência, podemos perceber que argumento que defende o “*Massacre de Manginhos*” como consequência de questões internas ao IOC não explica em sua completude o episódio, sendo importante considerar novos métodos e perspectivas que auxiliem na complementação acerca da compreensão do evento. Para tanto, a seção a seguir se dedicará ao aprofundamento da relação entre o tema das políticas de saúde e a Escola Superior de Guerra, a fim de serem evidenciados os

58 Conferir: MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. Op. Cit. p. 69;.

59 Cf. ROUQUIÉ, Alain. *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1991.

60 Cf. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

possíveis interesses e objetivos que levaram o governo de Castello Branco a nomear Rocha Lagoa como diretor do IOC, assim como a autorizar o mesmo a esvaziar os setores de pesquisa básica do instituto em favor da produção farmacológica e soroterápica.

2.2 Sanitarismo para o desenvolvimento: economia e políticas públicas de saúde no Brasil

“O Brasil ainda é um imenso hospital” (LIMA; HOCHMAN, 1996, p.23). Proferida em um discurso realizado em 11 de outubro de 1916, a referida frase carrega grande simbologia na história das políticas públicas de saúde do país, não somente pela importância do seu autor, o médico e professor Miguel Pereira, mas também por marcar o início de um agrupamento político de considerável relevância no final da Primeira República: a Movimento Sanitarista Brasileiro.⁶¹ Elevada à condição de slogan de tal movimento, consolidado a partir de 1918 através da Liga Pró-Saneamento do Brasil, a sentença expressa por Pereira acabou por representar a aglutinação de um variado grupo de personalidades intelectuais, políticas e jurídicas da época, mobilizadas com intuito de promover uma reforma sanitária que pudesse livrar o país de um conjunto de doenças endêmicas que atingiam gravemente sua população sertaneja.

Na década de 1920, a Liga Pró-Saneamento do Brasil teve importante papel na denúncia das condições econômicas e sanitárias vividas pelos habitantes do interior, defendendo uma intervenção mais incisiva do Estado nestas áreas através da criação de um ministério voltado exclusivamente para a saúde. Liderada por Belisário Penna e Artur Neiva, médicos sanitaristas de grande renome internacional pertencentes aos quadros do Instituto Oswaldo Cruz, a liga considerava a estrutura federal com elevada autonomia local, característica política marcante da Primeira República, como um grande empecilho para o desenvolvimento de uma ação integrada por parte do Estado com o objetivo de combater as doenças que mais tocavam o interior. Procurando dar enfoque ao combate da ancilostomíase, da doença de Chagas e da malária, tríade de moléstias com maior incidência nas regiões

61 Cf. PEREIRA, Miguel. O Brasil ainda é um imenso hospital: discurso pronunciado pelo professor Miguel Pereira por ocasião do regresso do professor Aloysio de Castro, da República Argentina, em outubro de 1916. *Revista de Medicina*, São Paulo, v.7. n.21. p.3-7, 1. ed., 1916.

sertanejas, e “rejeitando determinismos raciais e climáticos, esses médicos e intelectuais elegeram a onipresença das endemias rurais (...) e a ausência do poder público no interior como explicação para o atraso do país e a improdutividade de sua população” (HOCHMAN, 2009, p.314), iniciando assim no Brasil a um discurso médico-higienista que passaria a associar os temas da saúde com questões de origem econômica e política.

Devido à sua posição crítica em relação às instituições e à estrutura administrativa da República Velha, ao longo da década de 1920 a ideologia sanitarista acabou por assumir uma feição cada vez mais favorável ao intervencionismo estatal, juntando coro assim com um variado conjunto de grupos sociais que também se mostravam insatisfeitos com a natureza oligárquica da política brasileira na época.⁶² Gilberto Hochman sublinhou que o discurso guardado pela ideologia encarava os problemas sanitários do país sob um ponto de vista nacionalista e otimista, sendo as inúmeras mazelas e moléstias enfrentadas pelas populações carentes dos sertões consideradas passíveis de reversão através da intervenção estatal e da superação das condições de atraso econômico, educacional e social vividos pelas populações do interior (HOCHMAN, 2009, p.315).

Não obstante sua natureza progressista, é possível observar no discurso sanitarista brasileiro uma feição nitidamente elitista, sobretudo no que se refere à imagem acerca do sertanejo construída por alguns difusores da corrente⁶³, tendo dentre estes se destacado a atuação de Monteiro Lobato. Escritor, jornalista e advogado, em 1911 Lobato se tornou também fazendeiro após herdar uma propriedade de seu avô em Taubaté, no interior de São Paulo. Em 1917, logo após ter vendido a referida fazenda a fim de se dedicar com maior afinco à carreira literária, Lobato acabou por criar um de seus personagens mais famosos, o conhecido Jeca Tatu, “personagem doente e preguiçoso, através do qual pretendia traçar um retrato fiel da situação em que vivia o homem rural no Brasil”.⁶⁴ A partir da criação da Liga Pró-Saneamento, Monteiro Lobato se tornou um efusivo defensor da ideologia sanitarista, ajudando difundir um discurso que associava os hábitos e trejeitos das populações interioranas

62 SCHWARTZMAN, Simon. *Bases de Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1982. Conferir sobretudo o capítulo 5.

63 SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

64 Conferir verbete sobre a vida de Monteiro Lobato presente em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/monteiro_lobato. Acessado em 09-01-2018.

com a situação de atraso econômico e social do país. Para o autor, somente a substituição de tais condições de vida e costumes regionais por normas sanitárias, alimentares e profiláticas implementadas pelo Estado poderia promover o fortalecimento econômico do país e a emancipação da nação brasileira.⁶⁵

Apesar do caráter patricio de seu discurso, é importante observar o significativo fortalecimento do Movimento Sanitarista na época, tendo o mesmo uma notável capacidade de agregação de outros setores da sociedade brasileira, sobretudo das classes médias. Luiz Antônio de Castro Santos destacou a importância do movimento como “projeto ideológico de construção da nacionalidade brasileira”, tendo a proposta do mesmo o poder de congregar as elites meridionais e setentrionais do país.

Os sanitaristas acenavam com uma proposta que atraia não só as elites do sul como as do norte. Nosso atraso, diziam, se devia à doença, não ao determinismo biológico. A construção da nacionalidade exigia que as elites desviassem os olhos sempre postos na Europa para o interior do Brasil, para as grandes endemias dos sertões. A (re)integração dos sertões à civilização do litoral representava o grande desafio para o fortalecimento da nacionalidade, pois população doente = raça fraca = nação sem futuro (SANTOS, 1985, P.11).

A perspectiva nacionalista defendida pela ideologia sanitaria acabou por atrair para si importantes forças e instituições sociais, como o movimento tenentista e a Coluna Costa-Prestes. Tal atração se deu devido ao fato das ideias reformistas pregadas pelos sanitaristas serem vistas com bons olhos pelos tenentes rebeldes liderados por Luís Carlos Prestes, defensores, por seu lado, da adoção de uma ampla reforma na estrutura administrativa do Brasil. “Entre 1924 e 1927, a marcha da Coluna pelo interior do país contribuiu para a difusão da idéia de reforma social e política defendida pelos propagandistas do saneamento” (SANTOS, 1985, P.14). O apoio de tenentes e sanitaristas ao movimento que colocou Getúlio Vargas no poder, em outubro de 1930, pode ser entendido como uma consequência de uma aspiração de ambos os setores por um maior intervencionismo estatal a fim de solucionar as questões de ordem política e sanitária ainda em aberto no Brasil.

65 Cf. LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 2 a . ed., São Paulo, Brasiliense, 1948, pp. 221-340.

Todavia, no período que compreende os anos de governo varguista, o que se pôde observar foi um notável arrefecimento da proposta sanitaria, tendo o movimento perdido grande parte de seu impulso entre 1930 e 1945. Os critérios econômicos adotados pela gestão Vargas para o combate às endemias rurais, privilegiando o saneamento de áreas voltadas para a exploração econômica em curto prazo⁶⁶, oficialização do discurso sanitário pela burocracia estatal, característica que marcou diversos setores apoiadores da Revolução de 1930⁶⁷, são alguns dos motivos plausíveis para o enfraquecimento do Movimento Sanitarista. Entretanto, é relevante destacar que a importante contribuição dada pela corrente no que se refere à associação entre eliminação das doenças de massa e melhoria da qualidade de vida das populações do interior, tendo este mesmo argumento mobilizado grupos políticos de diferentes matrizes ideológicas presentes no Brasil algumas décadas depois, sobretudo nos anos 1950 e 1960.

Na campanha que levou Juscelino Kubitschek ao cargo de presidente da República é perceptível o ressurgimento do discurso sanitaria com o intuito de construir um ideário nacionalista e otimista ao redor do candidato. Para JK, o grave quadro sanitário descrito por Miguel Pereira em 1916 havia sido superado em meados dos anos 1950, tanto devido à ação estatal integrada e vertical quanto pelos avanços da medicina, sendo possível assim a superação das difíceis condições materiais vividas pela população da época através da continuidade a aprofundamento da intervenção estatal no combate às doenças de massa. Como sublinhou Hochman, Kubitschek procurou emoldurar suas proposições para a saúde na mesma “*chave positiva*” na qual enquadrou suas propostas para o desenvolvimento econômico nacional, sendo a eliminação das doenças de massa através da ação estatal utilizada como ilustração da possibilidade de reversibilidade dos grandes problemas econômicos e sociais enfrentados pelo país na época (HOCHAMN, 2009, p.315). Sobre as propostas de Juscelino para a área da saúde, o autor completa:

66 O período varguista adotou um critério econômico de combate às endemias. Por exemplo: o desenvolvimento da mineração no vale do Rio Doce exigia o saneamento da área a ser explorada. Vargas determina então que um Serviço Especial de Saúde Pública realize o saneamento da região, em 1942. No mesmo ano, o SESP desenvolve atividades de saneamento em áreas de importância estratégica na Amazônia, dado o interesse momentâneo que a guerra criara pela borracha. SANTOS, Luiz Antonio de Castro. *O pensamento sanitaria na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade*. *Op. Cit.* p.17.

67 Cf. A viagem redonda: do patrimonialismo ao estamento”. FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre, Globo, 1977 [1957]. pp. 733 – 748.

O programa de Kubitschek estava em sintonia com o chamado otimismo sanitário, em vigor nas duas primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial, que, com disponibilidade dos novos recursos preventivos e terapêuticos – inseticidas, antibiótico, sulfas e antiamaláricos – animava governos, agências bilaterais de cooperação e organizações internacionais a formular e implementar programas de saúde visando controlar, e mesmo erradicar, doenças no chamado mundo subdesenvolvido em tempos de Guerra Fria (HOCHAMN, 2009, p.315).

O “otimismo sanitário” da campanha acabou por ser reforçado a partir do início do governo Kubitschek, tendo o novo presidente recebido notável apoio de conhecidos organismos internacionais de saúde, sobretudo da OPAS. A entidade, criada em 1902 por influência de Theodore Roosevelt, desde seu nascimento esteve atrelada aos interesses políticos e econômicos do governo estadunidense, tendo perene trabalho em favor da integração sanitária continental e a fim de responder os interesses e demandas econômicas inseridas no contexto de crescimento da influência externa dos EUA. Como discutido no capítulo anterior, a estruturação de um ambiente sadio e livre de doenças é importante argumento utilizado pelas principais potências a fim estruturar as bases de sua expansão econômica e política, diminuindo a proliferação das doenças de massa a fim de assegurar a estabilidade de seus interesses econômicos, políticos e comerciais relacionados com as áreas periféricas do planeta. Não à toa a OPAS desde seu início teve sua sede em Washington, capital dos EUA, demonstrando o forte interesse estadunidense nas pautas da organização (CUETO, 2009, p.19).

No que se refere à influência da organização na política sanitária do Brasil, sobretudo no período JK, é possível se destacar um grande estímulo ao combate de doenças endêmicas que geravam forte prejuízo comercial nas áreas interioranas nas Américas Central e do Sul, como era o caso da febre amarela, da tuberculose e da malária (CUETO, 2009, p.133). Em suma, tal característica pode ser notabilizada também ao longo de toda a diretoria do epidemiologista Fred Soper na organização, período que se estende entre 1947 e 1959. Adido militar para serviços de saúde durante a Segunda Guerra Mundial, Soper entre 1943 e 1946 ajudou a coordenar operações de sanitização no Egito, na Argélia e na Itália, utilizando um eficiente sistema de controle de pragas através de aplicação de diversos inseticidas, incluindo-se o DDT. Além disso, o modelo de Soper para combate às doenças de massa estava baseado em premissas de conquista e manutenção territorial também utilizadas pelos estrategistas

estadunidenses em manobras militares da guerra, articulando assim um modelo político que considerava os temas de saúde pública como questão de ordem militar.⁶⁸

Entre 1947 e 1959, período de duração da gestão de Soper no órgão, a ideia de erradicação de tais doenças marcou a atuação da OPAS na América Latina, merecendo o Brasil atenção especial de tal política, principalmente devido à elevada incidência de reprodução do mosquito *Aedes aegypti*, responsável pela contaminação da febre amarela e da malária, no país.⁶⁹ Em meados da década de 1950, em um panfleto publicado no Brasil, o diretor explicou que a “*erradicação completa das doenças transmissíveis ou de seus vetores tem substituído, na medida do possível, as medidas simples de controle*” (CUETO, 2009, p.134), ressaltando assim que a eliminação de todos os focos de incidência e vetores de transmissão e a vitória definitiva sobre doenças de grande escala na América Latina era objetivo considerado como possível pelos gestores da OPAS naquele período.

É importante ressaltar que tal direcionamento da organização contou com o apoio financeiro dos EUA, tendo este governo feito em 1956 uma contribuição de US\$ 1,5 milhão para o Fundo Especial de Erradicação da Malária⁷⁰, doença cujo o combate no Brasil vinha recebendo apoio de organizações norte-americanas desde a década de 1920 através da ajuda financeira e científica da Fundação Rockefeller. Em relação às décadas de 1940 e o início da de 1960, período da gestão Fred Soper no comando da OPAS, Cueto afirma:

Esse foi um período de profundas mudanças sociais e políticas na América Latina, e alimentou a esperança de obter um desenvolvimento significativo através da modernização das estruturas tradicionais. Essa modernização inspirou-se num paradigma industrial e capitalista que era uma alternativa aos regimes totalitários. A ilusão de que as principais doenças transmissíveis seriam erradicadas fez parte desse paradigma. Criaram-se programas ‘verticais’ de saúde para combater algumas dessas doenças; tais programas caracterizaram-se por seu foco em objetivos, prazos e em técnicas e pessoal especializados, bem como por seu desinteresse pela participação comunitária, isto é, a participação dos diferentes grupos que compõe a sociedade (CUETO, 2009, p.24).

68 Conferir nota biográfica sobre a vida de Fred Soper na US National Library of Medicine IN: <https://profiles.nlm.nih.gov/ps/retrieve/Narrative/VV/p-nid/76>

69 Cf. MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. *A erradicação do Aedes Aegypti: febre amarela, Fred Soper e Saúde Pública nas Américas (1918-1968)*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2016.

70 LIMA, Nísia Trindade. O Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde: uma história em três dimensões. In: FINKELMAN, Jacob. (Org.) *Caminhos da Saúde Pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Opas, 2002. p.65.

Já o Plano Decenal de Saúde Pública criado pela OPAS em 1963, período em que João Goulart se encontrava na presidência do Brasil, buscou compreender as naturezas técnica, econômica, social, cultural e jurídica das questões sanitárias, aprofundando a associação entre bem-estar físico e desenvolvimento econômico. Defendida fortemente durante a gestão de Abraham Horwitz na organização, entre 1959 e 1975, essa relação entre saúde e economia utilizava a mortalidade infantil como exemplo de seu argumento:

Ela só podia ser reduzida até certo ponto pelas intervenções médicas, porém, além desse limite, a redução adicional exigia a presença de fatores como boa alimentação, moradia, saneamento adequados e uma renda per capita razoável. Tais providências não dependiam da atenção médica, observou ele, mas do desenvolvimento socioeconômico. Em segundo lugar, para Horwitz, essa relação significava que a saúde da população, sobretudo da população economicamente ativa, era um ingrediente necessário para melhorar a produtividade e o consumo da sociedade em geral (CUETO, 2009, p.151).

É possível perceber no discurso sanitarista internacional dedicado ao combate das doenças de massa o aparecimento de duas características fundamentais a partir do início da década de 1950: a militarização do tema da saúde e a aproximação entre os assuntos de ordem sanitária e as questões de cunho econômico. Foi notável por parte do governo dos EUA o estímulo ao atrelamento das questões econômicas e de segurança nacional ao tema da saúde, devido ao interesse de garantir influência política e ideológica no contexto da Guerra Fria, tendo os objetivos sanitários de controle e combate das doenças de massa sido assumidos como temas estratégico do exército daquele país após a Segunda Guerra Mundial. Como destacou Cueto a saúde sob o ponto de vista militar

também era uma espécie de campo de batalha; as campanhas sanitárias envolviam uma árdua luta, na qual a disciplina, o sentimento do dever e o “spiritcorps” eram exigidos para derrotar o inimigo. Em outras palavras, assim como os conflitos militares, elas construíram o caráter (CUETO, 2009, p.114).

Influenciado pelo modelo de campanhas sanitárias com estrutura verticalizada, proposto por Fred Soper na OPAS, e pelas teorias da modernização⁷¹ desenvolvidas pela

71 “Para certos teóricos americanos de linha democrata, a modernização nos países pobres deveria ir além do progresso econômico e do desenvolvimento, implicando também mudanças políticas e culturais que trouxessem em seu bojo a democracia característica da verdadeira modernidade. (...) Tratava-se de forjar uma mística, uma ideologia que competisse com os projetos revolucionários, principalmente o marxismo. (...) Alguns intelectuais

sociologia norte-americana dos anos 1950, o exército estadunidense passou a difundir entre as doutrinas de formação de seus oficiais a ideia de que a segurança sanitária seria um dos pilares da segurança nacional, tendo as forças armadas brasileiras sido influenciadas por tal perspectiva principalmente através da Escola Superior de Guerra e de seu principal produto teórico, a Doutrina de Segurança Nacional.⁷² É importante lembrar que “até o término da década de 1960 os EUA possuíam o monopólio da formação militar na América Latina, com exceção de Cuba e México” (STEPAN, 1974, p.95), tendo colaborado amplamente para a formação técnica e intelectual das forças armadas brasileiras. Como destacou Stepan em relação ao EUA:

A sua política militar em relação à América Latina incluía assistência em armas, assistência técnica e amplos programas de educação. Os oficiais e praças latino-americanos recebiam treinamento em escolas mantidas pelos Estados Unidos no Panamá, em Fort Leavenworth, e em outros lugares, e eram intensamente submetidos às doutrinas norte-americanas na Escola Interamericana de Defesa, em Washington (MOTTA, 2014, p.10).

2.3 –O “inimigo interno” e o combate às doenças de massa: segurança sanitária e segurança nacional

A partir do início dos anos 1960, é possível perceber em manuais da Escola Superior de Guerra e em relatórios acadêmicos produzidos por seus alunos o aparecimento de um discurso que concebia a saúde pública como ferramenta estratégica para a estabilidade política do país. Uma intervenção governamental mais energética a fim de promover a melhoria das condições sanitárias e o combate às doenças de massa passou a ser considerada peça fundamental para a pacificação das tensões políticas no interior, sobretudo devido à insatisfação dos elementos de esquerda e das Ligas Camponesas, e para a manutenção da “segurança interna” do Brasil. É importante lembrar que na doutrina produzida pela ESG uma das principais formas de expansão dos “inimigos internos” era a chamada “guerra psicológica”, estratégia pretensamente usada pelas forças comunistas com o intuito de

formuladores da política externa americana passaram a ver nos militares agentes talhados para modernizar as sociedades periféricas, ainda que à custa de retardar o advento da democracia”. In: MOTTA, Rodrigo P. Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Op. Cit. p.10.

72 Cf. SOPER, Fred L. *Aegypti and Gambiae: Eradication of African Invaders in the Americas*. Atlantic City, NJ, 1963.

explorar as contradições existentes na estrutura social capitalista a fim de mobilizar as massas em prol da revolução.⁷³

Segundo a doutrina, fatores como a insegurança alimentar e sanitária, presentes no Brasil do período, seriam elementos que poderiam contribuir para uma gradual insatisfação das camadas de menor renda entre a população, contribuindo assim para a aproximação destes grupos com os partidos de esquerda, defensores de uma pauta favorável à ampliação dos direitos sociais. A saúde, portanto, segundo o *Manual básico da ESG*, livro de caráter pedagógico utilizado na formação dos quadros civis e militares formados nos cursos da instituição, o conceito “segurança interna”:

Integra-se no quadro da Segurança Nacional, tendo como campo de ação antagonismos e pressões que se manifestem no âmbito interno. Não importa considerar as origens dos antagonismos e pressões: externa, interna ou externo-interna. Não importa a sua natureza: política, econômica, psicossocial ou militar; nem mesmo considerar as variadas formas como se apresentem: violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania. Sempre que quaisquer antagonismo ou pressões produzam efeitos dentro das fronteiras nacionais, a tarefa de superá-los, neutralizá-los e reduzi-los está compreendida no complexo de ações planejadas e executadas, que se define como Política de Segurança Interna (ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, 1976, p.431).

Maria Helena Moreira Alves lembrou que “*a ideologia da segurança nacional contida na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi um instrumento importante para a perpetuação das estruturas de Estado destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado-dependente*” (ALVES, 1984, p.26). Além disso, a autora recorda que a ênfase dada pela doutrina aos chamados “inimigos internos”, “*ocultos e desconhecidos produz, no seio da população, um clima de suspeita, medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas*” (ALVES, 1984, p.27).

É importante lembrar que apesar o slogan político de forte impacto, a estratégica adotada pela DSND acabava por não deixar claras as motivações que tornavam determinados agentes e grupos “inimigos internos da nação”, tendo a propaganda política do governo dado um enfoque maior à necessidade de eliminação destes inimigos ao invés do fomento ao debate acerca da conjuntura que os elevou à tal condição. No caso de um país com proporções

73 Cf. 1º Trabalho em grupo. G1 – 03 – 63/ GRUPO C/ JUNHO DE 1963. Coordenação Cel. Newton de Faria Pereira. Rio de Janeiro, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, 1963. p.16. Identificação do documento: SG-00013966-6.

continentais e altos índices de desigualdade de renda como o Brasil, o tema das doenças de massa era visto não somente como um problema de saúde pública, mas também como uma questão política, já que a perpetuação de mazelas sociais como a fome e as epidemias acabava por se tornar um forte argumento de propaganda da ideologia comunista.

Tal intuito de associar saúde à segurança nacional pode ser percebido não somente nos manuais oficiais, mas também nos relatórios de trabalho redigidos por estudantes dos cursos oferecidos pela ESG na época, estando estes sob a tutela de orientadores militares. O caráter instrutivo de tais avaliações oferece nos dias de hoje um valioso potencial analítico, já que os referidos exames guardavam a função de verificação dos conhecimentos considerados fundamentais para a escola e difundidos pelos professores ao longo dos cursos de formação de seus quadros. A finalidade pedagógica de tais relatórios tem o poder de evidenciar não somente os temas julgados primordiais pelos oficiais da ESG, mas também o grau de afinação entre o discurso destes e as atividades de pesquisa realizadas por seus alunos, sendo, portanto, utilizados no presente estudo como fonte primária de investigação.

Em 1963, a primeira avaliação referente ao Curso Superior de Guerra, oferecido pela ESG a civis e militares, teve a “infiltração comunista na vida brasileira” como um de seus temas propostos, sendo a apuração de fatos e redação de tal relatório executada em um grupo de oito discentes e dirigida sob a orientação do coronel Newton de Faria Pereira. O contexto político polarizado daquele período e o intuito estratégico do relatório - direcionado a apreciar os aspectos fundamentais da “infiltração comunista na vida brasileira e sugerir medidas, nos diferentes campos, para, no interesse da Segurança Nacional, anular ou reduzir aquela infiltração”⁷⁴ - tornaram “sigiloso”⁷⁵ o caráter do estudo, tendo o mesmo sido realizado entre 31 de maio de 28 de junho de 1963. Apesar do tempo relativamente escasso para a realização da pesquisa, o referido trabalho foi desenvolvido em etapas que visavam atender um mínimo rigor científico, sendo a investigação dividida em quatro fases e onze etapas de execução.⁷⁶

74 1º Trabalho em grupo. G1 – 03 – 63/ GRUPO C/ JUNHO DE 1963. Coordenação Cel. Newton de Faria Pereira. Op. Cit. p.3

75 “Dada a natureza dos documentos consultados julgamos conveniente dar o caráter SIGILOSO aos resultados do nosso trabalho”. 1º Trabalho em grupo. G1 – 03 – 63/ GRUPO C/ JUNHO DE 1963. Coordenação Cel. Newton de Faria Pereira. Op. Cit. p.3.

76 “a – interpretação e análise do tema proposto; b – estabelecimento de um roteiro, rigorosamente observado; c – estabelecimento do calendário (...) ampliando-se de três dias a fase de ‘pesquisas’; d – Preparo de uma relação de livros e documentos pertinentes ao assunto (...); e – distribuição de tarefas pelos componentes do grupo, dois

Além de sua introdução que conta a história da fundação e as principais ações do Partido Comunista entre as décadas de 1920 e 1960, o relatório realizado pelos discentes da ESG se dedicou ao longo de 14 páginas a destacar os principais objetivos e características da difusão da ideologia comunista no Brasil. O item 2.3 do estudo buscou fazer uma análise aprofundada acerca das técnicas de infiltração comunista, sendo percebida na escrita do trabalho uma nítida influência do conceito do “inimigo interno”, presente na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Segundo o relatório, as principais estratégias da expansão de tal corrente no país eram a “doutrinação ideológica, a propaganda, a agitação, a infiltração”⁷⁷, tendo a exploração dos antagonismos existentes na sociedade brasileira sido caracterizada com uma das principais estratégias dos setores esquerdistas para a expansão de sua ideologia.

As estratégias de infiltração comunista nas áreas do interior é outro item do relatório que guarda particular importância para temática da presente pesquisa. De acordo com o trabalho, a exploração das contradições existentes na estrutura social e econômica do Brasil seria uma relevante tática utilizada pelos setores comunistas no intuito de difundir a ideologia da luta de classes e engrossar as fileiras de sua militância política, sobretudo nas regiões com maioria de população camponesa. Os autores do documento assinalaram que a precariedade das condições materiais e sanitárias vividas pelas populações sertanejas contribuiria para a disseminação das Ligas Camponesas nas regiões mais recônditas do Brasil, sendo tais ligas consideradas um braço da ideologia comunista nas regiões. Além disso, o relatório ainda sublinhou que a omissão governamental no intuito da superação de tais condições de vida seria uma motivação para a expansão dos movimentos sociais camponeses na década de 1960:

Inúmeras outras razões de ordem econômica há que contribuem para o agravamento dos problemas sociais, que propiciam a infiltração comunista no Brasil, que são por demais conhecidos, dispensando enunciações fastidiosas. A ausência de uma política

a dois em cada setor específico a pesquisar; distribuição dos livros e documentos selecionados; todos os documentos secretos foram diariamente devolvidos ao órgão próprio, na Escola; f – reuniões diárias, pela manhã, após a conferência programa, para troca de ideias e informações sobre o andamento das pesquisas individuais; g – apresentação dos trabalhos realizados pelos componentes do grupo e seu recolhimento; h – designação do relator, Dr. Geraldo; i – Discussão dos trabalhos apresentados pelos diferentes estagiários; j – fixação da forma de apresentação do relatório do grupo no auditório, com a participação do relator e do dirigente; l – apresentação do relatório, pelo relator, e sua discussão e pequenas alterações”. In: *1º Trabalho em grupo. G1 – 03 – 63/ GRUPO C/ JUNHO DE 1963. Coordenação Cel. Newton de Faria Pereira. Op. Cit. p.4.*
77 1º Trabalho em grupo. G1 – 03 – 63/ GRUPO C/ JUNHO DE 1963. Coordenação Cel. Newton de Faria Pereira. Op. Cit. p.16.

agrária que tenha mira satisfazer ao imperativo moral de atender as necessidades mínimas das populações rurais, compatíveis com a dignidade humana e prestando-lhe uma adequada assistência, num amplo sentido político, econômico e social, contribui para que nessas áreas a ação comunista também se faça presente através a organização de LIGAS, denominadas CAMPONESAS (*sic*). (...) Se a isso acrescentarmos o arcaísmo da nossa estrutura agrária, cuja a reformulação dentro dos princípios democráticos e cristãos se impõem, e a inexistência de uma legislação que assegure aos que labutam no campo tratamento equivalente ao proporcionado aos que militam nos centros urbanos, precárias se tornam outras providências menos fundamentais, para restabelecimento da verdadeira PAZ SOCIAL, tanto menos desejada pelos comunistas, quanto mais a proclamam.⁷⁸

É preciso lembrar que o saneamento das áreas interioranas era objetivo oficial do governo brasileiro desde a presidência de Juscelino Kubitschek, tendo instituições como o Departamento Nacional de Endemias Rurais, criado em 6 de março de 1956 a partir da lei n. 2.743, a missão de realizar pesquisas sobre “malária, leishmaniose, doença de Chagas, peste, brucelose, febre amarela, esquistossomose, filariose e outras endemias brasileiras, investigando a natureza e o comportamento de seus agentes etiológicos, vetores e hospedeiros, assim como os fatores e modos de transmissão”⁷⁹. A ocorrência de tal fato parcialmente contradiz o argumento dos militares que apontava ser o abandono governamental e as más condições sanitárias do interior como uma das principais motivações para a insatisfação dos trabalhadores e para o fortalecimento da ideologia comunista entre os camponeses, já que no governo Juscelino é sabida a importante atuação do Departamento Nacional de Endemias Rurais na realização de campanhas contra várias doenças, em especial contra a malária, como é possível se perceber no quadro abaixo ⁸⁰:

78 1º Trabalho em grupo. G1 – 03 – 63/ GRUPO C/ JUNHO DE 1963. Coordenação Cel. Newton de Faria Pereira.. Op. Cit. p.17.

79 Disponível em: <http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/instituto-nacional-de-endemias-rurais-2>.

80 Conferir anuário estatístico do Brasil de 1961, sobretudo o item relacionado aos Serviços Oficiais de Saúde Pública. Presente em https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/saude/1961/saude1961aeb_32.pdf. Conferir também: *Combate a Endemias Rurais no Brasil (Relatórios dos grupos de Trabalhos reunidos em 1960 na cidade do Rio de Janeiro*. Departamento Nacional de Endemias Rurais. Brasília, Ministério da Saúde, 1962.

15. CAMPANHA CONTRA A MALÁRIA — 1956/60

b) Profilaxia e tratamento

ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS TRABALHADOS	PROFILAXIA		TRATAMENTO	
		Localidades trabalhadas	Dedetizações realizadas	Assistência medicamentosa	
				Pessoas medicadas	Antimaláricos consumidos
1956 (25 Unidades da Federação).....	815	43 292	2 109 648	1 033 416	4 176 829
1957 (26 Unidades da Federação).....	835	43 630	2 138 612	1 236 352	5 027 406
1958 (25 Unidades da Federação).....	800	41 855	1 676 551	911 773	3 452 875
1959 (23 Unidades da Federação).....	749	33 635	1 241 988	1 184 246	4 768 946
1960 (22 Unidades da Federação).....	544	18 314	857 202	1 155 746	4 998 453
Rondônia.....	2	141	13 173	51 269	248 101
Acre.....	7	102	15 326	7 111	33 546
Amazonas.....	35	324	34 791	57 722	324 766
Rio Branco.....	2	38	3 032	7 369	25 264
Pará.....	28	103	9 677	125 014	610 197
Amapá.....	1	3	131	11 532	37 787
Maranhão.....	60	213	32 179	344 945	1 278 781
Piauí.....	24	836	72 731	182 770	606 487
Pernambuco.....	9	399	13 952	1 150	3 849
Sergipe.....	3	4	162	972	6 953
Bahia.....	120	7 541	284 824	61 457	248 846
Minas Gerais.....	79	5 280	72 633	37 430	173 804
Espírito Santo.....	—	—	—	19 448	74 952
Rio de Janeiro.....	31	448	148 468	55 165	309 770
Guanabara.....	1	4	35 113	54	585
São Paulo.....	—	—	—	981	3 843
Paraná.....	20	428	26 668	11 628	66 345
Santa Catarina.....	33	295	24 529	38 933	149 974
Rio Grande do Sul.....	—	—	—	48	232
Mato Grosso.....	38	1 137	30 485	57 827	246 545
Goiás.....	60	965	33 005	82 921	547 826
Distrito Federal, Brasília.....	1	53	6 323	—	—

FONTE — Departamento Nacional de Endemias Rurais — Divisão de Profilaxia.

(Fonte: IBGE.)

https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/saude/1961/saude1961aeb_32.pdf)Disponível em: Acessado em 15/01/2018..

Apesar de não reconhecer os esforços do governo brasileiro no intuito de combater as endemias rurais, a utilização do argumento que associa tais moléstias com a possibilidade de disseminação do comunismo aponta uma interessante questão: no contexto imediatamente anterior o golpe civil-militar o tema do combate às doenças de massa era tratado não somente como assunto de saúde pública, mas também como um uma questão relativa à segurança interna e ao equilíbrio político da nação. É importante ressaltar que no polarizado cenário do início dos anos 1960, o “amplo sentido político, econômico e social” citado pelos alunos da ESG como necessário para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais obrigatoriamente deveria incluir a questão das doenças de massa, visto que tal tema havia sido explorado com considerável sucesso na plataforma de campanha que levou Kubitschek ao poder e acabou por se tornar uma tendência nos debates políticos do período, tendo este

associado a saúde da população ao aumento do potencial produtivo e à elevação do desenvolvimento econômico do país.⁸¹

Realizado em junho de 1963, aproximadamente nove meses antes do golpe, e redigido por discentes sob a orientação de professores militares oficiais da Escola Superior de Guerra, o documento contou com a colaboração de um conjunto de figuras civis e castrenses, advindas dos mais variados setores profissionais. Participaram da redação do relatório o general de brigada Manoel Mendes Ferreira; o brigadeiro do ar Doorgal Borges; o comandante de brigada Ruy Fonseca; o coronel Newton de Faria Ferreira, também coordenador do grupo; o professor Alberto Martins e os médicos Augusto Cesar Linhares da Fonseca, Geraldo Costa e Silva e Francisco de Paula Rocha Lagoa.⁸²

Como já citado anteriormente, este último acabou sendo nomeado diretor do Instituto Oswaldo Cruz em 1964 e considerado como um dos principais responsáveis pelo esvaziamento das pesquisas em ciência básica e o crescimento dos investimentos em produção soroterápica no órgão, o referido “Massacre de Manguinhos”. Tal fato indica que a estratégia nacional para o controle das doenças de massa a fim de conter a expansão do comunismo no interior, proposta de intervenção sanitária defendida pelo relatório no qual Lagoa colaborou para a redação, era de considerável interesse para as frações de classe civis-militares que passaram comandar o país com o início do regime ditatorial, fato que explica a nomeação do médico para o mais alto posto do IOC três meses após a derrubada de Goulart.

A análise da monografia feita por Rocha Lagoa a fim de concluir o Curso Superior de Guerra da ESG é outra evidência que aponta para a questão do combate às doenças de massa como assunto militar, estando tal tema presente não apenas nos relatórios semestrais escritos por grupos de alunos da ESG, mas também nos trabalhos de conclusão de curso da escola. Sobre o tópico das doenças de massa, o médico e sanitarista formado na turma 1963 do cursodemonstrou notável afinamento com o aspecto da segurança interna contido na Doutrina de Segurança Nacional:

Segurança Nacional é o grau relativo de garantia que – através de ações políticas, econômicas, psico-sociais e militares – o Estado proporciona a Nação que

81 LABRA, Maria Eliana. 1955-1964: o sanitarismo desenvolvimentista. In: TEIXEIRA, Sonia Fleury. *Antecedentes da reforma sanitária*. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública, 1988. p.9-36.

82 1º Trabalho em grupo. G1 – 03 – 63/ GRUPO C/ JUNHO DE 1963. Coordenação Cel. Newton de Faria Pereira. Op. Cit.2.

jurisdiciona, em determinada época, para a consecução e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes, em presença das Pressões Dominantes, reais ou potenciais, internas ou externas, capazes de ameaçar tais propósitos.

Surge a solução do problema das doenças de massa no Brasil, claramente ligado ao âmbito da Segurança Nacional, pois ele atinge diretamente o Bem-Estar e o Desenvolvimento do país, criando condições e pressões internas que dificultam o Desenvolvimento. Assim, qualquer política de Desenvolvimento que venha a ser realizada no Brasil, será influenciada e prejudicada pela quantidade e a intensidade das doenças de massas que grassam no país e que impedem a colaboração efetiva no trabalho de um grande contingente humano, que se não fosse afetado pelas mesmas poderiam ser grandemente úteis aos progresso e Desenvolvimento.

No caso brasileiro as doenças de massa existentes, acentuam ainda mais os graves desequilíbrios regionais e socio-econômicos existentes. Assim, surge a solução dos mesmos diretamente afetos a Segurança Nacional, pois há estreita interdependência entre as Políticas de Desenvolvimento e de Segurança.

Daí a necessidade de um plano urgente e de rápida execução para o combate e erradicação das Doenças de Massa do país, considerando os interesses de Desenvolvimento e Segurança Nacional” (LAGOA, 1963, p.84).

O título do texto monográfico de Rocha Lagoa, denominado “*Estudar as doenças de massa no Brasil e, em face dos interesses da Segurança Nacional, sugerir medidas apropriadas para o seu combate*”, denuncia em grande medida os objetivos do autor com a realização do estudo: relacionar o tema da saúde pública com o debate da teoria geopolítica intrínseca à ESG, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Além do primeiro capítulo, dedicado à introdução e conceituação do termo doenças de massa, o trabalho de Lagoa conta ainda com outros três capítulos, tendo o segundo se debruçado sobre os “aspectos regionais e demográficos do Brasil relacionados com as doenças de massa”. O capítulo seguinte, denominado “doenças de massa no Brasil”, tem por objetivo expor em detalhes as condições médicas e alimentares inerentes a incidência dos vinte tipos de doenças de massa mais recorrentes em nosso país, e o capítulo quatro nomeado “doenças de massa e segurança nacional” busca elencar as possíveis medidas governamentais a serem utilizadas no intuito de combater tais males.

A conceituação de “doenças de massa” e a definição do conjunto de moléstias abarcadas por tal termo foi feita logo nas primeiras páginas do estudo de Rocha Lagoa, tendo o médico assumido desde o início um olhar particular sobre o assunto. Na introdução, Lagoa destacou que as questões de saúde que mais atingiam as populações eram tradicionalmente divididas pelos sanitaristas em três grandes grupos: doenças pestilenciais, doenças de massa e doenças degenerativas. Segundo o autor

Compõem o grupo das doenças pestilenciais, a cólera, a varíola, a febre amarela, a peste e o tifo exantemático. São doenças que por sua natureza epidemiológica, puderam ser denominadas, achando-se praticamente controladas no mundo inteiro, apesar de em outros tempos, serem as responsáveis por calamitosas epidemias.

O grupo das doenças de massa é integrado pela malária, helmintoses, esquistossomose, boubá, tracoma, tuberculose, sífilis, gastroenterites e doenças da nutrição. São chamadas doenças de massa por atingirem, em geral um grande número de pessoas na mesma ocasião. Constituem, geralmente, pesado fardo para os chamados países sub-desenvolvidos, não constituindo problema de relevância naqueles que já atingiram um elevado grau de desenvolvimento.

No terceiro grupo, estão incluídas manifestações mórbidas como: doenças cardíacas e circulatórias, desordens glandulares e neoplasias. A prevalência dessas doenças é maior na população das regiões desenvolvidas e que atingem uma maior média de vida (LAGOA, 1963, p.84).

Todavia, logo em seguida, Rocha Lagoa busca assinalar uma definição para o termo que fundia o grupo das doenças pestilenciais com o das doenças de massa, buscando assim justificar que as condições econômicas e alimentares das populações deveriam ser os elementos mais indicados para apontar a amplitude de alcance de tais doenças de massa. Desta forma, é possível se perceber que o olhar do médico sobre o tema considerava que as doenças pestilenciais também deveriam estar inserida nas chamadas “doenças de massa”, sendo a questão do baixo desenvolvimento econômico e social inerente à reprodução de ambos os grupos de moléstias o principal motivo para abarcar as mesmas em um único termo, designado por Lagoa como doenças de massa. Utilizando as conceituações sanitárias contidas nos relatórios publicados pela ONU em fins dos anos 1950 e princípios da década seguinte, Lagoa explicou:

Recentemente, grupo de especialistas da O.N.U, estudando o problema das doenças de massa que afligem as populações do globo, sugeriram a seguinte definição para as mesmas: ‘são doenças muito propagadas atingindo em proporção elevada a população, e contribuindo, consideravelmente para comprometer o desenvolvimento econômico de um país. Do ponto de vista médico, essas doenças ofuscam várias outras relegando-as a um plano inferior até que as consiga dominar as doenças de massa’. Assim definidas, as doenças de massa podem ser consideradas no quadro geral como uma vasta reserva de morbidade a eliminar, a fim de que uma região adquira condições normais de desenvolvimento. No trabalho que passaremos a desenvolver adotaremos este último ponto de vista(LAGOA, 1963, pp. 5-6).

Partindo de tal definição particular acerca das doenças de massa, Rocha Lagoa ao longo do resto de seu trabalho buscou destacar alguns motivos que tornariam o Brasil um dos principais focos de incidência das mesmas, evidenciando assim o seu posicionamento que

associava as baixas condições materiais e sanitárias das populações, sobretudo no interior, com a questão do subdesenvolvimento do país. No capítulo três do relatório, o mais extenso e fundamentado do estudo, Lagoa expôs em detalhes os motivos geográficos, demográficos e sanitários que promoveriam a reprodução de vinte doenças, estando fundidas entre estas tanto males pestilenciais quanto as doenças de massa: esquistossomose, ancilostomose, ascaridiose, tricocefaliose, filariose, hidatiose, boubá, tracoma, febre amarela, varíola, peste, raiva, febre maculosa, lepra, tuberculose, doença de Chagas, leishmaniose, malária e bócio endêmico.⁸³ Apesar da origem diversa e das distintas condições geográficas necessárias para a ocorrência de tais males, é perceptível no estudo de Lagoa a intenção de relacionar as mesmas com debates de cunho econômico, sobretudo no que se refere à diminuição da capacidade produtiva da população em ocasiões de endemias e epidemias e sua consequente colaboração para baixo desenvolvimento do Brasil. Como já explicado anteriormente, tal ponto de vista que atrelava saúde e economia pode ser considerado como uma marcante característica do debate sanitário nacional e internacional a partir de meados dos anos 1950, tendo a gestão Fred Soper na OPAS e sua influência nos modelos verticais de saúde pública aplicados nos EUA, as teorias da modernização defendidas pela sociologia norte-americana e as primeiras campanhas nacionais contra grandes endemias realizadas pelo DNERu desde o governo Kubitschek, buscado explorar tal argumento a fim de transformar a questão da saúde pública um tema econômico, político e militar.

Na conclusão de seu estudo, Rocha Lagoa defende que somente uma intervenção governamental de grande porte a fim de transformar as condições sanitárias do país e eliminar suas doenças de massa poderia gerar a melhoria da qualidade de vida da população e o aumento de sua capacidade produtiva, elementos que colaborariam para o desenvolvimento econômico, equilíbrio social e segurança nacional. É interessante perceber que o contexto de 1963, polarizado momento político em que ocorreu a redação da monografia, não tornava provável uma ação estatal em favor do combate das grandes enfermidades que grassavam no interior, seja por razões de desequilíbrio econômico seja pela falta de coesão política por parte do governo Goulart na época. Sendo assim, é possível se considerar que o projeto de saúde pública defendido por Lagoa não se adequava ao conjunto de pressões sociais inerentes à

83 Cf. LAGOA, Francisco de Paula Rocha. *Estudar as doenças de massa no Brasil e, em face dos interesses da Segurança Nacional, sugerir medidas apropriadas para o seu combate*. Op. Cit pp. 22-82.

democracia brasileira do início dos anos 1960, sendo este um indício que tal modelo de intervenção vertical na saúde pública carecesse, em princípio, da supressão dos direitos políticos dos grupos de oposição ao projeto, condição que acabou por ser consolidada a partir do golpe civil-militar de 1964:

Conclusões

- 1) As doenças e massa, pelo número e intensidade que grassam no território brasileiro, constituem sério problema, para a valorização do homem e do Desenvolvimento do país.
- 2) É urgente a realização de campanhas nacionais, para a erradicação das doenças de massa no Brasil que constituem sério entrave ao Bem-Estar e ao Desenvolvimento.
- 3) O problema das doenças de massa no Brasil não será resolvido simplesmente com o Desenvolvimento econômico do país, mas ao contrário, julgamos que uma população higida e educada constitui o núcleo essencial para o Desenvolvimento do mesmo.
- 4) Uma nação moderna tem como problema fundamental para o seu progresso a capacidade potencial de sua mão de obra, motivo pelo qual deve se promover a constante valorização de seu elemento humano.
- 5) A solução do problema das doenças de massa no Brasil, acha-se intimamente ligada a Segurança Nacional, pelas repercussões que possuem sobre o Bem-Estar e o Desenvolvimento Nacional, contribuindo para a criação de pressões internas contrárias à consecução de Objetivos Nacionais Permanentes (LAGOA, 1963, p.85).

Como destaca o verbete biográfico sobre sua vida contido no acervo do CPDOC/FGV⁸⁴, Rocha Lagoa teve ampla ascensão profissional a partir do ano seguinte, mesmo em que ocorreu o golpe civil-militar, tornando-se diretor do IOC e membro do conselho deliberativo do CNPq, além de representante do Brasil no XI Congresso Internacional da Estandartização Microbiológica de Milão, já em 1968. Em 30 de outubro de 1969 Francisco de Paula Rocha Lagoa foi nomeado ministro da saúde, permanecendo no cargo até junho de 1972 e sendo responsável durante seu mandato pela cassação dos dez cientistas envolvidos no Massacre de Manguinhos.⁸⁵

Comprometido econômica e politicamente com a estratégia de produção de medicamentos e vacinas, o governo militar brasileiro deu grande enfoque à verticalização dos projetos de saúde, tendo as metas decenais propostas pela OPAS no Plano Decenal de Saúde Pública de 1963 sido regularmente aplicadas no país através de massivos planos de eliminação de doenças. Em 1966, a lei 5.026 – a Lei Orgânica das Campanhas – foi instituída

84 Presente em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/rocha-de-paula-rocha-lagoa>. Acessado em 06/08/2017.

85 Cf. LENT, Herman. *O Massacre de Manguinhos*. Rio de Janeiro, Avenir, 1978.

com o intuito de coordenar nacionalmente o combate e a prevenção de surtos de alcance coletivo⁸⁶, além da criação da Campanha de Erradicação da Varíola, parte integrante do Programa Mundial de Erradicação da Varíola organizado pela OPAS/OMS (BRASIL, 2013, p. 38). Os anos seguintes observaram a expansão deste projeto de controle de doenças, tendo a reforma administrativa de 1967 atribuído ao Ministério da Saúde a responsabilidade da ação preventiva em geral e da vigilância sanitária de fronteiras e de portos marítimos, fluviais e aéreos.

No ano seguinte, a Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP)⁸⁷, órgão de saúde pública estratégico do governo, criou o Centro de Investigações Epidemiológicas (CIE) considerado o primeiro centro do Brasil a aplicar o conceito de vigilância epidemiológica⁸⁸, sendo estabelecidas entre os anos de 1969 e 1971 campanhas para o combate da malária, tuberculose, poliomielite e sarampo. A criação da Central de Medicamentos (CEME) e do Programa Nacional de Imunizações (PNI) em 1973 são eventos que assinalam tal tendência de incentivo técnico e produtivo na área da saúde, sendo ambas as medidas um desdobramento destes novos direcionamentos sanitários adotados a partir do início da ditadura civil-militar. O interesse de criação da CEME se referia à importância da organização para suprir a demanda de medicamentos de baixo custo para as camadas da população com menor poder aquisitivo, situação que vinha se tornando inviável com o amplo domínio do setor farmacêutico pelo capital externo (BRASIL, 1974, p.4). Os altos gastos dispendidos pelas empresas multinacionais na propaganda de seus produtos eram julgados pelo governo militar como responsáveis pela elevação do valor médio de alguns dos fármacos mais utilizados no serviço

86 Cf. BRASIL. Presidência da República. Lei nº 5.026, de 14 de junho de 1966. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5026.htm

87 A Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP) originou-se do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), agência bilateral criada em 17 de julho de 1942, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, visava implantar ações de combate à malária e a outras endemias, nas áreas de extração da borracha, na Amazônia, e de minérios, no vale do rio Doce, regiões estratégicas para os esforços de guerra. Suas atribuições abarcavam desde o saneamento do vale do Amazonas, a profilaxia e assistência sobre malária, a construção e administração de escolas de enfermagem, hospitais e centros de saúde, a formação e o aperfeiçoamento de médicos, enfermeiras e engenheiros sanitaristas, até a colaboração com o Serviço Nacional de Leprosia e a criação de sistemas de águas e esgoto”. IN: Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação. Disponível em <http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/fundacao-servicos-de-saude-publica>.

88 “Em termos práticos, entende-se a vigilância como a observação sistemática e contínua da frequência, da distribuição e dos determinantes dos eventos de saúde e suas tendências na população. Todo sistema de vigilância deve estar amparado por um marco legal próprio do Estado que garanta a operação eficiente de tal sistema. Organização Pan-Americana da Saúde. *Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 4: vigilância em saúde pública*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde ; Ministério da Saúde, 2010. p.10.

básico de saúde.⁸⁹ Com isso, era interesse da CEME administrar a produção e distribuição de medicamentos estratégicos aos setores com renda inferior a um salário mínimo, proporção que no período alcançou a marca de 75% da população brasileira.(BRASIL, 1974, p.3)

Em tal contexto é possível perceber as motivações da mudança estrutural ocorrida no IOC entre 1964 e 1970, tendo neste ano tal instituição sido transformada em Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), órgão inserido neste novo planejamento técnico vislumbrado pela Doutrina de Segurança Nacional e voltado para o combate das doenças de massa. É interessante observar o caráter estratégico da instituição quanto à produção de medicamentos, com presença bastante marcante no artigo 2º do decreto 66.624, de 22 de maio de 1970:

A Fundação Instituto Oswaldo Cruz, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita ao regime administrativo e financeiro estabelecido em seu Estatuto tem por finalidade realizar pesquisas científicas no campo da medicina experimental, da biologia e da patologia; promover a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores em ciências biomédicas, de sanitaristas e demais profissionais de saúde; elaborar e fabricar produtos biológicos, profiláticos e medicamentos necessários às atividades do Ministério da Saúde, às necessidades do País, e as exigências da Segurança Nacional.⁹⁰

Logo, é possível compreender que as mudanças nas propostas de saúde pública latino-americanas tiveram seu impacto no Brasil a partir da ascensão da ditadura militar, sendo perceptíveis nas áreas técnicas e de ensino, além da mudança nas orientações das pesquisas. Em tal cenário é provável incluir o “Massacre de Manguinhos” como um processo de reorganização científica ocorrido em uma das principais instituições de estudos médicos do país e iniciado, em suma, pelo crescimento do interesse do governo no combate às doenças de massa através da imunização irrestrita da população. Muito voltado para o ensino e pesquisa laboratorial, o Instituto Oswaldo Cruz teve de se adaptar aos novos tempos da saúde pública no Brasil, tendo o ex-aluno da ESG e seu diretor a partir de 1964, Francisco de Paula Rocha Lagoa, sido responsável por realizar o redirecionamento da instituição de acordo com os

89 Segundo diagnóstico feito pelo Ministério da Previdência foi constatada na época “a inversão de valores prevalecente no setor farmacêutico nacional: os medicamentos não eram (...) produzidos para atender às necessidades da população. As atenções das empresas estão mais voltadas para a sofisticação de suas práticas mercadológicas” BRASIL. CEME: A Experiência Brasileira em Medicamentos. Op. Cit. p.2.

90 Disponível em <http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/legislacao/decreto666241970.pdf>. Acessado em 08-01-2018.

interesses da ditadura civil-militar. O conjunto mudanças geradas por Rocha Lagoa acabou por ocasionar uma série de pressões internas no IOC, sendo os interesses sanitários e políticos do governo militar considerados na presente pesquisa como a real motivação para a ocorrência do “Massacre de Manguinhos”.

2.4 - Conclusões do capítulo

Este capítulo esteve dedicado a introduzir um pouco da história do Instituto Oswaldo Cruz e explicar sua importância para a implementação dos projetos de saúde pública desenvolvidos no Brasil de princípios do século XX até o início dos anos 1960. Na primeira parte, buscamos mostrar como a contribuição científica de alguns de seus colaboradores e a necessidade estatal de um órgão responsável pela produção soroterápica acabaram por fortalecer tanto o setor de medicina experimental quanto a área da química aplicada no IOC, tornando o mesmo uma das mais importantes instituições científicas da América Latina. Todavia, como se destacou no item 2.2 do capítulo, em fins dos anos 1920, foi percebido o nascimento de uma rivalidade entre os profissionais de tais setores, tendo pesquisadores de laboratório e técnicos de produção soroterápica gradualmente passado a disputar a prioridade de suas respectivas áreas no recebimento das verbas disponibilizadas pelo governo.

Tal antagonismo permaneceu durante os 15 anos em que Getúlio Vargas esteve no poder, tendo se acirrado a partir dos anos 1950, sobretudo devido à crise econômica do país e à integração do instituto ao Ministério da Saúde. A priorização do “sanitarismo desenvolvimentista” defendido por Juscelino Kubitschek na segunda metade daquela década e a ampliação dos investimentos de seu governo no combate às endemias rurais e epidemias urbanas, são alguns dos fatores que contribuíram para o fortalecimento do setor da química aplicada no IOC, contraindo paulatinamente as verbas destinadas à pesquisa experimental no instituto. A difusão de políticas de saúde pública com perspectivas e terminologias militares, tendência que já vinha sendo notabilizada em órgãos sanitários internacionais desde fins da Segunda Guerra Mundial, também foi notável no Brasil neste período e acabou por se consolidar como estratégia política na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento da ESG.

O início dos anos 1960 na Escola Superior de Guerra, entidade responsável pela formação dos oficiais pertencentes ao Estado-Maior das Forças Armadas, marca a ascensão de um discurso que apontava o saneamento público e o combate às doenças de massa como premissas necessárias à manutenção da estabilidade e segurança interna do país. Como se observou na terceira parte do capítulo, a sanitização das áreas do interior e a melhoria das condições de vida de suas populações passaram a ser encarados como ações cruciais para a contenção da influência dos grupos de esquerda em tais regiões, representados, principalmente, pelas Ligas Camponesas. Sob o ponto de vista da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, tais interesses justificavam o aumento dos investimentos em produção soroterápica e imunológica, sobretudo em instituições públicas voltadas para fins sanitários como era o caso do Instituto Oswaldo Cruz, tendo esta tendência se consolidado a partir de 1964, ano em que o médico e ex-aluno da ESG Francisco de Paula Rocha Lagoa foi nomeado diretor do IOC.

Afinado teórica e ideologicamente com o discurso da doutrina, Lagoa priorizou notavelmente a área da química aplicada na instituição, reduzindo em grande medida suas verbas destinadas à medicina experimental e inviabilizando a continuidade de um sem número de pesquisas e laboratórios do órgão até 1969. Posteriormente, tal perseguição à ciência básica acabou por ser denominada por Herman Lent como “Massacre de Manguinhos”, tendo a histórica rivalidade entre pesquisadores e técnicos em produção soroterápica sido apontada por este autor como a principal motivação para o ocorrido. Todavia, como tentou evidenciar o presente capítulo, a existência desta rivalidade não pode ser atribuída como única motivação deflagradora de tal processo, tendo o cenário das políticas de saúde desde meados da década de 1950 e a aproximação entre os discursos sanitário e militar também contribuído para o aumento da demanda por soroterápicos e fortalecimento do setor da química aplicada no IOC, fatores que colaboraram para episódio.

Feitas as referidas reflexões, o capítulo a seguir se dedicará a introduzir com maiores detalhes os eventos que marcam a ocorrência do “Massacre de Manguinhos”. Em tal unidade será de importância fundamental a compreensão do contexto histórico e ideológico que favoreceu a ascensão dos oficiais da Escola Superior de Guerra e da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento como corrente militar e matriz teórica com notável influência na política brasileira a partir de 1964.

CAPÍTULO 3

O Massacre de Manguinhos

Introdução

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre alguns dos principais fatos, depoimentos e análises que ajudaram a compreender o tema do “Massacre de Manguinhos”. Em síntese, até os dias atuais, o ponto de vista dos especialistas tem buscado destacar as questões de ordem interna ao Instituto Oswaldo Cruz como razões mais pertinentes para o incidente. O embate entre as áreas da química aplicada e da medicina experimental presente no IOC desde princípios do século XX e a existência de uma pretensa inimizade entre os cientistas desta última área e o diretor do Instituto Oswaldo Cruz a partir de 1964, Francisco de Paula Rocha Lagoa, foram alguns dos argumentos utilizados na busca para se explicar o episódio.

Todavia, sob o olhar desta pesquisa, o contexto histórico relativo ao Brasil após o golpe civil-militar guarda grande potencial para a compreensão do “Massacre de Manguinhos”, não tendo sido explorada em sua completude pelos analistas a conjuntura política, ideológica e sanitária que contribuiu para o referido evento. Fatores como a nomeação de Rocha Lagoa, médico e ex-aluno da Escola Superior de Guerra (ESG), para a diretoria do IOC; o aumento da demanda de vacinas e soroterápicos por parte da ditadura civil-militar entre 1964 e 1970; e o gradual incremento dos investimentos no setor da química aplicada do IOC a fim de atender a demanda do governo, são encarados como evidências que indicam a relevância do contexto pós-1964 para o caso ocorrido em Manguinhos.

A ascensão dos oficiais da ESG ao poder político do país a partir do governo Castello Branco e o aumento da relevância da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) na política do Estado autoritário, são, para a presente pesquisa, considerados como principais fatos que colaboraram para a súbita reorientação sofrida pelo instituto a partir da chegada de Rocha Lagoa. Influenciado por uma visão que atrelava a segurança sanitária ao tema da “segurança interna” do país, relação contida na DSND e já debatida no capítulo anterior, o governo ditatorial passou a estimular a expansão da capacidade produtiva do

Instituto Oswaldo Cruz na área soroterápica, tendo o ex-aluno da ESG Francisco Rocha Lagoa sido designado diretor do instituto com a missão de concretizar tal visão.

Obtendo notável ampliação de seu poder também durante a gestão Costa e Silva, sobretudo devido à estreita relação entre o sanitarismo e o nacionalismo desenvolvimentista presente no período, Rocha Lagoa trabalhou em favor da expansão da química aplicada no Instituto Oswaldo Cruz. Entre 1964 e 1969, durante sua gestão, ocorreram aumentos significativos na produção das vacinas da febre amarela, sarampo, varíola e antiofídica, contra aipeçonha de cobras. Valendo-se do cenário de repressão ideológica da época e do crescimento da demanda de vacinas do Ministério da Saúde, Francisco Rocha Lagoa se encarregou de favorecer amplamente a produção soroterápica no órgão, contraindo drasticamente as verbas destinadas à medicina experimental e acusando os cientistas de tal área de subversão e comunismo. Recém-empossado ministro da saúde, Lagoa teve contribuição determinante para a cassação de dez importantes pesquisadores do IOC em 1º de abril de 1970, no “Massacre de Manguinhos” e considerado no presente capítulo como fruto de influências políticas que só podem ser percebidas após 1964, com o advento da ditadura civil-militar.

Em sua primeira parte, o texto detalha o que foi a chamada “Operação Limpeza”, imposta a partir de 1964 sob a influência da doutrina de segurança defendida pela ESG e que acabou por atingir um elevado número de universidades e centros de ciência do país. Na segunda parte, o esforço essencial é perceber a atuação da repressão governamental no IOC, sendo feito um breve apanhado da historiografia acerca do “Massacre de Manguinhos” e, logo após, a introdução dos principais elementos que ajudam a caracterizar o processo. Já a terceira em seguida, visa ampliar a compreensão da relação entre produção soroterápica com o contexto da ditadura civil-militar, sendo destacadas as políticas de saúde no Brasil durante as presidências de Castello Branco e Costa e Silva e a influência destas no Instituto Oswaldo Cruz. Denominada “ecos do massacre”, a quarta parte do capítulo destina-se a elencar algumas consequências do caso de Manguinhos, explicitando o impacto científico e sanitário de tal processo ocorrido no IOC.

3.1 A universidade sob a mira dos fuzis: a “Operação Limpeza” do Governo Castello

Branco

Mesmo corridos mais de cinquenta anos após sua ascensão, a ditadura civil-militar iniciada em 1964 ainda hoje suscita calorosos debates quanto ao caráter autoritário e “modernizador” de sua política econômica. Apesar do anticomunismo e do apelo idealizado aos valores democráticos e ocidentais constituírem o principal amálgama que viabilizou a derrubada de João Goulart⁹¹, é necessário lembrar que a heterogênea base social apoiadora do golpe progressivamente se fraturou devido aos interesses adversos entre grupos civis e militares, tendo estes passado a disputar as rédeas do poder no Brasil após a queda de Jango. A ausência de um discurso capaz de aglutinar as variadas frações de classe apoiadoras do golpe impossibilitou um direcionamento claro quanto ao projeto político e econômico a ser implantado após a vitória do movimento de 31 de março, tendo autores como João Roberto Martins Filho⁹², Alfred Stepan⁹³ e Pedro Campos⁹⁴ destacado a falta de coesão entre os setores que comandavam o país no período.

À revelia de tais fraturas, que acabaram se tornando mais perceptíveis a partir dos últimos anos da década de 1960, pode-se dizer que um dos principais objetivos dos grupos vencedores imediatamente após o golpe era a eliminação das figuras e lideranças associadas à causa de Goulart.⁹⁵ Tal repressão às oposições teve caráter irrestrito, não se limitando somente aos partidos de esquerda, mas atingindo também organizações camponesas, sindicatos e universidades em todo o país. O intuito de libertar o Brasil de uma suposta ameaça comunista e o interesse em modificar os rumos da economia, deficitária e inflacionada desde o fim do governo Kubitschek, legitimaram a referida perseguição, tendo milhares de cidadãos sido presos, cassados ou impedidos de exercer função pública após o golpe.

91 Conferir: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, Vozes, 1984. pp.19-30.

92 Ver MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna*. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos, Ed. UFSCAR, 1994. pp. 69-72.

93 STEPAN, Alfred. *Os militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

94 CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: EdUFF, 2015.

95 Para maiores informações sobre a “operação limpeza” implementada pela ditadura civil-militar, conferir ALVES, Maria Helena M. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Op. Cit. pp.56-79.

No âmbito acadêmico tal expurgo se procedeu na mesma medida, tendo inúmeros docentes e discentes das universidades e centros de ciência do Brasil sofrido com a tenaz repressão dos chefes militares e de seus interventores a partir de 1964. A perspectiva dos setores vitoriosos com o golpe encarava a academia brasileira como um centro de proselitismo ideológico e propagação das ideias marxistas, tendo a possibilidade de disseminação das influências comunistas entre a juventude sido considerada uma ameaça que justificava a intervenção contra Goulart (MOTTA, 2014, p.23). Já entre os grupos militares de diferentes tendências era conhecida a retórica anticomunista, tendo o interesse pela “depuração”⁹⁶ do sistema político e meio universitário brasileiro se tornado assunto recorrente entre a oficialidade, tanto no período anterior quanto imediatamente após o início do governo autoritário.⁹⁷

Após o golpe de 1964 tal expurgo defendido pelos militares se procedeu no meio acadêmico com assombrosa intensidade, tendo inúmeros docentes e discentes das universidades e centros de ciência do Brasil sofrido com a tenaz repressão dos chefes militares e dos interventores do governo. O cenário de radicalismo construído ao longo do período João Goulart polarizou a intelectualidade, acirrando os ânimos dos debates políticos entre os professores, sendo que em algumas situações, como destacou Rodrigo Patto de Sá Motta, “*as disputas politico-ideológicas se combinaram com conflitos internos às instituições mobilizando também interesses pessoais*” (MOTTA, 2014, p. 35).

Na Universidade de São Paulo foi possível perceber tal processo de limpeza das oposições no período imediatamente posterior ao início do novo regime. É válido lembrar que os primeiros anos da década de 1960 marcaram o momento de florescimento de uma nova perspectiva acerca da composição da estrutura administrativa e acadêmica da USP, tendo a gestão do reitor Antônio Barros de Ulhôa Cintra se mostrado favorável à implementação da tal projeto. Como destacou a obra da Associação de Docentes da USP sobre a repressão pós-1964:

96 O referido termo aparece nas análises de Martins Filho e James Rowe. Conferir: MARTINS FILHO, João R. *O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. Op. Cit. p.61; ROWE, James. *The 'Revolution' and the 'System': Notes on Brazilian Politics*". American Universities Field Staff, East Costa South American Series, XII (3,4,5), maio-agosto, 1966. p.15.

97 Conferir: ROUQUIÉ, Alain. *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1991.

A modernização que então se propunha significava, em grande parte, o apoio à pesquisa, o incentivo ao tempo integral e a proposta de uma política que levasse a Universidade a se preocupar com a investigação dos grandes problemas que afligiam a Nação. À margem dessas iniciativas, generalizava-se a crítica ao sistema da cátedra e crescia a agitação estudantil em prol da reforma estrutural da Universidade. É em 1962 que se realiza a greve em favor da participação dos estudantes nos órgãos colegiados na proporção de 1/3 do conjunto dos membros. Aos professores mais conservadores, essa exigência significava nada menos que a implantação do comunismo na Universidade (ADUSP, 2004, p. 11).

A obra *O Controle Ideológico na USP: 1964-78* pondera que, apesar da franca oposição entre os grupos, não é possível perceber um consenso ideológico entre os elementos opositores às propostas do reitor Ulhôa Cintra, sendo, todavia, notada uma coesão maior “daqueles professores mais conservadores que defendiam intransigentemente os privilégios da cátedra assegurados pela estrutura vigente e se identificavam com o setor mais retrógrado em termos da concepção do que seja a vida universitária” (ADUSP, 2004, p. 11). A polarização entre forças conservadoras e modernizantes na USP chegou também ao Conselho Universitário, colegiado responsável pela eleição da reitoria na época, tendo o conselho eleito o advogado e professor da Faculdade de Direito Luís Antônio da Gama e Silva para o cargo em 1963. Apesar de suas raízes conservadoras e da tradição do curso de Direito no âmbito da universidade, Gama e Silva inicialmente esteve comprometido com a política modernizadora na USP e agregou ao seu redor elementos pertencentes à gestão de Ulhôa Cintra (ADUSP, 2004, p. 11).

Todavia, tal postura do reitor passou a mudar com a eclosão do golpe civil-militar, tendo Silva sido responsável pela implementação de um projeto de ampla perseguição científica e ideológica a fim de atingir metas profissionais particulares através da exploração do contexto político vigente no país naquele período. A partir de abril de 1964, seguindo o padrão da chamada “Operação Limpeza” (ADUSP, 2004, p. 11)⁹⁸, organizada pelo governo militar a fim de neutralizar as forças de oposição presentes no funcionalismo público, Gama e Silva foi responsável civil por uma comissão de investigação dedicada à investigação do proselitismo comunista e subversão na USP, tendo influenciado também na acusação e delação de importantes professores como João Cruz Costa, Florestan Fernandes e Fernando Henrique

98 Cf. MOTTA, Rodrigo P. Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Op. Cit. pp. 23-65.

Cardoso, da Faculdade de Filosofia, Samuel Pessoa, da Faculdade de Medicina, além da prisão de Mário Schenberg, renomado físico brasileiro e militante político declaradamente comunista.

Eventos semelhantes ao ocorrido na USP acabaram por se espalhar por um elevado número de universidades entre março e dezembro de 1964, como foram os casos da UFPB e da UnB. Na Universidade de Brasília ocorreu um processo de ampla perseguição ideológica sobre o corpo docente, tendo o então reitor e conhecido educador Anísio Teixeira sido substituído por Zeferino Vaz duas semanas após o golpe de 1964. Foi Vaz o responsável civil pela abertura de um Inquérito Policial Militar que procurava averiguar a atuação política de professores e estudantes da universidade, tendo tal investigação ocasionado uma “caça às bruxas” que atingiu notavelmente diversos cursos da instituição. Já na UFPB, em agosto de 1964, foi nomeado para a reitoria Guilardo Martins Alves, capitão-médico da reserva do Exército no período e professor da Faculdade de Medicina e Enfermagem. Assim como Gama e Silva na USP e Vaz na UnB, Martins Alves também foi responsável pela abertura de IPM’s que investigavam as influências políticas e ideológicas dos quadros da UFPB.⁹⁹

Todavia, foi no Rio de Janeiro que se deram alguns dos mais tenebrosos e autoritários episódios de repressão à comunidade científica e universitária ocorridos durante o governo Castello Branco.¹⁰⁰ A perseguição e “expulsão sumária, sem processo ou direito à defesa, de professores universitários denunciados por espões governamentais” (SILVA, 1985, p.88) foi apontada pela historiadora Eulália Maria Lahmeyer Lobo como umas das principais motivações para a deterioração do ensino universitário brasileiro durante a ditadura civil-militar, especialmente na Universidade Federal do Rio de Janeiro na qual a mesma era professora e pesquisadora. Como lembrou a autora,

Em particular no Rio, tornava-se difícil substituir número tão substancial de docentes a curto prazo, dentro de padrões acadêmicos válidos e ainda atendendo aos requisitos políticos da ditadura, a qual, paralelamente, criava dispositivo para a expulsão arbitrária de alunos. Mas, acima desses fatores, é preciso considerar a falta de liberdade, os atos de violência praticados pelo governo, as prisões, as torturas

99 MOTTA, Rodrigo P. Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Op. Cit.

100 Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Ditadura militar, universidade e ensino de história: da Universidade do Brasil à UFRJ. Ciência e Cultura*. Out/dez de 2014, vol.66, n.4. pp.32-37. Ver também: PEREIRA, Ludmila Gama. *Nenhuma ilha de liberdade: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1985)*. Universidade Federal Fluminense, 2016.

inclusive de professores e alunos que divergissem do regime, a presença de espiões em sala de aula e de pessoas armadas em suas portas, os processos sumários de investigação e a existência de organismos de segurança e informação no âmbito do Ministério da Educação e Cultura – tudo isso dificultando a livre produção e circulação de ideias, sem as quais não podem proliferar o ensino e a pesquisa universitários (SILVA, 1985, p.88).

A Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) foi uma das primeiras da UFRJ a serem atingidas pela depuração imposta pelo novo governo. Poucos dias após o golpe civil-militar a mesma foi invadida por tropas do exército, sendo iniciado a partir daí um grave processo de perseguição aos docentes, alunos e colaboradores da instituição. Foram abertos inúmeros IPM's para investigação da atividade política naquela faculdade com o objetivo de combater o proselitismo ideológico e identificar os integrantes de supostas células comunistas que se reuniam no local.¹⁰¹ Realizada com o auxílio de Eremildo Vianna, catedrático de História Antiga e Medieval na mesma universidade e apontado como principal delator das ações políticas realizadas na FNFfi até março de 1964, a devassa feita pelos órgãos militares afetou considerável parcela de alunos e professores. A Faculdade Nacional de Filosofia, centro de pensamento conhecido por reunir especialistas dos mais variados campos científicos no intuito de compor um debate mais amplo acerca da educação brasileira (SILVA, 1985, p.91), acabou sendo desmembrada pelo governo autoritário em 1966, sendo substituída pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), focado apenas nos cursos de Ciências Sociais, Filosofia e História.¹⁰²

A historiadora Maria Yedda Leite Linhares, professora e pesquisadora da FNFfi desde meados dos anos 1940, pode ser apontada como um dos mais representativos casos de perseguição implementada pelos aparelhos de repressão da ditadura civil-militar. Diretora da Rádio MEC desde 1962, Maria Yedda foi destituída de seu cargo por Eremildo Vianna em 1964, tendo, em seguida, sido acusada de propaganda extremista e de aliciamento ideológico dos alunos.¹⁰³ Com as forças policiais e militares rigorosamente em seu encalço, a historiadora acabou sendo presa três vezes do fim de 1968 até julho de 1969, quando teve sua cátedra cassada e acabou buscando o exílio na Universidade de Paris-Vincennes, na França,

101 Cf: Depoimento ao Dops. Arquivo do Dops — Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj). Dossiê de Eremildo Viana, Faculdade Nacional de Filosofia.

102 Ver entrevista com Maria Yedda Linhares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, v. 5, n. 10, p. 216-250, 1992. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/105.pdf Acessado em 12-01-2018.

103 Cf. Arquivo do Dops — Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), Faculdade Nacional de Filosofia. Dossiê Maria Yedda Linhares.

sob convite de Fernand Braudel e Jacques Godechot (SILVA, 1985, p.91). Como lembrou Maria Yedda sobre a repressão no período:

O que aconteceu à história? Seus professores e alunos foram perseguidos, alvo de inquéritos sucessivos. Muitos alunos foram expulsos. Eu mesma passei por seis inquéritos policiais-militares, entre 1964 e 1966, sem indicição, sem provas, sem acusações formais, acusada apenas, por convicção, de desejar um Brasil melhor, uma melhor universidade. (...) No entanto, a chegada do AI-5 não me surpreendeu, não chegando a ter o desesperador impacto do 1 de abril de 1964. A partir daí, outras atribulações: fui presa três vezes e, finalmente, a punição decisiva, jamais explicada, que me privou de cátedra, da liberdade de trabalhar no meu próprio país e de nele circular como cidadã (SILVA, 1985, pp.91-92).

3.2 – A repressão no Instituto Oswaldo Cruz: O processo do “Massacre de Manguinhos” (1964 – 1970)

É nesse cenário que podemos enquadrar um episódio pouco explorado da história científica brasileira, o “*Massacre de Manguinhos*”, evento que caracteriza a cassação de dez cientistas com notável renome internacional até então pertencentes ao quadro de pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz. Ocorrido em 1º de abril de 1970, tal evento pode ser observado não somente como um fato isolado, mas sim como um processo de perseguição aos referidos cientistas iniciado cerca de seis anos antes, em junho de 1964, data de nomeação de Francisco de Paula Rocha Lagoa como diretor-geral do Instituto Oswaldo Cruz. A substituição de Joaquim Travassos da Rosa, diretor do IOC desde 1961, por Francisco Rocha Lagoa, teve notável caráter político, sendo objetivo do governo ditatorial inserir na diretoria do órgão um ator que estivesse afinado com os objetivos políticos do novo regime.

Apesar de ser pertencente aos quadros do IOC desde 1942, Rocha Lagoa possuía baixa representatividade como cientista, tendo dado maior enfoque às atividades de gestão, administração em política sanitária. Mineiro nascido em Ouro Preto, o médico foi convidado em 1953 para ser de diretor do Instituto Ezequiel Dias, tendo permanecido em tal cargo por três anos e retornado aos quadros do Instituto Oswaldo Cruz a partir do início do governo Kubitschek. Em 1963, Rocha Lagoa fez o curso de Segurança e Desenvolvimento oferecido para civis e militares na Escola Superior de Guerra, tendo contato neste momento com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, matriz teórica de grande importância defendida pela escola na época. Apesar de ser considerado pelos órgãos de segurança do

governo militar como “*mau pesquisador e mau administrador*” (LENT, 1978, p.20). era salientada a sua militância como fervoroso anticomunista, qualidade que no polarizado contexto político dos anos 1960 favoreceu a carreira de Rocha Lagoa como administrador científico.

O conhecimento das rotinas do instituto e o afinamento ideológico com as doutrinas defendidas pela ESG através do governo Castello Branco, presidente militar formado nos bancos da instituição, podem ser apontados como alguns dos motivos que colaboraram para a nomeação de Rocha Lagoa para o cargo diretor do IOC órgão três meses após o golpe civil-militar de 1964, fato que confirma sua relativa proximidade com as correntes militares então no poder político do país. A partir de então o médico passou a tentar desenvolver o redirecionamento da instituição para fins de saúde pública, sobretudo ao crescimento da produção de soros e medicamentos para o combate das doenças de massa, tendo o mesmo encontrado notável resistência de um conjunto de cientistas dedicados à medicina experimental no órgão.

Tal divergência acabou por se aprofundar entre 1964 e 1970, sendo notável em tal período o decréscimo dos incentivos e verbas para importantes laboratórios de pesquisa em zoologia, fisiologia, anatomia patológica e entomologia do IOC. Pode se considerar que o esvaziamento de tais campos de estudo teve relativo impacto na ciência biológica brasileira, visto o conhecido renome internacional adquirido pelo órgão e pelo conjunto de seus pesquisadores desde princípios do século XX.¹⁰⁴ A partir das prerrogativas conferidas pelo Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, Rocha Lagoa indicou a cassação das cátedras e aposentadoria compulsória de Augusto Perissé, Tito Cavalcanti, Haity Moussatché, Fernando Ubatuba, Moacyr Andrade, Hugo de Souza Lopes, Masao Goto, Herman Lent, Sebastião de Oliveira e Domingos Machado, tendo tal ato sido publicado no diário oficial da união em 1º de abril de 1970, concretizando o referido *Massacre de Manguinhos*.

Preterido em considerável medida pela historiografia do assunto, o referido episódio ainda levanta dúvidas acerca de suas motivações, tendo os registros bibliográficos sobre o processo sido feitos em duas oportunidades, por Herman Lent em 1978 e por Wanda

104 Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Manguinhos do sonho à vida: A ciência na belle époque*. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC, 1990.

Hamilton no ano de 1989. Para a autora, o “Massacre de Manguinhos” seria uma consequência da paulatina integração do Instituto Oswaldo Cruz aos interesses do Ministério da Saúde, que havia passado a ter controle do órgão desde 1953.¹⁰⁵ Criado em 1899 com o objetivo de atender os interesses profiláticos do governo brasileiro devido ao surto de peste bubônica que se alastrava pelo porto de Santos, o então Instituto Soroterápico Federal foi paulatinamente adquirindo relativa autonomia. Esta era garantida, em suma, por sua intrínseca estrutura de produção de soros e vacinas, fator que também colaborou para a ampla liberdade e financiamento da pesquisa científica no instituto. Mesmo após sua transformação em Instituto Oswaldo Cruz, em 1908, o órgão prosseguiu possuindo uma notável independência, condição que passou a se alterar a partir da criação em 1930 do Ministério de Educação e Saúde Pública.

Com a reforma implementada por Gustavo Capanema em 1937, tal ministério acabou por centralizar a gestão das respectivas áreas no setor público no país, o que fez com o IOC passasse para a esfera do Departamento Nacional de Educação, perdendo sua autonomia administrativa e financeira. O instituto também foi impedido de comercializar parte de suas vacinas e fármacos, tornando-se dependente cada vez mais dos recursos vindos do governo e acirrando a disputa interna entre seus cientistas por verbas e financiamento de suas pesquisas. Apesar da liberdade para a comercialização de medicamentos ter sido restituída no IOC nos anos 1940, tal condição de dependência tendeu a se aprofundar, tanto pelo financiamento à pesquisa ter sido centralizado devido a criação do CNPq, em 1951, quanto pela esfera do instituto ser conferida ao Ministério da Saúde dois anos depois. Para Hamilton, a partir de então, “a instituição passa a ser um órgão fundamental ao andamento das campanhas organizadas pelo governo e é praticamente obrigado a dedicar seu orçamento à produção de imunobiológicos para atender às demandas cada vez maiores do ministério” (HAMILTON, 1989, p.10).

Já para Herman Lent, renomado zoólogo brasileiro da época e um dos dez cientistas cassados no evento, a origem do “*Massacre de Manguinhos*” não está ligada aos fatores políticos e de saúde pública governamentais, mas pela intensa rivalidade entre os setores de pesquisa básica e biologia aplicada no seio do instituto. Atribuído à rivalidade desenvolvida

105 Cf. HAMILTON, Wanda. *Massacre de Manguinhos: crônica de uma morte anunciada*. Rio de Janeiro: Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz. Nº1, Vol.1, Novembro de 1989. P.1-3.

entre um conjunto de cientistas em relação ao diretor do IOC, Francisco de Paula Rocha Lagoa, a partir de junho de 1964, tal evento para Lent consistiu na perseguição à chamada “ciência pura” e no não repasse de recursos e desincentivo à investigação, criando no órgão o sentimento de insegurança e perseguição por parte dos cientistas atingidos.

Em sua obra memorialística escrita em 1978, Lent procurou denunciar a relação entre ideologia industrializante e anticomunista iniciada com o golpe e a ascensão de figuras que buscavam redirecionar o caráter do Instituto Oswaldo Cruz, a fim de aproximá-lo de interesses até então incompreendidos pelos pesquisadores do órgão. Desde a nomeação de Francisco de Paula Rocha Lagoa para o cargo de diretor da instituição, em junho de 1964, foi notável uma paulatina ingerência governamental na autonomia científica do IOC. Doravante, seria dada uma ênfase cada vez maior em um dos pilares que sustentavam o regimento de funcionamento do instituto desde 1908: a produção de medicamentos.

Apesar de possuir uma estrutura administrativa semelhante àquela adotada pelo Instituto Pasteur de Paris (BENCHIMOL, 1990, p.12) - baseada em um tripé que conciliava o ensino de microbiologia, a realização de pesquisas na mesma área e a produção de soros, vacinas e medicamentos -, a partir de 1964 o órgão viu cada vez mais ameaçado o seu setor de pesquisas, seja por falta de incentivo financeiro do Estado, seja por repressão política ou ainda perseguição ideológica. Em depoimento concedido ao jornal *Correio da Manhã* em 2 de fevereiro de 1965, Herman Lent procurou denunciar tal esvaziamento das pesquisas básicas no IOC:

Não acreditamos que o país não possa entender o significado de uma instituição de pesquisa científica, escola de alta cultura ou de pós-graduação, sem preocupações forçadas de aplicação imediata. O homem comum já vê e sente o que a ciência pode proporcionar ao progresso e sabe que o desenvolvimento dos países está condicionado ao valor e à capacidade de seus cientistas (*Correio da Manhã* Apud LENT, 1978, p.26).

O pesquisador responsável pelo Departamento de Zoologia do Instituto Oswaldo Cruz na mesma matéria demonstrou toda sua insatisfação com o início da rearticulação do instituto:

No terreno das ciências biológicas em geral, o Instituto Oswaldo Cruz ocupa papel de relevo. Por que, então, cercear seu desenvolvimento, bitolar suas diretrizes, prendendo-o a um Ministério de objetivos eminentemente utilitários? Já se foi o tempo em que a muitos pareceria luxo manter o trabalho da ciência básica, porém hoje, até os leigos sabem que os pesquisadores não se improvisam de um dia para

outro. Sua formação é demorada e dispendiosa e as aplicações práticas de seus conhecimentos se revelam quando as necessidades surgem subitamente. Ninguém ignora que toda improvisação é perigosa e que o patrimônio cultural que Manguinhos representa deverá ser preservado pelos brasileiros de hoje para entregá-lo às gerações vindouras (Correio da Manhã Apud LENT, 1978, p.26).

A partir da ascensão de Francisco de Paula Rocha Lagoa ao cargo de diretor do órgão, em junho de 1964, foi perceptível o acirramento das tensões entre duas grandes correntes existentes no interior do IOC desde os tempos de sua consolidação, na década de 1920, sendo uma defensora de uma perspectiva científica mais pura e voltada para a pesquisa laboratorial, na qual Lent pode ser considerado um dos principais representantes, e outra, de cunho mais profissional, liderada por Rocha Lagoa e Olympio da Fonseca e que visava redirecionar o instituto para os interesses mais técnicos e voltados para o ramo do combate às principais doenças de massa que atingiam o Brasil, como demonstrava ser o interesse dos militares no período (LENT, 1978, p.22).

Valendo-se da relevância administrativa que a posição de diretor do IOC lhe valia, Rocha Lagoa se encarregou de colaborar com levantamento e averiguação dos antecedentes políticos e ideológicos dos cientistas do instituto, sendo resgatadas pelo governo autoritário as ligações políticas dos pesquisadores do campo da ciência pura e visando assim julgar sua postura e ética profissional não apenas a partir da capacidade intelectual ou número de publicações acadêmicas daqueles, mas também através de informações de cunho político e ideológico. Foram abertos por Rocha Lagoa IPM's para averiguação ideológica ainda em 1964, sendo o posicionamento contrário de uma parte dos cientistas às mudanças ocorridas no IOC reinterpretado, confundindo-se com o campo ideológico. Os cientistas da corrente básica sofreram assim uma cada vez maior perseguição científica e profissional, sendo acusados, quase sempre, de subversão e ligação com comunismo (LENT, 1978, p.23).

Por outro lado, os profissionais especializados na área da química aplicada se tornaram mais dispostos às imposições dos militares, tendo em vista que o modelo político-econômico do regime favorecia tal campo da ciência.¹⁰⁶ Estes cientistas se tornaram então, ativos

defensores do anticomunismo, não por ideologia, mas pela conjunção de interesses que tal opção política configurava no cenário do pós-golpe. Em sua entrevista ao projeto *Memórias de Manguinhos*, criado para resgatar e documentar os relatos memorialísticos de personagens que contribuíram a história do IOC, Hugo de Souza Lopes reconstitui parte deste obscuro período na instituição, denunciando as ações de um dos mais dedicados partidários da ciência para tecnologia na época, Olympio da Fonseca:

Mas o problema do Olympio não era que ele fosse ou não fosse anti-comunista. Talvez não fosse muito, porque a família dele é uma família de gente liberal. Opai do Olympio era muito amigo do meu pai, eu sabia que era uma pessoa muitoliberal. Mas o Olympio estava interessado em ser anti-comunista, porque era esse o prestígio dele com os bigorrilhos (militares), com o pessoal que estava no poder. De forma que isso é que eu acho uma coisa feia (LOPES, 1986, p.115).

Nota-se então o acirramento de um debate anterior entre pesquisadores de ciência básica, como o depoente, e outros mais dedicados ao ramo aplicado. Podemos inferir que se estes últimos, como Olympio da Fonseca, vislumbrando a melhoria de suas condições de trabalho e ascensão profissional, tenderam a apoiar os militares em sua reorientação das demandas científicas do Instituto Oswaldo Cruz. Enquanto isso, a figura de parte dos outros pesquisadores, os do núcleo básico, ficava gravemente ameaçada pelo modelo científico do governo e por boatos de subversão. A lógica dos acontecimentos apresenta a possibilidade de apontar que o esvaziamento do setor de pesquisas e o crescimento dos investimentos no setor produtivo da instituição foi obra consolidada a partir da boa vontade do governo para com o projeto de estruturação farmacêutica do órgão, favorecendo os interesses de um grupo específico de cientistas do IOC que viam com bons olhos uma maior estruturação e especialização do instituto na área produtiva e farmacêutica.

Uma sinalização da conjunção de tais interesses pode ser percebida em algumas ações feitas pela administração de Rocha Lagoa, como a restrição de financiamentos públicos e privados, ameaçando o desenvolvimento de alguns estudos por fatores sumamente materiais. Devido às constantes dificuldades econômicas enfrentadas por cientistas brasileiros na manutenção de suas pesquisas ainda nos anos 1960, qualquer impossibilidade destes receberem verbas prejudicava o desenvolvimento dos seus conhecimentos. Tal fato deve ser

considerado como de vital importância neste evento, já que é através dele que se pode perceber esta marcante e gradual reorganização das funções do Instituto Oswaldo Cruz. Herman Lent rememorou esta especificidade do episódio, denunciando às ações até o momento “obscurantistas” do governo e as pressões exercidas pelo representante deste, o médico e diretor do IOC Francisco Rocha Lagoa:

Com esse respaldo a seus objetivos obscurantistas, a pressão exercida sobre a pesquisa no Instituto foi sendo imposta acentuadamente. O novo diretor discriminava, agredindo os que não lhe eram simpáticos, não proporcionando recursos para a pesquisa, impedindo que os auxílios já obtidos (Fundação Ford, Fundação Rockefeller, National Institutes of Health, etc.) fossem diretamente entregues aos já escolhidos por essas organizações, que ele próprio se constituir em selecionador e distribuidor (LENT, 1978, p. 24).

Além do claro esforço para desestimular a ciência básica, no trecho acima é possível notar também a considerável relevância concentrada na figura de Lagoa, então responsável pela instituição. Contudo, apesar da evidente participação do mesmo no contexto da perseguição ocorrida no instituto naquele momento, é sempre importante considerar o cenário político e ideológico que favoreceu a chegada de Lagoa ao cargo de diretor do IOC.

Favorável a uma reformulação do IOC, Lagoa desejava implantar um modelo produtivo que pudesse transformar o instituto em um dos principais agentes produtores de fármacos e medicamentos para o combate das doenças de massa que mais atingiam as populações, sobretudo no interior, esvaziando assim a importância da produção científica no órgão¹⁰⁷. A proposta de Lagoa, introduzida a partir de junho de 1964, acabou por aglutinar uma parcela dos cientistas do IOC. Dentre os componentes de tal corrente seu destacou Olympio da Fonseca Filho, pesquisador de considerável relevância científica e que como diretor do IOC, no final dos anos 1940 e início dos anos 1950, procurou aplicar objetivos administrativos similares ao projeto de Lagoa. Insatisfeito com a situação periférica do local

107 Cf. LAGOA, Francisco de Paula Rocha. *Estudar as doenças de massa no Brasil e, em face dos interesses da Segurança Nacional, sugerir medidas apropriadas para o seu combate*. Monografia de conclusão de curso apresentada na Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, 1963. Identificação do documento: SG-0001284- 5.

na ciência brasileira após o fim da Segunda Guerra Mundial, da Fonseca decidiu mobilizar-se em favor da melhoria de alguns setores específicos dentro do centro de ciências. Como relatou Hugo de Souza Lopes sobre as opiniões do colega em relação à estrutura da instituição: *“Olympio da Fonseca dizia assim: ‘Como é que se pode imaginar o Instituto Oswaldo Cruz sem microscópio eletrônico?’ Então vamos comprar microscópios eletrônicos. ‘Mas para que se vai comprar microscópio eletrônico? Ah! A gente vai precisar’”* (LOPES, 1986, p.42).

Sendo reconhecido por Lopes como um diretor que “procurou dar um desenvolvimento grande ao instituto” (LOPES, 1986, p.69), Olympio da Fonseca era considerado uma figura bastante “discutida” (LOPES, 1986, p.69) no âmbito do mesmo. Suas opiniões polêmicas e concepção de ciência fizeram Olympio da Fonseca entrar em atrito com outros renomados nomes do IOC. No ano de 1952, por exemplo, como membro do Conselho Deliberativo do CNPq, Fonseca negou a liberação de verbas para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre insetos hematófagos no deserto do Atacama, Chile. O estudo, capitaneado pelo também cientista do IOC Herman Lent, só pôde ser continuado mediante a solicitação de sindicância deste último ao chefe de polícia do Rio de Janeiro, general Cyro Rezende. A partir daí se iniciou um conflito que durou quase 20 anos e que foi encerrado a partir da cassação de Lent e de mais nove célebres nomes ligados à ciência básica do IOC por Francisco de Paula Rocha Lagoa, diretor do IOC e aliado de Fonseca.

Tempos depois, Fonseca e Lent se envolveram em novo embate, desta vez por tomarem posições opostas no confronto de interesses dos professores Candido de Mello-Leitão e Waldemiro Potsch na Comissão Científica de Avaliação de Livros Didáticos. Sendo membro integrante de tal comissão e também disputando a aprovação e adoção de seu livro pelo governo, Mello-Leitão reprovou a obra de Potsch quando esta foi submetida à avaliação. Ciente das circunstâncias duvidosas na qual seu trabalho foi analisado, Potsch moveu ação judicial contra aquele, tendo como analista crítico de seu livro o pesquisador Herman Lent. Leitão, por sua vez, teve seu amigo pessoal Olympio da Fonseca como revisor de sua obra. O já rival científico de Lent confirmou o resultado anterior e levantou suspeitas sobre o método utilizado para avaliar a obra. Herman Lent, a partir daí, dedicou-se a estudar pormenorizadamente o parecer concedido por Olympio da Fonseca, encontrando propositais equívocos teóricos e metodológicos no mesmo. Lent divulgou tal estudo, gerando

considerável perplexidade no meio acadêmico devido às ações de Fonseca (LENT, 1978, pp. 53-54).

Apesar de o conflito ser visto por funcionários como formador de uma bipolaridade em princípios dos anos 1960, parte dos cientistas, inclusive ligados ao campo da ciência básica, não consideravam tal confronto como problema, justamente por acreditarem que o mutualismo entre pesquisa e produção ser uma relação de equilíbrio em que ambos os campos saem ganhando. Como relata Haity Moussatché, chefe da Divisão de Fisiologia e um dos cientistas mais importantes do IOC em 1964, acerca da relação entre ciência básica e aplicada:

Creio que no tempo do Oswaldo e mesmo no de Chagas essas coisas se faziam simultaneamente, até porque diferenciar a pesquisa básica da aplicada é pura invenção de gente que não sabe o que é ciência. Se soubesse, veria que não há diferença nenhuma. O que hoje é ciência básica amanhã é aplicada e vice-versa. A metodologia é a mesma, podem conviver. (...) Qualquer problema que você toma, pode olhar do lado básico e do lado aplicado. Quem estava olhando o básico, em dado momento, pode ser daqui a seis meses ou um ano, estará olhando do lado aplicado.¹⁰⁸

3.3 – Estado ditatorial e políticas de ciência e saúde no Brasil: a conjuntura do “Massacre de Manguinhos”

Dentre as correntes militares defensoras dos expurgos no ensino superior teve papel destacado a Escola Superior de Guerra, entidade criada em 1949 através dos esforços dos generais César Obino e Osvaldo Cordeiro de Farias no intuito de aprimorar a coordenação estratégica entre as três forças armadas e construir um Estado-Maior integrado, a fim de garantir o que tais militares afirmavam ser essencial para a segurança do país (STEPAN, 1974, p.129). Inspirada na *War College*, escola de guerra das forças armadas norte-americanas, a ESG no mesmo ano se encarregou de normatizar um “*método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito estratégico*” (ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, 1976, p.19), a chamada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, sendo fundamental em tal doutrina a premissa de que a segurança e estabilidade política da nação estava atrelada ao desenvolvimento de suas forças produtivas e ao seu crescimento econômico.

108 Haity Moussatché: *homenagem ao guerreiro da ciência brasileira*. História, ciências e saúde - Manguinhos, Out 1998, vol. 5, no. 2. p. 465.

Segundo Alfred Stepan, um dos fatores que diferiam a ESG de sua vertente norte-americana era a atenção que os militares nacionais concediam à possibilidade de um ataque indireto da URSS através do apoio e financiamento das esquerdas locais, o chamado “inimigo interno”. Golbery do Couto e Silva, militar conhecido por sua forte contribuição para constructo teórico da ESG, destacou que a ascensão da conjuntura da Guerra Fria havia ampliado o caráter fundamental do conceito de guerra. Além do modelo tradicional, intitulado pelo general como “*guerra convencional*” e caracterizado pela declaração de beligerância e a agressão mútua entre Estados, o cenário dos anos 1950 e 1960 havia inaugurado outros dois tipos de conflito, denominados por Golbery como “Guerra Insurrecional” e “Guerra Revolucionária”.¹⁰⁹

O primeiro termo designa os tipos de conflitos em que um determinado grupo populacional busca derrubar seu governo pela via armada e sem a intromissão de agentes estrangeiros, enquanto as guerras “revolucionárias” seriam um tipo específico do conflito, geralmente de caráter interno, “estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação” (ALVES, 1984, p.37). O manual básico da ESG afirmava que a guerra revolucionária seria a principal ameaça aos países de Terceiro Mundo no contexto da Guerra Fria, sendo o Brasil um potencial atingido por tal estratégia implementada a partir da URSS:

Nos países de fraco Poder Nacional, onde as estruturas políticas são instáveis, os processos indiretos de agressão são mais eficazes, potencializando antagonismo e pressões internos. Torna-se evidente que, nesses casos, a Segurança Interna toma vulto e importância, principalmente quando, além das condições acima, existem outras decorrentes de sua posição geográfica (ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, 1976, p.430).

Essa estratégia de desestabilização indireta, como esclareceu Maria Helena Moreira Alves, “*determina o estabelecimento de diferentes frentes de ação no seio da população, assim como de um método especial de propaganda psicológica e controle ideológico*” (ALVES, 1984, p.39).. Os estrategistas da escola consideravam, assim, que a amplitude da referida ação indireta visava mobilizar em prol da revolução dois tipos de público: os militares das forças armadas e das polícias militares, denominados “públicos interno”, e

109 Conferir o conceito de “guerra contemporânea” concebido pela ESG na época. In: *Manual básico da Escola Superior de Guerra. Op. Cit.* pp.65-82.

figuras e organizações com grande destaque na sociedade civil e política, como intelectuais, cientistas, políticos e estudantes, nomeados na referida doutrina da ESG como “público externo”. “A estratégia indireta procura, assim, explorar a dissensão entre os grupos civis e políticos e conquistar posições de liderança para impor um clima de oposição ativa ao governo do país” (ALVES, 1984, p.39).

O discurso acerca da “Guerra Revolucionária” atesta a importância conferida pela ESG à ameaça de expansão das ideias de esquerda. Esta concepção acabou por se consolidar como uma das premissas elementares da Doutrina de Segurança Nacional, sendo objetivo da Escola a neutralização das bases das forças comunistas, consideradas raiz da subversão e instabilidade interna, a fim de garantir a viabilidade de seu projeto militar. Em tal contexto é possível compreender o caráter estratégico do interesse castrense pela depuração no meio universitário e científico do país, já que tais locais, sob a ótica dos oficiais da ESG, eram apontados como importantes trincheiras de propagação da causa revolucionária e de recrutamento de militantes para o comunismo através da atuação do corpo docente e dos diretórios acadêmicos discentes (ALVES, 1984, p.39).

É válido ponderar que, se comparada com sua análoga estadunidense, “*outra inovação brasileira foi converter a participação de civis num aspecto fundamental da Escola de Guerra*” (STEPAN, 1974, p.129), tendo a frequência destes nas listas de graduados da ESG aumentado de 646 para 1276 entre os anos de 1950 e 1967 (ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, 1976, p.19). Maria Helena Moreira Alves relembra que “*após o golpe, graduados da Escola vieram a ocupar muitos dos cargos importantes nas instituições políticas e econômicas brasileiras*” (ALVES, 1984, p.24), sendo incluídos nos quadros discentes da instituição profissionais de diversas formações como engenheiros, economistas, advogados e médicos. Como descrito anteriormente, no pós-1964 foi possível se observar a aplicação de algumas importantes concepções teóricas defendidas pela ESG, tendo a depuração do meio acadêmico em locais como USP, UnB e IOC se dado tanto por motivos ideológicos concernentes à subida do regime militar quanto por interesses em disputa inerentes ao contexto interno de tais instituições.

Todavia, outro aspecto ainda pouco abordado até aqui, sobretudo no contexto do “Massacre de Manguinhos”, refere-se à funcionalidade dos expurgos no intuito de eliminar destes órgãos os docentes e pesquisadores que discordavam da perspectiva científica

defendida pelo governo para tais instituições. Ao ser realizada uma perseguição que buscava retirar importantes cientistas e professores das universidades e centros de ciência no Brasil acabou por serem neutralizadas também as propostas e sugestões destes para o aprimoramento e ampliação da atividade científica no país. Desta forma, a eliminação das oposições implementada pela ditadura civil-militar nos meios universitários teve a função higienizante não somente em relação ao proselitismo ideológico das ideias das esquerdas, mas também no que tange às perspectivas modernizadoras do meio universitário que não estavam de acordo com a proposta de reforma relacionada aos interesses do governo na época.¹¹⁰

Seguindo tal raciocínio é possível perceber que, no episódio do *Massacre de Manguinhos*, a perseguição política e científica implementada a partir de 1964 no Instituto Oswaldo Cruz pode ter tido o caráter de não apenas eliminar os desafetos particulares do diretor Francisco Rocha Lagoa, mas também de silenciar as vozes dissonantes que discordavam da destinação que o mesmo, sob as ordens e em conluio com as ideias dos militares, intentava aplicar no órgão. O esvaziamento dos setores de pesquisa básica e laboratorial do IOC pode ter sido, portanto, não apenas fruto de embates pessoais, como sugeriu Herman Lent, tampouco seria consequência da “*crônica de uma morte anunciada*” desde 1937, como buscou responder Wanda Hamilton em sua análise sobre o evento, mas sim uma decorrência de uma correlação de forças dada em caráter específico a partir do golpe civil-militar de 1964, e que acabou por colocar no poder político do Brasil oficiais militares afinados com a doutrina da ESG.

O caráter estratégico guardado por um centro de produção soroterápica com o potencial do IOC na época é um fator que torna compreensível o interesse do governo militar pelo esvaziamento dos setores de pesquisa básica no órgão. O embate deste núcleo de cientistas com aqueles favoráveis à ciência aplicada, encabeçados antes de 1964 por Olympio da Fonseca e após o mesmo ano, por Rocha Lagoa, demonstra que a cisão entre correntes de cientistas no instituto, apesar de antiga, não fez a proposta de ciência aplicada se impor sobre a pesquisa básica antes do golpe civil-militar. Foi somente após o golpe que se pôde perceber um amplo enfraquecimento das correntes básicas, enquanto, na mesma medida, fortaleceu-se a proposta de direcionamento do Instituto Oswaldo Cruz para objetivos de cunho mais

110 Cf. GONÇALVES, Nádia. *Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento na Ditadura Civil-Militar: Estratégias e a Educação*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

farmacêutico e de saúde pública, tendo Francisco de Paula Rocha Lagoa ampla influência no desenrolar de tais objetivos (HAMILTON, 1989, p.14).

Apesar do perfil ortodoxo da gestão econômica do governo de Castello Branco, foram notáveis os investimentos na produção soroterápica no IOC nos primeiros anos da diretoria de Lagoa, tendo a produção anual da vacina contra a febre amarela passado de 2.774.000 para a marca dos 10.375.000 doses e a antiofídica de 3.059.000 para 12.246.000 doses entre os anos de 1964 e 1966 (HAMILTON, 1989, p.14). A produção farmacológica do órgão continuou se desenvolvendo nos anos seguintes a fim de atender a grande demanda de medicamentos por parte dos governos militares, sobretudo a partir da criação de diversas iniciativas nacionais de combate à doenças como varíola (1966), sarampo (1970) e poliomielite (1971). A criação da Central de Medicamentos - a CEME – em 1971¹¹¹, órgão responsável pelo planejamento do sistema de produção de imunobiológicos ao qual o Instituto Oswaldo Cruz estava integrado, e, finalmente a proposta do Programa Nacional de Imunizações, em 1973, cada vez mais direcionaram a instituição para o caminho da ciência aplicada.

Peter Evans em sua obra *A Tríplice Aliança*, de 1980, destacou a importância do regime ditatorial instalado em 1964 para a ampliação do modelo industrial associado no Brasil, tendo as empresas multinacionais um notável crescimento de suas remessas de lucro para o estrangeiro a partir da derrubada de Goulart. No estudo, o autor busca fazer uma análise sobre o desenvolvimento econômico e industrial no Brasil, caracterizado por condições de dependência tecnológica e de capitais em relação às empresas estrangeiras, se focando, sobretudo, no ramo do petróleo, além dos setores farmacêuticos e de têxteis (EVANS, 1980, pp. 7-8).

Evans buscou mostrar como a ditadura civil-militar, com a justificativa de extirpar a política das questões administrativas acabou por eliminar a participação popular no processo de acumulação capitalista local. Influenciado pelo modelo analítico elaborado pelo cientista político argentino Guillermo O'Donnell¹¹², o autor norte-americano observou que em meados dos anos 1960, em países de periferia com estrutura capitalista mais adiantada como o Brasil,

111 Cf. EVANS, Peter. *A Tríplice Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional do desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro, ZaharEditores, 1980.

112 Cf. O'DONNELL, Guillermo. *Modernizations and Bureaucratic-Authoritarianism – Studies in South American Politics*. Berkeley, Institute of International Studies – University of California, 1973.

um aparato coercitivo representado pela união entre as burguesias locais associadas ao capital multinacional e as forças militares estava disposta a excluir as camadas populares que haviam sido ativados com o processo de industrialização ocorrido a partir dos anos 1930 (EVANS, 1980, pp. 53-54).

O objetivo destes setores era realocar as forças proletárias para a posição política passiva que ocupavam antes da urbanização e da industrialização, controlando assim os anseios de tais grupos por uma distribuição de renda e pelo alcance dos padrões de vida e consumo existentes nos países europeus, sendo a repressão política e eliminação das influencias sindicais e socialistas os únicos meios possíveis de impor tal retrocesso no contexto da Guerra Fria. Com o apoio de grupos financeiros baseados no coração do sistema capitalista, acabaram por ocorrer um elevado número de golpes de Estado na América Latina, sendo a ditadura do Brasil um notável exemplo de associação entre o poder econômico e os setores militares. Como escreveu Evans:

A tendência à repressão nasce, em parte, da justificativa lógica da exclusão. Qualquer aumento demasiado nos salários abala a atração dos investimentos de determinado país no sistema interestatal, ao mesmo tempo que a concentração de renda aumenta o mercado de consumo de luxo que é um dos setores mais dinâmicos da economia periférica. (...) A repressão é especialmente necessária em países que atravessaram a fase das economias fáceis, já que a população percebe que não se sente abarcada no processo de acumulação do capital e passa a exigir melhoras nas suas condições reais de sobrevivência (EVANS, 1980, p.54).

Na visão do autor, a escolha dos militares para liderar o bloco golpista não era positiva somente porque os mesmos eram detentores do monopólio da violência, mas também pelo fato das forças armadas terem o poder de legitimar sua intervenção através do nacionalismo. A perspectiva da obra de Evans encara o nacionalismo como uma importante base ideológica para a acumulação de capital nos chamados países subdesenvolvidos, sobretudo na capacidade do Estado para barganhar melhores condições de atração de investimentos de empresas multinacionais (EVANS, 1980, p.54). Além disso, o nacionalismo “*é também a única base que o Estado tem para pretender um terreno comum com a massa da população, especialmente quando as promessas ‘desenvolvimentistas’ de futuras recompensas materiais começam a perder crédito*” (EVANS, 1980, p.55).

Tal objetivo demandava uma justificativa técnica e ideológica para uma intervenção militar, interesse que acabou se desdobrando na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento criada pela ESG. Desenvolvida ao longo da década de 1950, tal doutrina se baseava na ideia de que a manutenção da ordem e do equilíbrio político no Brasil estava diretamente atrelada às condições econômicas e expansão do modelo industrial capitalista em âmbito local. A neutralização dos agentes causadores do caos social e da desintegração do que os militares da ESG defendiam como os “valores da nação” passou a ser usada como uma eficaz justificativa recuperação do crescimento econômico e estabilidade política, áreas em crise no país desde o início de 1962.

Como explicou Moreira Alves, na prática, a pretensa incumbência de contenção das pressões subversivas conferiu aos militares poderes quase ilimitados e forneceu aos mesmos a legitimidade necessária para a realização de um sem número de ações de excesso. Estas, por sua vez, visavam eliminar os indivíduos e grupos políticos que se opunham ao modelo industrial-associado defendido por parte da intelectualidade castrense, sendo inclusos em tais setores não somente elementos das esquerdas políticas, mas também profissionais liberais e grupos nacionalistas contrários ao arquétipo de capitalismo de Estado estruturado no país desde 1964. Como sublinhou Moreira Alves, “*quando é impossível determinar com exatidão quem deve ser tido como inimigo do Estado e que atividades serão consideradas permissíveis ou intoleráveis, já não haverá garantias para o império da lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão e associação*” (ALVES, 1984, p.40).

A aplicabilidade da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento da ESG acabou por se mostrar efetiva em variadas áreas de atuação, sendo destacados no início deste capítulo os desdobramentos de tal doutrina no ensino superior. Todavia, deve ser observada a aplicabilidade de tal corpus teórico também em áreas desligadas do campo político, *a priori*, mas com considerável potencial estratégico para a concretização da DSND em sua completude, como é a área da saúde. Apesar da escassez de bibliografia que atrele Segurança Nacional e saúde pública e de os manuais didáticos editados pela ESG na época não contarem com uma seção específica sobre o assunto, a análise de incidentes como o *Massacre de Manguinhos* pode trazer importantes contribuições sobre o tema, sobretudo porque tal processo de perseguição e cassação dos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz se deu em um caráter autoritário análogo.

Nem mesmo os influxos políticos e as disputas pelo poder entre os grupos militares em fins dos anos 1960 não arrefeceram o enfoque produtivista em Manguinhos, tendo esta tendência se mantido durante as duas primeiras gestões do regime autoritário (BENCHIMOL, 2015, p.86). Tal fato pode ser explicado não só devido à importância estratégica concebida pelos militares da ESG e pelo governo Castello Branco (1964-67) para área da saúde pública, mas também pela afinidade entre o modelo de produção soroterápica intensiva e o discurso do nacionalismo desenvolvimentista, ascendente em seu caráter autoritário com a subida de Costa e Silva (1967-1969). Algumas ações governamentais atreladas ao PED, Plano Estratégico de Desenvolvimento do Governo Costa e Silva, podem ser resgatadas a fim se compreendera fim de se compreender tal tendência, como a adoção do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Nomeado Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico após o PND I, fincava raízes na meta de dotar o país de um aparato técnico e científico necessário ao seu desenvolvimento. Como destacou Motta sobre o mesmo:

Os PBDCT's estavam conectados aos Planos Nacionais de Desenvolvimento da década de 1970 (PND I, II, e III), quando a opção pelo desenvolvimento autoritário atingiu o auge, graças também aos abundantes recursos disponibilizados pelo milagre econômico. Com o passar do tempo e dos sucessivos planos, beneficiadas pela conjuntura econômica favorável, as metas foram se tornando mais ambiciosas e alcançaram áreas fora do universo dos planejadores dos anos 1960, como os projetos nucleares e espaciais da década de 1970. (...) A série de planos de desenvolvimento que surgiram na esteira do PED, principalmente o PND I e II, incluíam as universidades em suas diretrizes, prevendo maiores gastos e investimentos no ensino superior (MOTTA, 2014, p.84).

A ampliação do Projeto Rondon ao longo do governo Costa e Silva pode ser apontado como outro fator que influenciou a ditadura civil-militar a estimular a produção soroterápica em instituições públicas de saúde, como o Instituto Oswaldo Cruz. Criado em 1966, ainda durante a gestão Castello Branco, tal projeto consistia na concessão de bolsas e deslocamento de estudantes da região sudeste para o norte do país, sobretudo para os territórios do Acre, Roraima e o estado do Amazonas, tendo a preferência de estudantes de medicina e engenharia devido à escassez e essencialidade de suas profissões nas áreas limítrofes. Progressivamente foi ampliado o número de áreas de interesse participantes do projeto, sendo agregados após a veterinária, as geociências e a agronomia. Nas palavras de Rodrigo Patto de Sá Motta

O objetivo principal do Projeto Rondon era desmobilizar o radicalismo dos estudantes, atraindo alguns líderes para os valores do regime militar. (...) Secundariamente, no entanto, a Operação Rondon estava integrada aos planos de interiorizar o surto modernizador e desenvolvimentista, por meio do deslocamento de estudantes e professores portadores de novos conhecimentos para áreas isoladas. (...) Antes da operação Rondon houve iniciativas semelhantes, que decerto a inspiraram. Uma delas foi o programa Corpos de Paz (Peace Corps), criado pelo governo Kennedy em 1961 (MOTTA, 2014, pp. 87-88).

Na área da medicina, a principal missão dos estudantes era entrar em contato com as populações carentes locais, oferecendo-lhe primeiros-socorros, dicas de higiene e imunização contra doenças epidêmicas, fato que influenciou no aumento da demanda de medicamentos pelo governo militar. O sucesso da empreitada aumentou o interesse dos jovens em participar do Projeto Rondon II, tendo o número de inscritos alcançado a marca de 20 mil no ano de 1967. Devido ao crescimento da procura, em 1970 os militares acabaram por criar a Fundação Projeto Rondon, chegando esta a ter quase seiscentos funcionários e mobilizando mais de 50 mil estudantes por ano em seu ápice. *“No ano de 1973 já estavam em funcionamento dezesseis campi avançados no âmbito das atividades do Projeto Rondon, número que ascendeu para 22 em 1977”* (MOTTA, 2014, p.93), fatores que demonstram que a produção de soros e vacinas em maiores escalas era interesse estratégico da ditadura civil-militar que só tendeu a crescer desde 1966.

Os anos que se seguiram ao episódio do “Massacre de Manguinhos” foram movimentados no Instituto Oswaldo Cruz. Continuou na direção de Rocha Lagoa o processo de reformas visando a adequação do órgão à política de saúde pública defendida pelo governo militar e baseada na Doutrina de Segurança Nacional. A sanção da lei orgânica das campanhas em 1966; a grande demanda por medicamentos vindas das iniciativas nacionais de combate à várias doenças de massa, sobretudo contra o febre amarela, varíola e malária; e a criação do Departamento Nacional de Profilaxia e Controle de Doenças em 1970, instituição na qual o a Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatística de Saúde (DNEES) *“responsável pelo desenvolvimento de estratégias integradas de controle de doenças por vacinação”* (BRASIL, 2013, p.40), cada vez mais influíram para o direcionamento do IOC para o caminho da ciência aplicada. Tal direcionamento acabou por arrefecer o modelo de instituição defendido por Oswaldo Cruz desde princípios do século XX, inspirado no Instituto Pasteur de

Paris e que se estruturava a partir de um tripé baseado na pesquisa científica, no ensino das disciplinas ligadas ao instituto e também dedicação à produção de vacinas e medicamentos.

Como lembrou Jayme Benchimol sobre o crescimento da produção soroterápica no IOC ao longo da década de 1960:

Em 1962, na gestão Joaquim Travassos, a produção de vacina antivariólica foi de 9 milhões de doses. Em 1966, quintuplicou: passou para 42 milhões de doses. Em 1968, os laboratórios de vacina em vitelo e em ovos forneceram 25.261.000 de doses para a campanha de erradicação da varíola e 435.000 para outros países. Na administração Rocha Lagoa a produção de vacina foi muito alta, porque se alcançou o pico da campanha. A antiamarílica também foi muito solicitada, porque a produção colombiana enfrentou uma série de problemas decorrentes da fusão do Instituto Finlay com o Instituto de Higiene Samper Martínez e o Parque de Vacunación para formar o atual Instituto Nacional de Salud (BENCHIMOL, 2015, p.315).

Após o sucesso da Campanha de Erradicação da Varíola - esforço que não só extinguiu a doença, mas “legou à saúde pública brasileira notável experiência prática no campo da imunização e da vigilância epidemiológica, além de uma estrutura técnico- operacional vinculada a órgãos federais e estaduais” (BRASIL, 1998, p.9), foi institucionalizado em 1973 o Programa Nacional de Imunizações, tendo a Fiocruz sido articulada a fim de auxiliar na consolidação de uma política nacional de imunização para o país. Dentre as metas de médio e longo prazo estabelecidas pelo PNI, se destacavam três pontos fundamentais: I) a diminuição da morbidez e mortalidade de seis tipos de doenças imunopreveníveis através da vacinação, sendo estabelecido no ano de 1990 para a ponderação dos resultados; II) a indução à vacinação da população por meio dos serviços nacionais de saúde; III) o estímulo ao desenvolvimento e autossuficiência nacional na produção e avaliação da qualidade de vacinas “sobretudo das quatro que eram necessárias para atingir os alvos selecionados – a vacina contra o sarampo, a DPT contra difteria, pertússis (coqueluche) e tétano; a BCG contra tuberculose e a vacina Sabin contra a poliomielite”.¹¹³

No ano de 1975, em um momento em que o chamado “milagre econômico brasileiro” dava claros sinais de esgotamento¹¹⁴, o economista Vinicius da Fonseca foi nomeado pelo

113 BENCHIMOL, Jaime Larry. *Febre Amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Op. Cit.p.322. Conferir também: BRASIL. Ministério da Saúde. *Programa Nacional de Imunizações*. Brasília, Ministério da Saúde, 1973.

114 Cf. SINGER, Paul Israel. *A Crise do “Milagre”*: interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978 [1977].

então ministro da saúde Paulo de Almeida Machado para o cargo de presidente da Fiocruz.¹¹⁵ Vindo da Secretária de Planejamento (Seplan) com a ordem de adaptar a instituição ao II PND, segundo Plano Nacional de Desenvolvimento lançada pelo governo Geisel em setembro de 1974 e que possuía como um de seus principais projetos promover o aprofundamento da industrialização por substituição de importações no Brasil e tornar o país autossuficiente em setores estratégicos, sobretudo em energia (VIZENTINI, 2003, p.50). Vinicius da Fonseca pode ser considerado como um novo agente do governo autoritário colocado no Instituto Oswaldo Cruz a fim de afinar este órgão com as políticas científicas e tecnológicas impostas pelo regime ditatorial, tal como ocorreu com Francisco de Paula Rocha Lagoa. Ciente dos mecanismos de funcionamento da Seplan, órgão anexo ao Ministério do Planejamento, e dos amplos poderes conferidos à este ministério em meados dos anos 1970, o economista deu novo fôlego aos investimentos nas áreas da pesquisa e produção soroterápica do instituto e procurou adequar o mesmo aos padrões tecnológicos visados pelo II PND.¹¹⁶

Segundo Paulo Fagundes Vizentini, o início do governo Geisel representou “*a volta dos castelistas ao poder, sobretudo porque o ideólogo e estrategista do grupo, o general Golbery do Couto e Silva, passou a ocupar a chefia da Casa Civil*”. (VIZENTINI, 2003, p.49). É necessário lembrar que o general Golbery pode ser considerado principal articulador da chamada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento da ESG, fato que aponta para a manutenção da perspectiva que atrelava a segurança sanitária do país, principalmente nas áreas do interior, com o conceito de “segurança interna” proposto na DSND, tema já debatido no capítulo anterior. Readequando o princípio norteador que definiu a gestão do IOC até o fim do governo Médici, Vinicius da Fonseca iniciou uma fase de novos investimentos na área da química aplicada e de renovação da medicina experimental no IOC, tendo sido notável em sua gestão um esforço no intuito de dotar a instituição de novos instrumentos e tecnologias no âmbito da pesquisa e da produção soroterápica, visando assim diminuir a carência brasileira de tecnologia também na área da saúde (HAMILTON, 2001, p.238).

Acerca da estratégia de ciência e tecnologia do governo Geisel, gerida, sobretudo, pelos tecnocratas pertencentes à Secretaria de Planejamento, Vinicius da Fonseca afirmou:

115 Cf. HAMILTON, Wanda e AZEVEDO, Nara. *Um estranho no ninho: memórias de um ex-presidente da Fiocruz. História, Ciência e Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v.8, 2001.

116 Sobre o PND II, conferir: CASTRO, Antonio Barros e SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

A Secretaria de Planejamento era o ponto focal disso. Ela liderava de tal maneira que o sistema de desenvolvimento científico e tecnológico terminou passando para o âmbito do Ministério do planejamento. O ministério formulou a visão global do problema sob a ótica do desenvolvimento auto-sustentável, uma expressão muito usada na época, que representava das força ao processo nacional de desenvolvimento de ciência e tecnologia. Eu diria que foi, sem dúvida, uma política nacionalista, se quisermos usar esse termo. Tínhamos consciência de que a ciência é universal, mas existem uma ciência e uma tecnologia nacionais, que são preservadas em qualquer país, e não podem ficar dependente de uma soberania ou de uma empresa privada do exterior. É preciso fazer esse esforço para obter autonomia tecnológica e científica na visão de que foram os avanços tecnológicos que permitiram aos países hoje ricos se desenvolverem. É a demanda tecnológica que provoca o crescimento científico. Ou seja, não se faz ciência bizantina, não existe sexo dos anjos. Um cientista puro não é mais nem menos do que fruto de uma demanda global da sociedade. Ele pode até não saber que faz parte de um contexto, mas ele faz. Ele não pode de repente imaginar que vai estudar o sexo dos habitantes de Marte. Por que o cientista não estuda o sexo dos habitantes de Marte? Porque não corresponde a nenhuma necessidade social. O ser humano é social por excelência. (HAMILTON, 2001, p.239-240).

A partir de 1975, a Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição criada em 1970 como fruto do remodelamento em favor da química aplicada que vinha se processando no IOC desde 1964, passou a obter a reconstrução de alguns dos laboratórios atingidos pelo corte de verbas e perseguição durante a gestão de Rocha Lagoa. Durante a administração de Vinicius da Fonseca, em 1976, foi também criado na fundação o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), responsável pela gradual ampliação do maquinário e da produção de medicamentos do órgão.¹¹⁷ Apesar do caráter aparentemente positivo, é válido se ponderar que a renovação das pesquisas ocorridas na Fiocruz a partir de meados dos anos 1970 não repara o drástico esvaziamento da medicina experimental ocorrido durante o “Massacre de Manguinhos”, sendo a unidade a seguir dedicada a refletir algumas das consequências mais deletérias de tal processo para o desenvolvimento científico da instituição nas décadas seguintes.

117 Para mais informações sobre Bio-Manguinhos, conferir: <https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/instituto-de-tecnologia-em-imunobiologicos-biomanguinhos>. Acessado em 18-01-2018.

3.4 – Os Ecos do Massacre

Um fato que ajuda a dimensionar o impacto do “Massacre de Manguinhos” está relacionado com a destruição e desorganização do acervo contido nos laboratórios do IOC, sobretudo no que se refere às suas coleções de pesquisa, sendo as de entomologia e anatomia patológicas algumas das mais atingidas. O conjunto de peças da primeira, ciência que estuda os insetos, ganhou grande estímulo a partir expedições pelo interior do Brasil realizadas por pesquisadores do instituto ao longo do século XX, como Arthur Neiva, Carlos Chagas, Adolpho Lutz, Costa Lima e Lauro Travassos¹¹⁸. Contando hoje com mais de cinco milhões de exemplares, a coleção foi em sua totalidade desorganizada na época, sendo transportada em condições precárias do Castelo Mourisco, sede e principal símbolo da instituição, para os porões de um pavilhão praticamente desativado do IOC na época, o hospital Evandro Chagas. Com isso, é numeroso o número de amostras perdidas ou inutilizadas, prejudicando em considerável medida o prosseguimento ou retomada futura das pesquisas ligadas à entomologia.

O caso da coleção de anatomia patológica foi também bastante notável, já que seu acervo até 1970 contava com milhares de peças e ocupava 40 amplos armários em uma das principais estruturas do IOC, o Pavilhão Carlos Chagas, tendo em 1985 a mesma coleção sido reduzida ao número de apenas 854 itens¹¹⁹. Como explicou Hugo de Souza Lopes, importante entomólogo do Instituto Oswaldo Cruz cassado no “Massacre de Manguinhos”, acerca a importância destas coleções perdidas:

Coleção é uma coisa seríssima, é um patrimônio do país, e é um crime que muita gente não compreender que tem que ser preservada. O senhor imagina, por exemplo, o Carlos Alberto Seabra. (...) Ele sempre foi um rapaz endinheirado, o pai tinha fábrica de tecido e deu-lhe dinheiro para comprar a coleção do Zican lá de Itatiaia (atual Parque Nacional de Itatiaia) e colocar aqui (no IOC). Bom, essa coleção do Zican era uma coleção enorme, tinha muita coisa espetada, muita coisa também ainda guardada nos envelopes, que na nossa época nós fizemos montar tudo. É uma boa coleção. Mas isso feito em Itatiaia de 30 anos atrás. Hoje não se tem mais aquele material, compreende? Quer dizer, só esse lado da coleção é importante. Acabou. A

118 Cf. Costa, Jane, Cerri, Danielle, Sá, Magali Romero de, & Lamas, Carlos José Einicker. *Coleção entomológica do Instituto Oswaldo Cruz: resgate de acervo científico-histórico disperso pelo Massacre de Manguinhos. História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 15(2), 401-410, 2008.

119Cf. Museu da Patologia online. Disponível em <http://museudapatologia.ioc.fiocruz.br/index.php/br/museu-patologia/csap.html?start=1>. Acessado em 18-01-2018.

mata, a natureza acabou. E você tem uma amostragem dessa natureza preservada num instituto científico. Só isso já é importante, mesmo sem contar os tipos. Não se pode trabalhar a coleção sem ver os tipos, pois as técnicas vão melhorando. O que tinha há duzentos anos atrás, um bicho descrito há cem ou há oitenta anos atrás não adianta nada a gente ler a descrição, nem ver nada; tem que pegar o exemplar para ver. E provavelmente daqui a cem ou duzentos anos vai ser a mesma coisa nem com o material estudado agora. Então, a coleção passa a ter um valor enorme. Tem as coleções em toda parte do mundo. Agora, o que é mais difícil no Brasil é que aqui as coleções têm que ser preservadas com como nós tínhamos no Instituto (LOPES, 1986, p.40).

Outro tema citado pelos cientistas cassados como um impacto negativo do processo se refere ao desligamento de vários alunos de pós-graduação e estagiários do instituto, considerados importante substrato humano para a continuidade das pesquisas dos laboratórios atingidos pelo Massacre de Manguinhos. Entre o conjunto de cientistas cassados era consenso a ideia de que a difusão entre os estudantes de seus métodos e práticas de pesquisa era importante etapa a ser superada no intuito de serem formadas novas gerações de especialistas. Por tal motivo, os laboratórios de zoologia, fisiologia, anatomia patológica e entomologia do IOC reuniam elevado número de jovens estudantes e pós-graduandos na posição de auxiliares de pesquisa, sendo tal prática considerada um relevante instrumento pedagógico a fim de desenvolver os requisitos fundamentais para a prática da pesquisa entre jovens cientistas. Como foi destacado por Haity Moussatché, fisiologista de renome internacional também perseguido durante a repressão em Manguinhos:

Muito se fala nos cassados. Eles foram importantes, mas muito importantes foram as pessoas que saíram do instituto jovens, que agora são maduras, com quarenta anos, e que o instituto perdeu! Mas importante eles do que nós. Eu, com 61 anos, fui cassado, mas podia ter morrido. Destruíram o laboratório, dispersaram um monte de gente! O Nelson Vaz era um dos melhores imunologistas do Brasil, saiu daqui, Annie Prouvost-Danon foi para a França. A Maria da Guia Silva Lima para o Ceará, para a Universidade também. O Leopoldo De Meis é professor da escola bioquímica, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem projeção internacional. (...) Essa gente foi criada por nós e dispersada¹²⁰.

Sobre o tema, Herman Lent lembrou o ocorrido no laboratório de Walter Oswaldo Cruz, pesquisador e filho do cientista patrono da instituição. Apesar de também não possuir qualquer ligação com a esquerda militante, Walter foi afetado pelo processo implementado

120 Haity Moussatché: homenagem ao guerreiro da ciência brasileira. *Op. Cit.* p.461.

por Rocha Lagoa, tendo seu laboratório, um dos melhores no IOC naquele momento, completamente destruído durante o “Massacre”. Lent contou os motivos que colaboraram para aposentadoria compulsória e a conseqüente morte de Walter Oswaldo Cruz em princípios de 1967:

O Embate inicial sofreu-o exatamente um dos filhos de Oswaldo Cruz, cujo laboratório havia chegado a ter 58 pessoas em atividade. Walter Oswaldo Cruz formara 15 estudantes, batalhando por instalações, por material de natureza vária, por bolsas de estudo e até por compreensão conseguira muito do que desejava até que todo um pré-julgamento de suspeitas infundadas foi sistematicamente deflagrado visando à liquidação da pesquisa básica. Os inquéritos, as indagações, punições, circulares, restrições, pressões, transferências, transformam o clima da instituição e se refletiram nos laboratórios mais produtivos. Walter Oswaldo Cruz, ferido por tantas agressões, morreu em 3 de janeiro de 1967. Não tenho dúvidas de que estaria entre os cassados de Manguinhos se tivesse sobrevivido (LENT, 1978, pp. 32-33).

O ano de 1979, no contexto da reabertura política implementada pelo governo Geisel, demarca o início de uma tentativa de reparação das figuras atingidas pelo “Massacre de Manguinhos”, tendo a Associação de Docentes, Pesquisadores e Tecnólogos da Fundação Oswaldo Cruz (ADFOC) organizado um evento em homenagem aos pesquisadores cassados. À exceção de HaityMoussatché, que se encontrava no exterior, compareceram todos os demais cientistas expulsos da instituição em 1º de abril de 1970. Carlos Morel, ex-professor da Universidade de Brasília perseguido no início da ditadura e integrado à Fiocruz durante a presidência de Vinicius da Fonseca, foi escolhido para fazer o discurso de abertura, sendo advertido por colegas sobre a tensão política que envolvia o evento. No seu depoimento à Radis, revista da Escola Nacional de Saúde Pública integrada à Fundação Oswaldo Cruz, Morel relembrou o episódio: “O [pesquisador] Lobato Paraense veio à minha sala, me aconselhou a não fazer o discurso, porque poderia ser preso imediatamente. (...) Tomei duas doses de uísque e fui falar. O discurso era sensato e pedia justiça e democracia”¹²¹.

Também em 1979, já no final da administração de Vinicius da Fonseca, foi dado um passo importante para a reintegração dos pesquisadores atingidos pela perseguição da segunda metade dos anos 1960 na instituição: a admissão de Sérgio Arouca para os quadros da

121 Cf. TAVARES, LAÍS. Um resgate do Massacre de Manguinhos. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/conteudo/um-resgate-do-massacre-de-manguinhos>. Acessado 18-01-2018.

Fiocruz¹²². Apesar de aprovado em primeiro lugar no concurso público, Arouca enfrentou grandes dificuldades para tomar posse de seu cargo devido à sua reprovação no atestado ideológico necessário para o alcance a qualquer cargo público durante a ditadura civil-militar, tendo este documento sido negado a Arouca devido à sua intensa atividade política. Declaradamente de esquerda, o médico teve relevante participação na resistência ao regime, tendo nos anos da reabertura demonstrado seu fiel caráter militante, sobretudo na década de 1980 quando se tornou presidente da Fiocruz, deputado Constituinte e candidato à vice-presidente da República pelo Partido Comunista Brasileiro.

Assim como tinha feito em 1978 com o caso do ex-professor da Universidade de Brasília, Carlos Morel, Vinicius da Fonseca reportou-se diretamente para o Serviço Nacional de Informações a fim de obter a autorização para integração de Sérgio Arouca ao quadro de funcionários da Fiocruz. Mesmo com certa resistência, em ambos os casos obteve respostas positivas do SNI, integrando Morel e Arouca ainda nos respectivos mesmo ano de realização do concurso. Sobre suas ações no período, Vinicius da Fonseca apontou em depoimento ao projeto *Memórias de Manginhos* a limitação do alcance político do SNI em fins do governo Geisel, chegando a afirmar que não teve nenhum constrangimento com as nomeações de Morel e Arouca para os quadros da Fiocruz:

Não, se eu nomeei, como é que eu ia ficar constrangido? O SNI respeitava ou tinha consideração com a autoridade que se fazia respeitar. O que o SNI podia fazer era me fichar como subversivo. O que significava isso? Colocar-me para fora do governo? Mas como eu, várias pessoas fizeram a mesma coisa. Dentro da estrutura do FINEP, do IBGE, do Planejamento houve casos de pessoas que eram contraindicadas. Eu nomeei vinte pessoas contrariando a opinião do SNI, que tinha uma importância fundamental no governo. Como se explica que um homem de segundo escalão como eu, numa fundação que não era essencial, pudesse ter o topete de nomear uma pessoa contrariando a opinião do SNI? É porque o SNI não era o bicho-papão que se diz. Tanto assim que foi possível nomear um homem como Carlos Morel, duas vezes vetado, e o Antônio Sérgio Arouca, primeiro colocado em um concurso público realizado pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e que era do Partido Comunista. Eu não quero me fazer de herói, mas se fosse uma instituição como a Gestapo, eu não teria me atrevido. Confesso tranquilamente: se fosse uma Gestapo, eu não faria isso (HAMILTON, 2001, p.251).

122 Cf. Sobre a importância de Sérgio Arouca para a saúde pública no Brasil e para a reestruturação da Fundação Oswaldo Cruz, conferir: FRANCO NETO, Guilherme. *Arouca, meu irmão: Uma trajetória a favor da saúde coletiva*. Rio de Janeiro, Contracapa Editora, 2009.

Sobre Sérgio Arouca, Vinicius da Fonseca completou:

Foi feito um concurso público aberto pela instituição. Se queriam fiscalizar a 'subversividade' dos candidatos deveriam ter fichado essa gente na hora da inscrição e não depois de terminado o concurso. Eu não tinha razão? O camarada passou em primeiro lugar e agora eu não posso nomear porque é subversivo? O coronel Gonçalves me apoiou, mas disse: 'O senhor sabe que vai ficar mal' 'Não, coronel, não vou ficar mal (HAMILTON, 2001, p.252).

Seis anos após sua admissão, em 1985, Sérgio Arouca foi indicado para ocupar o cargo de presidente da Fiocruz. Após sua eleição, Arouca teve como um de seus principais objetivos a reintegração dos cientistas cassados no "Massacre de Manguinhos". Durante sua gestão foi iniciado o projeto de recuperação das memórias dos funcionários mais experientes do antigo IOC, sobretudo aqueles que de alguma forma foram afetados pelo episódio da segunda metade dos anos 1960, chamado *Memórias de Manguinhos*. Em tal projeto diversos personagens foram entrevistados, incluindo com quase todos os cientistas envolvidos no "massacre".

Finalmente em 1986, através da ação integradora proposta por Arouca, vinte e cinco novas vagas de pesquisadores foram abertas em função da epidemia de dengue que atingia o país no momento. Destas, dez acabaram por ser dedicadas à reintegração dos pesquisadores atingidos pela cassação de 1970. Em um clima distensão política, com eventos nos anos anteriores que evidenciaram a saída do poder pelos militares, foi organizada uma cerimônia para reintegração daqueles, sendo convidadas figuras como Darcy Ribeiro e Ulysses Guimarães. Assim, através da colaboração de Sérgio Arouca, se concretizou o processo de reparação histórica aos equívocos cometidos no IOC na segunda metade dos anos, apesar dos relevantes prejuízos causados na vida daqueles que atingiu.

O esvaziamento das pesquisas e perseguição sofrida pelos cientistas do órgão a partir de 1964 deve ser resgatado nos dias atuais não somente a fim de lembrar o caráter repressivo inerente à ditadura civil-militar, mas também por demonstrar o autoritarismo e descontinuidade nas políticas científicas adotadas pela mesma. Os ecos do "Massacre de Manguinhos" até hoje podem ser percebido se sinalizam os malefícios de regimes em que a liberdade de pensamento, seja político ou científico, é preterida em favor da acumulação capitalista e da manutenção dos interesses das classes dominantes.



Cientistas cassados no “Massacre de Manguinhos”. Da esquerda para direita: Augusto Perissé, Tito Cavalcanti, Haity Moussatché, Fernando Ubatuba, Moacyr Andrade, Hugo de Souza Lopes, Masao Goto, Herman Lent, Sebastião de Oliveira e Domingos Machado.

(Fonte: Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação)

3.5 - Conclusões do capítulo

A partir das reflexões anteriores é possível se concluir que o referido “Massacre de Manguinhos” deve ser considerado não apenas como um evento isolado ocorrido no Instituto Oswaldo Cruz em 1º de abril de 1970, mas como um processo histórico iniciado em 1964 e consequência não apenas das rivalidades internas inerentes ao cotidiano do IOC, mas sim pela ascensão de uma particular concepção sobre a utilidade da ciência e da saúde após o golpe civil-militar. Influenciado pela perspectiva sanitária contida na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento da Escola Superior de Guerra, que apontava a segurança sanitária do país como tema atrelado à segurança nacional, o governo do general Humberto Castello Branco (1964-1967) passou a financiar um modelo produtivista voltado para a preparação de vacinas e soroterápicos no IOC, demarcando o sucesso do projeto de um

conjunto de cientistas que encaravam a química aplicada como função essencial da instituição. A manutenção deste projeto até o início do governo Geisel pode ser explicada pela íntima relação entre o sanitarismo e o nacionalismo desenvolvimentista, ideologia de notável destaque entre as presidências de Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, que considerava a eliminação das doenças de massas como ferramenta estratégica para a “conquista” e exploração econômica das áreas mais recônditas do interior do país.

Com isso, o enxugamento das verbas e o esvaziamento das pesquisas em medicina experimental no IOC, perpetrado entre 1964 e 1970 por Francisco de Paula Rocha Lagoa, é interpretado nesta pesquisa como consequência de uma opção pela descontinuidade dos investimentos em tal setor devido aos novos objetivos econômicos, políticos e sanitários inerentes ao regime civil-militar. O processo indica a necessidade de se prosseguir a revisita do Massacre de Manguinhos, episódio ainda hoje desconhecido, mas de considerável relevância para se compreender as transformações das ciências da saúde no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970.

Conclusão

Economia política e políticas públicas de saúde. Motes essenciais da presente pesquisa, os referidos termos regeram a temática dos 3 capítulos que compõem esta dissertação. Ao explorar a relação existente entre tais campos, utilizando para isso o recorte ditadura civil-militar no Brasil, busquei evidenciar a influência das variáveis sanitárias para composição básica das relações sociais de produção necessárias para a implantação do modelo econômico capitalista. Além da mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro – fatores considerados por Marx como essenciais para a criação deste sistema -, também a saúde pública pode ser uma grande aliada da classe capitalista no intuito de ampliar seus ganhos e garantir a continuidade de sua acumulação.

Na Inglaterra, os conhecimentos da epidemiologia e da estatística médica foram utilizados desde o século XVII com o objetivo de obter segurança sanitária, militar e econômica, através do investimento em um dos potenciais produtivos de mais importantes e escassos para aquela nação: seu povo. Como dissertado no primeiro capítulo, a partir de meados do século XIX tal relação entre economia e políticas de saúde foi complexificada através do nascimento da microbiologia, tendo esta disciplina colaborado para a expansão dos interesses políticos e econômicos dos Estados e conglomerados oligopolistas europeus nos continentes africano e asiático, período conhecido como imperialismo.

Como explicou Bruno Latour, uma ideologia de pureza e superioridade racial foi construída a partir de então, tendo cientistas e médicos ajudado a legitimar a dominação das potências imperialistas através de um discurso que associava a saúde à riqueza e à superioridade étnica europeia, enquanto a pobreza estaria ligada ao atraso e à inferioridade racial (LATOURE, 1984, pp.25-31). Desta forma, concluímos que a história da gestão pública da saúde desde seu nascimento esteve entrelaçada com os interesses políticos e econômicos de sua época, não podendo ser desconsiderada tal relação na análise do nosso de objeto de pesquisa, o “Massacre de Manguinhos”.

As considerações teóricas feitas por autores como Vladimir Lenin e Paul Sweezy auxiliaram na compreensão do processo de expansão das influências capitalistas para outros continentes, tendo também na América Latina se fixado as tendências deste padrão de acumulação, como a transformação do trabalho em mercadoria e a defesa dos interesses

econômicos de sua classe dominante por parte dos Estados. O objetivo de alcançar ganhos rentistas mais elevados, tendo em vista que grau de competição europeia em meados do século XIX deprimiu as taxas de rentabilidade dos oligopólios financeiro-industriais, influenciou na atuação das grandes potências, fazendo com que estas pressionassem os países latino-americanos a fim de manterem nestes os interesses primário-exportadores que garantiriam a estabilidade produtiva das matérias-primas e a hegemonia econômica daqueles no sistema capitalista. Segundo Gunder Frank, o Brasil pode ser considerado um dos principais exemplos de tal situação, tendo os regimes políticos brasileiros desde seu início se configurado a partir de relações sociais de produção que visavam paulatinamente aprofundar um modelo de desenvolvimento dependente e associado ao interesse dos capitais internacionais¹²³.

É a partir deste panorama econômico, político e sanitário que entendemos a história e importância do Instituto Oswaldo Cruz para a implementação dos projetos de saúde pública desenvolvidos no Brasil a partir do início do século XX. Em suma, tal como ocorreu em nações capitalistas avançadas como Inglaterra e França, também no Brasil as políticas públicas de saúde são intervenções organizadas pelo Estado com o interesse não apenas de atender as demandas sanitárias de seus cidadãos, mas sim assegurar para a população condições básicas de sobrevivência a fim de garantir o comércio, as exportações e auxiliar na manutenção das relações sociais de produção que garantem a estabilidade do modelo capitalista dependente no país. Em tal contexto, o Instituto Oswaldo Cruz possui relevância fundamental na produção soroterápica e imunobiológica para o combate de temidas doenças como a febre amarela e a malária, que grassavam as mais recônditas regiões do país, combatiam os trabalhadores e prejudicavam o avanço dos interesses produtivos capitalistas no território no país.

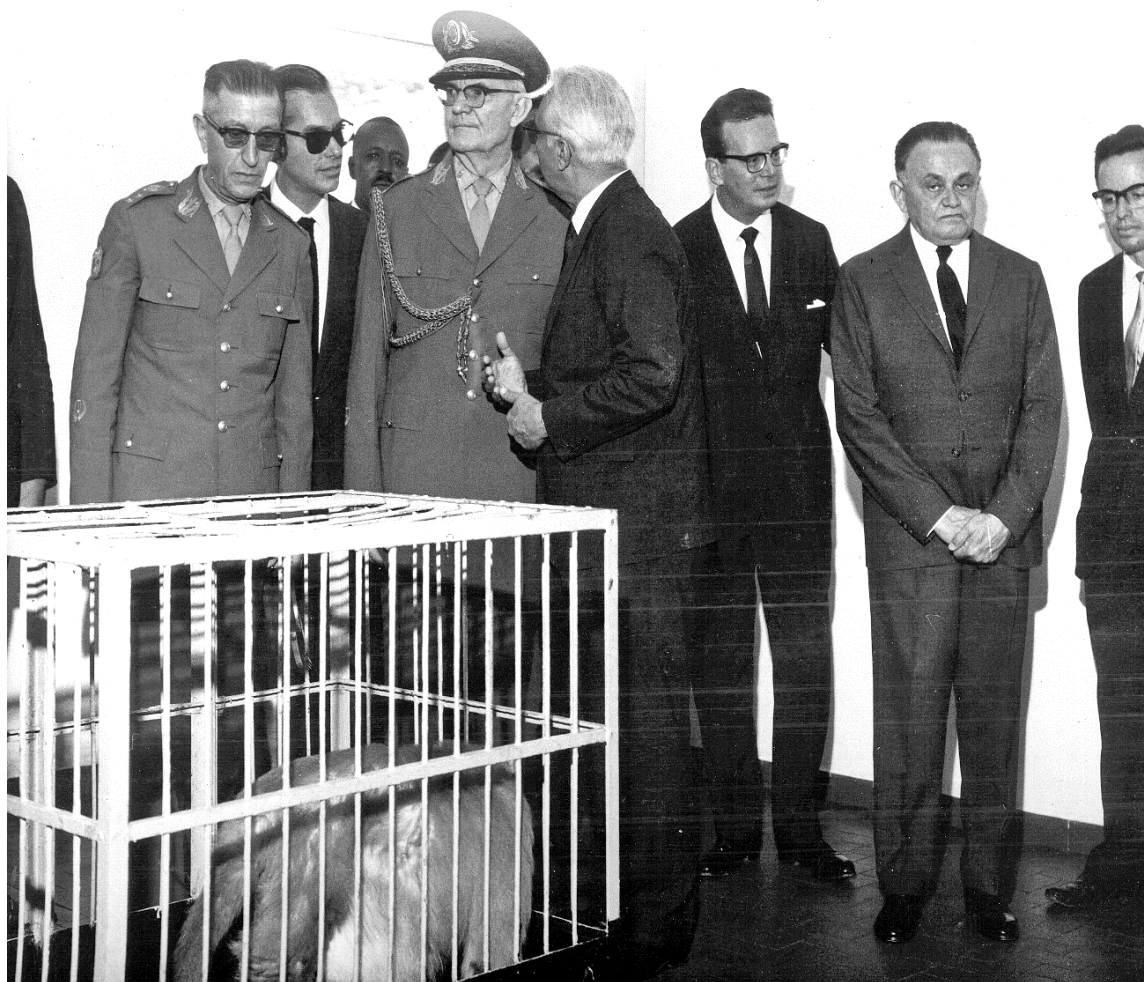
É com tal olhar concluímos que o referido “Massacre de Manguinhos” deve ser considerado não apenas como um evento isolado ocorrido no Instituto Oswaldo Cruz em 1º de abril de 1970, mas um processo histórico iniciado em 1964 devido à ascensão de uma concepção acerca da saúde pública após o golpe civil-militar. Influenciado pela perspectiva sanitária contida na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento da Escola Superior de Guerra, que apontava a segurança sanitária do país como tema atrelado à segurança

123 FRANK, Andre Gunder. *Acumulação Dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1980. Sobretudo o capítulo 6, denominado “O Imperialismo e a Transformação dos Modos de Produção na Ásia, África e América Latina, 1970-1930”. pp. 174-210.

nacional, a ditadura civil-militar passou a estimular um modelo voltado para a preparação de vacinas e soroterápicos no IOC, restringindo assim os investimentos para as áreas de pesquisa em medicina experimental. A manutenção deste projeto até o Geisel se deve à íntima relação entre o sanitarismo e o nacionalismo desenvolvimentista, ideologia de notável destaque entre as presidências de Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, que considerava a eliminação das doenças de massas como ferramenta estratégica para a “conquista” e exploração econômica das áreas mais recônditas do interior do país.

Desta forma, o contingenciamento das verbas das pesquisas em medicina experimental no IOC, executado pelo diretor Francisco de Paula Rocha Lagoa, é visto neste estudo como um desdobramento do próprio projeto de saúde pública defendido por militares e partes dos setores dominantes civis, devido aos interesses econômicos, políticos e ideológicos que estavam em jogo após o golpe civil-militar de 1964.

ANEXOS



O presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (segundo à direita), o diretor do Instituto Oswaldo Cruz Francisco de Paula Rocha Lagoa (terceiro à direita) e comissão militar nos laboratórios do IOC, em 1965.

(Fonte: Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação)



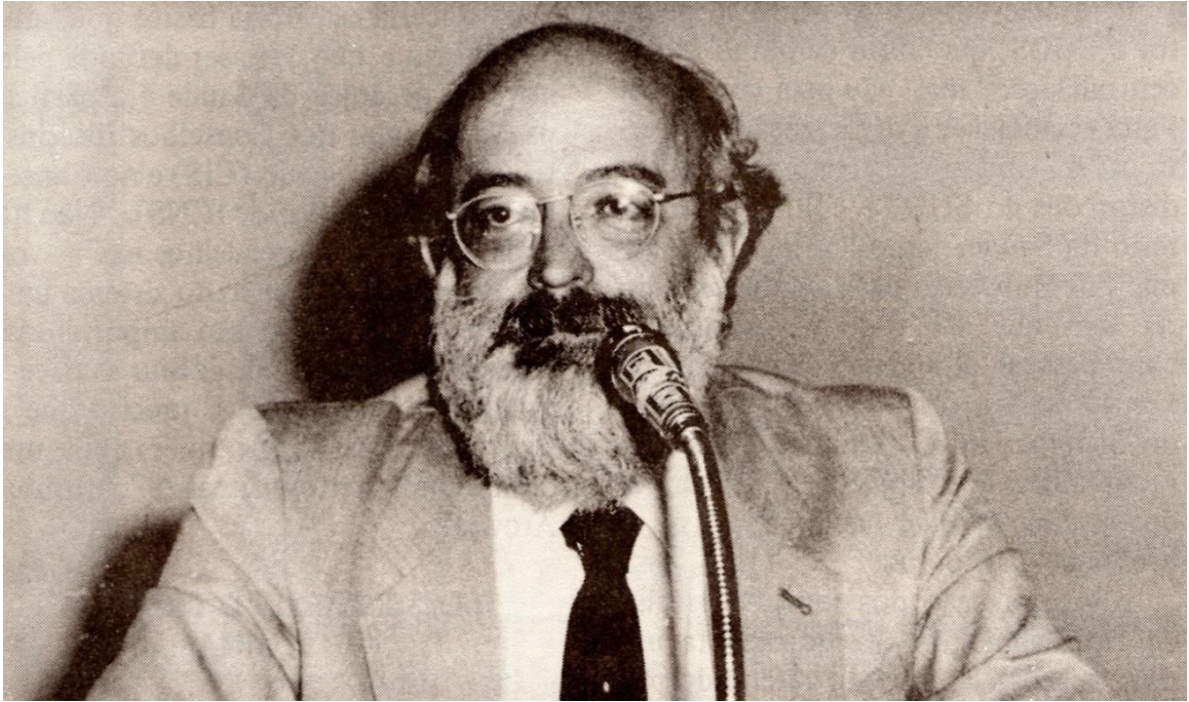


Rocha Lagoa recebe o presidente Castelo Branco no IOC.(Fonte: Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação)



Vinicius da Fonseca (à direita), economista e presidente da Fundação Oswaldo Cruz entre 1972 e 1979, recebe o presidente Ernesto Geisel em 1975.

(Fonte: Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação)



Antônio Sérgio Arouca, médico, presidente da Fiocruz entre 1985 e 1988, candidato à vice-presidência da República pelo PCB e um dos principais responsáveis pela construção do Sistema Único de Saúde (SUS).

(Fonte: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. <http://cebes.org.br/2014/08/trajetoria-de-sergio-arouca-sera-tema-de-comissao/>. Acessado em 19-01-2018.)

Referências

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Bases históricas da Epidemiologia. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 304-311, Setembro de 1986.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, Vozes, 1984.

Associação dos Docentes da USP. *O Controle Ideológico na USP: 1964-1978*. São Paulo. Adusp, 2004.

BARAN, Paul. A economia política do desenvolvimento. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

BART, James Clark Sir. *Remarks on Medical Reform; in a second letter addressed to the right Hon. Sir James Graham, Bart., one of her Majesty's principal secretaries of State, & C. By Sir James Clark, Bart., M. D., F. R. S., physician in ordinary to the Queen and to the Prince Albert*. Londres, John Murray, 1843.

BAYET, Claire Salomon. *Pasteur et la revolution pastoriene*. Paris, Payot, 1986.

BRASIL. *Programa Nacional de Imunizações (PNI): 40 anos*. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Manguinhos do sonho à vida: A ciência na belle époque*. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC, 1990.

_____. *Febre Amarela: doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001.

_____. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

_____ & SILVA, André Felipe. Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Vol. 15, Rio de Janeiro, julho-setembro de 2008.

BROCK, Thomas D. *Robert Koch: A Life in Medicine and Bacteriology*. Washington D.C, ASM Press, 1999.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *“Estranhas Catedrais” : As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: EdUFF, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. & FALETTO, Enzo. *Dependência y desarrollo em America Latina*. México, Siglo XXI Editores, 1969

CARRETA, Jorge Augusto. “O micróbio é o inimigo”: debates sobre a microbiologia no Brasil 1885/1904”. Tese de doutorado em Política Científica e Tecnológica. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas, 2006.

CASTRO, Antonio Barros e SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

CHAGAS FILHO, Carlos. *Meu pai*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, 1993.

CHAUI, Marilena. *O que é ideologia?* Coleção primeiros passos. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

COMTE, A. *Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

COPE, Zachary. *The Royal College of Surgeons of England: a history*. Londres, Anthony Blond, 1959.

Costa, Jane, Cerri, Danielle, Sá, Magali Romero de, & Lamas, Carlos José Einicker. *Coleção entomológica do Instituto Oswaldo Cruz: resgate de acervo científico-histórico disperso pelo Massacre de Manguinhos*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 15(2), 401-410, 2008.

CUETO, Marcos. *O Valor da Saúde: A história da Organização Pan-Americana de Saúde*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007.

DAMINELI, Augusto; DAMINELI, Daniel Santa Cruz. *Origens da Vida*. *Estudos Avançados*. 2007, vol.21, n.59.

DEYON, Pierre. *O Mercantilismo*. São Paulo, Perspectiva, 2004.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo, Perspectiva, 1976.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador, Vol. 2: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring: filosofia, economia política, socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. *Manual básico da Escola Superior de Guerra*. Escola Superior de Guerra, Departamento de Altos Estudos, 1976.

EVANS, Peter. *A Tríplice Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional do desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre, Globo, 1977.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Ditadura militar, universidade e ensino de história: da Universidade do Brasil à UFRJ. Ciência e Cultura*. Out/dez de 2014, vol.66, n.4.

FIORI, José Luís. (org) *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

FRANCO NETO, Guilherme. *Arouca, meu irmão: Uma trajetória a favor da saúde coletiva*. Rio de Janeiro, Contracapa Editora, 2009.

FRANK, Andre Gunder. *El subdesarrollo del desarrollo: Un Ensayo autobiográfico*. Madrid, Iepala Editorial, 1992.

_____. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Santiago, Centro de Estudios Miguel Enríquez – Archivo Chile, 1965. Texto completo em <http://www.eumed.net/cursecon/textos/>

_____. *Acumulação Dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.

FREIRE, Letícia. *Seguindo Bruno Latour: notas para um antropologia simétrica*. Comum - Rio de Janeiro - v.11 - nº 26 - p. 46 a 65 - janeiro /junho 2006.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

GONÇALVES, Nádia. *Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento na Ditadura Civil-Militar: Estratégias e a Educação*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

HAMILTON, Wanda. *Massacre de Manguinhos: Crônica de uma morte anunciada*. Rio de Janeiro: Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz. Nº1, Vol.1, Novembro de 1989.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo, Ícone, 1997.

HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo, Nova Cultural, 1985 [1910].

HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios – 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

HOBSON, John. *Estúdio del imperialismo*. Madrid, Alianza Universidad, 1981 [1902].

HOCHAMN, Gilberto. “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul.2009.

HOGARTH, Stuart. Joseph Townend and the Manchester Infirmary: a plebeian patient in the Industrial Revolution. In: BORSAY, Anne; SHAPELY, Peter (Org.). *Medicine, charity and mutual aid: the consumption of health and welfare in Britain, c.1550-1950*. Aldershot: Ashgate. p.91-109. 2007.

HORTA, José Silvério Baia. Gustavo Capanema. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930 – 1970)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

IRVINE, Hugh Colley. *The old DPS: a short history of charitable work in Manchester and Salford, 1833-1933*. Manchester, District Provident and Charity Organisation Society of Manchester and Salford. 1933.

KANIKADAN, Paula Yuri Sugishita; MARQUES, Maria Cristina da Costa. Uma trajetória dos profissionais de saúde ingleses, 1815-1858. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.29-47, Março de 2013.

KRIGER, Léo; MOYSÉS, Samuel Jorge & MOYSÉS, Simone Tetu. *Saúde Coletiva: políticas, epidemiologia da saúde bucal e redes de atenção odontológica*. São Paulo, Artes Médicas, 2013.

LABRA, Maria Eliana. 1955-1964: o sanitarismo desenvolvimentista. In: TEIXEIRA, Sonia Fleury. *Antecedentes da reforma sanitária*. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública, 1988.

LATOURETTE, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *Les Microbes: guerre et paix suivi de irréductions*. Paris, A.M. Metalie, 1984.

LENIN, Vladimir Ilich. *Imperialismo: Fase Superior de Capitalismo*. São Paulo, Global, 1979. [1916].

LENT, Herman. *O Massacre de Manguinhos*. Rio de Janeiro, Avenir, 1978.

LIMA, Nísia Trindade. O Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde: uma história em três dimensões. IN: FINKELMAN, Jacobo. (Org.) *Caminhos da Saúde Pública no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, OPAS, 2002.

_____. & HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos C. & SANTOS, Ricardo V. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1996.

- LIST, Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política. Série: Os Economistas*. São Paulo, Abril Cultural, 1983 [1841].
- LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. São Paulo, Brasiliense, 1948.
- LUKÁCS, Gyorgy. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. *A erradicação do Aedes Aegypti: febre amarela, Fred Soper e Saúde Pública nas Américas (1918-1968)*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2016.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo, L&PM Editores, 2011.
- MARTINS FILHO, João R. *O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos, Ed. UFSCAR, 1994.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Volume II. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Volume III. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. *O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar*. IN: FIORI, José Luís. *O Poder Americano*. Petrópolis, Vozes, 2004.
- MORAES, Márcia Oliveira. *A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas*. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, mai/ago, vol. 11, nº 2, 2004.
- MORRIS, Robert D. *The blue death: Disease, disaster, and the water we drink*. New York, HarperCollins, 2007.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MURARD, Lion & ZYLBERMAN, Patrick. *La raison de l'expert ou L'hygiène comme science sociale appliquée*. *Archives European of sociology*, XXVI:58-89, 1985.
- O'DONNELL, Guillermo. *Modernizations and Bureaucratic-Authoritarianism – Studies in South American Politics*. Berkeley, Institute of International Studies – University of California, 1973.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 4: vigilância em saúde pública*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde ; Ministério da Saúde, 2010.

PARRY, Noel; PARRY, José. *The rise of the medical profession: a study of collective social mobility*. London: Croom Helm. 1976.

PEREIRA, Miguel. O Brasil ainda é um imenso hospital: discurso pronunciado pelo professor Miguel Pereira por ocasião do regresso do professor Aloysio de Castro, da república Argentina, em outubro de 1916. *Revista de Medicina*, São Paulo, v.7. n.21. p.3-7, 1. ed., 1916.

PEREIRA, Ludmila Gama. *Nenhuma ilha de liberdade: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1985)*. Universidade Federal Fluminense, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2016.

PETTINGER, Tejvan. *Biography of Alexander Fleming*. Oxford, 2012.

POLANYI, Karl. *A grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

PONTE, Carlos Fidélis. *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: COC-Fiocruz/EPSJV. 2010.

PRADO Jr., C. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

PREBISH, Raul. *Capitalismo periférico: crisis y transformación*. México, Fondo de Cultura Económica, 1981.

RABELLO, Lucíola Santos. *Promoção da saúde: a construção social de um conceito em perspectiva do SUS*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2010.

RENAULT, Emmanuel; DUMÉNIL, Gerard & LÖWY, Michel. *Ler Marx*. São Paulo, Editora Unesp, 2011.

RIBEIRO Jr., Wilson. A. Aspectos reais e lendários da biografia de Hipócrates, o "pai da medicina". *Jornal Brasileiro de História da Medicina*, v. 6, n. 1, p. 8-10, 2003.

RODRÍGUEZ, Octavio. *O Estruturalismo Latino-Americano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

ROIO, Marcos del. *Uma nota sobre a teoria do imperialismo (1902-1916)*. Anais do IV Colóquio Internacional Marx Engels, Campinas, 2009.

ROUQUIÉ, Alain. *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1991.

ROWE, James. "The 'Revolution' and the 'System': Notes on Brazilian Politics". American Universities Field Staff, East Costa South American Series, XII (3,4,5), Maio-Agosto, 1966.

RUSSELL, Bertrand. *História do pensamento ocidental: a aventuras dos pré-socráticos à Wittgenstein*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2013.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da Desordem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitaria na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases de Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1982.

SINGER, Paul Israel. *A Crise do "Milagre": interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978 [1977].

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Vol. II – Livro quatro, capítulo VII. São Paulo, Editora Nova Cultura, 1996.

SOPER, Fred L. *Aegypti and Gambiae: Eradication of African Invaders in the Americas*. Atlantic City, NJ, 1963.

STEPAN, Alfred. *Os militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

SWEEZY, Paul. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista: Princípios de Economia Política Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

TAVARES, LAÍS. Um resgate do Massacre de Manguinhos. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/conteudo/um-resgate-do-massacre-de-manguinhos>.

UJVARI, Stefan C. *A história da humanidade contada pelos vírus. Bactérias, Parasitas e outros Microorganismos*. São Paulo, Editora Contexto, 2012.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

FONTES

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 5.026, de 14 de junho de 1966. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5026.html.

BRASIL. *Relatório de Atividades da CEME*. Brasília, Ministério da Previdência e Assistência Social, 1974.

1º Trabalho em grupo. G1 – 03 – 63/ GRUPO C/ JUNHO DE 1963. Coordenação Cel. Newton de Faria Pereira. Rio de Janeiro, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, 1963. p.16. Identificação do documento: SG-00013966-6.

Combate a Endemias Rurais no Brasil (Relatórios dos grupos de Trabalhos reunidos em 1960 na cidade do Rio de Janeiro). Departamento Nacional de Endemias Rurais. Brasília, Ministério da Saúde, 1962.

Haity Moussatché: homenagem ao guerreiro da ciência brasileira. História, ciências e saúde-Manguinhos, Out 1998, vol.5, no.2.

LAGOA, Francisco de Paula Rocha. *Estudar as doenças de massa no Brasil e, em face dos interesses da Segurança Nacional, sugerir medidas apropriadas para o seu combate*. Monografia de conclusão de curso apresentada na Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, 1963. Identificação do documento: SG-0001284- 5.

LOPES, Hugo de Souza. Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação -DocumentoBP/PI/TP90002040, Fundo Belisário Penna.

REFERENCIAIS ICONOGRÁFICOS

Figura 1:

https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/saude/1961/saude1961aeb_32.pdf.

Figuras 2, 3,4,5,6 e 7:

Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação.

Figura 8:

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. <http://cebes.org.br/2014/08/trajetoria-de-sergio-arouca-sera-tema-de-comissao/>